

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALANA MORAIS VANZELA

MULHERES E PODER LOCAL:
Um Estudo Sobre A Representação Na Esfera Legislativa Do Município De
Ivaiporã - Paraná

Maringá
2022

ALANA MORAIS VANZELA

MULHERES E PODER LOCAL:

Um Estudo Sobre A Representação Na Esfera Legislativa Do Município De
Ivaiporã - Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais e Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais
Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Linha De Pesquisa: “Instituições, Políticas Públicas e Participação”.

Orientador: Dr. Rafael da Silva.

Maringá
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

V285m

Vanzela, Alana Moraes

Mulheres e poder local : um estudo sobre a representação na esfera legislativa do município de Ivaiporã - Paraná / Alana Moraes Vanzela. -- Maringá, PR, 2022.
178 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Rafael da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2022.

1. Política. 2. Participação política - Mulheres. 3. Poder legislativo. 4. Poder local. I. Silva, Rafael da , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 324.7

ALANA MORAIS VANZELA

**Mulheres e poder local: Um estudo sobre a representação na esfera
legislativa do Município de Ivaiporã - Paraná**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Rafael da Silva
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Presidente



Prof. Dr. Simone Pereira da Costa Dourado
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. Maria Ligia Janicim Grando Rodrigues Elias
Universidade Cesumar – UniCesumar

Aprovada em 22 de agosto de 2022

Realizada de forma remota

Dedico esse trabalho a minha família, em especial, a meu pai José Pedro Vanzela, minha mãe Alzira dos Santos Morais, irmãs Larissa Morais Vanzela e Janaina Morais Vanzela.

A minha avó Lourdes Ernestina Vanzella *in memória*.

As pessoas que vieram a óbito em decorrência ou por agravamentos gerados pela COVID-19 e suas famílias.

AGRADECIMENTOS

Chego ao fim de mais um ciclo, e não poderia deixar de registrar a minha gratidão àqueles que, de forma variada, contribuíram para o meu processo de desenvolvimento acadêmico, profissional e humano.

Primeiramente, agradecer a Deus pela sua bondade e pelo cuidado com a minha vida e da minha família.

Aos meus pais, José Pedro Vanzela e Alzira dos Santos Morais pelo zelo que sempre tiveram conosco, por serem meu abrigo nos momentos mais tortuosos, por sempre terem me incentivado à qualificação acadêmica, profissional, mas principalmente, por me mostrarem a importância de ser um ser humano íntegro e destemido.

As minhas irmãs, Larissa Morais Vanzela e Janaina Morais Vanzela por me permitir participar e partilhar com vocês de momentos de alegrias, mas também de insegurança. Janaina, você e seu esposo Marcos dos Santos Reis são fundamentais nessa conquista, pois me socorreram na estrada em uma das etapas da seleção, me levaram até Maringá após o meu carro ter enguiçado na metade do caminho, o que me permitiu não ser eliminada em uma das primeiras fases da seleção do mestrado, eu nunca vou esquecer disso, e acho fundamental este registro e agradecimento. Larissa, obrigada pela paciência, mas também por aceitar a sair da sua zona de conforto para me fazer companhia nos eventos acadêmicos e passeios cheios de perrengues (risos).

A professora Elizete Conceição da Silva, que lecionou disciplinas fundamentais durante a minha graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá, reafirmo, você é uma profissional excelente. A Assistente Social, Cristiane Mazzo Valoto, que me inspirou a escolher a minha profissão. Ambas, cada uma ao seu modo, deixou uma marca terna na minha trajetória acadêmica e profissional.

As minhas colegas de trabalho, Ludimila Aparecida Bueno Martins, Liliane Wialesck Pobbe Mainardes, Adriana Oliveira e Suelen Rabelo, por serem minha rede de apoio no trabalho. A gestora da Política de Assistência Social, Lucia de Jesus Maia Buzato, pelo apoio nesse processo de estudos, especialmente, por autorizar as alterações/reorganização da minha rotina de trabalho.

Aos meus colegas de mestrado da turma de 2020, mas também, aos meus colegas que conheci durante a minha participação nas disciplinas em 2019, na condição de aluna não regular do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, em especial, à Carolina de Andrade Guarnieri.

Ao meu orientador, Rafael da Silva, por ter aceito o desafio de me orientar, pelos inúmeros ensinamentos mediados durante o processo de supervisão, pela serenidade, responsabilidade e respeito.

As professoras, Carla Cecília Rodrigues Almeida e Simone Pereira da Costa Dourado, pela dedicação e contribuições feitas durante a minha qualificação.

As professoras, Simone Pereira da Costa Dourado e Maria Ligia G. G. Rodrigues Elias, pelo aceite de participação na minha banca de defesa, sou grata pelas contribuições realizadas.

Minha admiração aos demais professores que tive a honra de conhecer pessoalmente (outros de forma virtual), meu reconhecimento e gratidão: Celene Tonella, Éder Rodrigo Gimenes, Ednaldo Aparecido Ribeiro, Marivânia Conceição de Araújo, Meire Mathias, Zuleika de Paula Bueno e ao secretário, Junior, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UEM, sempre muito solícito com as demandas dos estudantes.

O meu agradecimento a todas as candidatas que concorreram ao cargo de vereadora no período de 1988 a 2020 que aceitaram o desafio de recuperar as lembranças, nem sempre agradáveis, geradas no processo de campanha e execução das funções no cargo eletivo, no município de Ivaiporã – PR.

A vocês, o meu muito obrigada!

Ivaiporã, julho de 2022.

“Sempre tem dificuldade, não dá para dizer que não tem, só que todas as coisas têm um começo meio e fim. Tudo passa!”
(PARTICIPANTE 1 – CANDIDATA AO CARGO DE VEREADORA).

VANZELA, Alana Morais. **MULHERES E PODER LOCAL: Um Estudo Sobre A Representação Na Esfera Legislativa Do Município De Ivaiporã - Paraná.** 178 F. Dissertação De Mestrado Em Ciências Sociais. Universidade Estadual De Maringá. Maringá, 2022.

RESUMO

No Brasil os municípios receberam o estatuto legal de ente federativo a partir da Constituição Federal de 1988, o que permitiu a construção da autonomia e função político administrativa descentralizada, gestão financeira e normativa do território local, onde a população passa a ter a oportunidade de escolher os representantes que ocuparão os cargos de prefeito / vice-prefeito e vereadores, através de voto. Nesse sentido, a disputa eleitoral em âmbito local se torna um campo que potencializa o princípio de legitimidade e descentralização administrativa, mas também, produz clivagens e tensionamentos entre os atores. Nesta pesquisa, procurei compreender os desafios e possibilidades dispostos na trajetória social, histórica e cultural de mulheres que concorreram ao cargo de vereadora, no período de 1988- 2020 no município de Ivaiporã – PR. Para tanto, foi adotada a metodologia de estudo de caso, a partir da triangulação dos métodos de coletas de dados. Os resultados obtidos indicam que existem duas ordens de razões que corroboraram para a tomada de decisão das participantes em relação a candidatura e inserção em uma disputa eleitoral: 1) Mudança de estado civil (viuvez) e 2) Convite à Participação. No que tange aos desafios identificados no processo de participação local das mulheres, cita-se: A persistência de um traço político de corrupção, a violência política de gênero, ausência de tempo livre e excesso de responsabilidade (carga mental, trabalho remunerado e reprodutivo), ausência de planejamento do processo de campanha eleitoral, acesso inadequado as informações sobre regulamento eleitoral. Já, em relação as potencialidades de participação citam-se: O contato com políticos, inclusive, em âmbito familiar; aprendizagem de repertório político em cargo de professora e/ou de diretora/vice-diretora de escola, estruturação das políticas públicas, valorização da experiência de participação enquanto prática educativa, acolhimento e o incentivo familiar e/ou de amigos. No mais, foi possível identificar a necessidade de oferta e qualificação a respeito das regras que estruturam o campo político (processo eleitoral, questões de gênero e de financiamento de campanha), um trabalho de base que pode vir a se tornar um convite a participação de mais mulheres na cena local, através da construção de repertórios participativos, de modo, a gradativamente favorecer a redução da expectativa e carga simbólica do nascer vocacionado ao campo e atuação política.

PALAVRAS-CHAVE: MULHER. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA. PODER LOCAL. MUNICÍPIO.

VANZELA, Alana Morais. **WOMEN AND LOCAL POWER: A Study on Representation in the Legislative Sphere of the Municipality of Ivaiporã - Paraná.** 178 F. Master's Dissertation in Social Sciences. State University of Maringá. Maringá, 2022.

ABSTRACT

In Brazil, municipalities received the legal status of a federative entity from the Federal Constitution of 1988, which allowed the construction of autonomy and decentralized administrative political function, financial and normative management of the local territory, where the population has the opportunity to choose the representatives who will occupy the positions of mayor / deputy mayor and councilors, through vote. In this sense, the electoral dispute at the local level becomes a field that enhances the principle of legitimacy and administrative decentralization, but also produces cleavages and tensions between the actors. In this research, I tried to understand the challenges and possibilities provided in the social, historical and cultural trajectory of women who ran for the position of councilor, in the period 1988-2020 in the municipality of Ivaiporã - PR. For this purpose, the case study methodology was adopted, based on the triangulation of data collection methods. The results obtained indicate that there are two orders of reasons that corroborated the decision-making of the participants in relation to candidacy and insertion in an electoral dispute: 1) Change of marital status (widowhood) and 2) Invitation to Participation. Regarding the challenges identified in the process of local participation of women, the following are mentioned: The persistence of a political trait of corruption, political gender violence, lack of free time and excessive responsibility (mental load, paid and reproductive work) , lack of planning of the electoral campaign process, inadequate access to information on electoral regulations. In relation to the potential for participation, the following are mentioned: Contact with politicians, including within the family; learning political repertoire in the position of teacher and/or principal/deputy principal of a school, structuring of public policies, valuing the experience of participation as an educational practice, welcoming and encouraging family and/or friends. In addition, it was possible to identify the need for offering and qualification regarding the rules that structure the political field (electoral process, gender issues and campaign financing), a base work that could become an invitation to the participation of more women in the local scene, through the construction of participatory repertoires, in order to gradually favor the reduction of the expectation and symbolic load of being born with a vocation to the countryside and political action.

KEYWORDS: WOMAN. POLITICAL REPRESENTATION. LOCAL POWER. COUNTY.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA I – Mesorregião norte central do Paraná	84
MAPA II – Vale do Ivaí	85
MAPA III – Índice de desenvolvimento humano no Vale do Ivaí.....	86
MAPA IV - Extensão territorial de Ivaiporã início da década de 1990	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Violência de gênero na política.....	68
QUADRO II – Formas de captação de respostas em questionários durante a pandemia de COVID-19	77
QUADRO III - Panorama de captação de respostas em questionários durante a pandemia de COVID-19.....	78
QUADRO IV - Participação de pessoas do sexo feminino nas legislaturas de Ivaiporã – PR.	90

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – Sexo e legislaturas.....	88
GRÁFICO II – Profissões exercidas pelas candidatas eleitas em período anterior à campanha política	91
GRÁFICO III - Principal motivo que afasta as mulheres de uma disputa eleitoral	140

LISTA DE TABELAS

TABELA I - Número de candidaturas por sexo	74
TABELA II - Perfil geográfico e raça/cor das participante	79
TABELA III - Perfil profissional e filiação partidária	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BENFAM – Bem-Estar Familiar No Brasil
CESOP – Centro De Estudos De Opinião Pública
CCJ – Comissão De Constituição E Justiça
COPEP – Comitê Permanente De Ética Em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social
CF – Constituição Federal
CAPES – Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior
COVID-19 – Coronavírus 2019
DOPS – Departamento De Ordem Política Social
EPI – Equipamentos De Proteção Individual
EC – Emenda Constitucional
ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro
FEFC – Fundo Especial De Financiamento De Campanha
IDH – Índice De Desenvolvimento Humano
IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
IBOPE – Instituto Brasileiro De Opinião Pública E Estatística
INSS - Instituto Nacional Do Seguro Social
IPU – Inter-Parliamentary Union
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ONU – Organização Das Nações Unidas
ORG – Organização
PR – Paraná
PDS – Partido Democrático Social
PMDB – Partido Do Movimento Democrático Brasileiro
PST – Partido Social Trabalhista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
MT – Mato Grosso
PT – Partido Dos Trabalhadores
PDF – Portable Document Format

PEC – Proposta De Emenda Constitucional

PGC – Programa De Pós-Graduação Em Ciências Sociais

SARS-COV-2 – Síndrome Respiratória Aguda Grave Do Coronavirus 2

SUAS – Sistema Único De Assistência Social

TCLE – Termo De Consentimento Livre Esclarecido

TER – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UNICAMP – Universidade De Campinas

UEM – Universidade Estadual De Maringá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O CAMPO POLÍTICO: QUEM E COMO REPRESENTAM	24
2.1 PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO.....	24
2.1.1 TIPOS DE REPRESENTAÇÃO	26
2.2 ATORES POLÍTICOS, FORMAS DE ATIVISMO E CAPITAL POLÍTICO	27
2.3 ESFERA PÚBLICA E PRIVADA: CAMPO E CLIVAGENS DE GÊNERO.....	36
3. AS MARGENS DA DEMOCRACIA: REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM DISPUTA	42
3.1 O PERÍODO IMPERIAL (1824-1889): A COSTELA ESQUERDA DO CIDADÃO	42
3.2 PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 -1930): É CHEGADA A HORA DE TOMAR PARTIDO	47
3.3 GOVERNO GETÚLIO VARGAS (1930-1945) À DÉCADA DE 1960: CIDADANIA CONDICIONADA	51
3.4 DITADURA MILITAR (1964-1985): UM CONVITE À RESISTÊNCIA	54
3.5 ABERTURA DEMOCRÁTICA E CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUALIDADE (1985 – 2022): OS DILEMAS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO GÊNERO FEMININO PERSISTEM?	62
4 UM RETRATO LOCAL: AS MULHERES QUE REPRESENTAM	73
4.1 POLÍTICA E TERRITÓRIO: DESCENTRALIZAÇÃO BUROCRÁTICA E PODER LOCAL	73
4.2 LOCAL EM FOCO: APRESENTAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE IVAIPORÃ-PARANÁ	82
4.3 PODER LEGISLATIVO E O LOCAL: QUAL O SEXO DOS DONOS DO PODER?	83

4.4 – NOTAS SOBRE O TRABALHO DE CAMPO: O DESAFIO DA PESQUISA LOCAL EM PERÍODO DE PANDEMIA GLOBAL.....	87
4.5 - RELATOS DE TRAJETÓRIA: A MULHER QUE TRANSBORDA DO ESPAÇO PRIVADO AO ESPAÇO PÚBLICO.....	93
4.6 - ENTRE O APOIO E HOSTILIDADE: O PROCESSO DE CAMPANHA E OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO LEGISLATIVA	109
4.7 - FINANCIAMENTO DAS CANDIDATURAS FEMININAS: AFINAL, QUEM PAGA A CONTA?	133
4.8 - PARTICIPAÇÃO E FUTURO: QUE CAMINHOS ELAS PRETENDEM FORJAR?.....	140
5. CONCLUSÃO	151
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO.....	164
APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	178

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil possui 5.570 municípios¹ e, apesar de ter dimensões continentais, tem conseguido desenvolver um processo coordenado que conta com eleições regulares e competitivas para cargos do poder executivo e legislativo.

É importante destacar que os municípios receberam no Brasil estatuto legal de ente federativo a partir da Constituição Federal de 1988, o que permitiu a construção da autonomia e função político administrativa descentralizada, gestão financeira e normativa do território local, onde a população passa a ter a oportunidade de escolher os representantes que ocuparão os cargos de prefeito/vice prefeito e vereadores através de voto obrigatório, direto e secreto, manifesto pelo cidadão devidamente credenciado como eleitor/eleitora.

Destaca-se que, atualmente, o país apresenta poucas restrições para o alistamento dos cidadãos maiores de 16 anos de idade, o que permite que o país conte com 148.327.396 eleitores/eleitoras (BRASIL, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2021), sendo desse conjunto 78.444.396 (52,5%) eleitoras e 69.850.991 (47,1%) eleitores, que manifestam a sua vontade através de urnas eletrônicas, e o resultado da eleição é apurado poucas horas após o encerramento da votação, sem muitos questionamentos a respeito de sua validade.

O registro de candidaturas congrega requisitos variáveis a depender do cargo político que a pessoa pretende disputar, conforme prevê os artigos 87 ao 102 da Lei nº 4737/1965; artigo 14 da Constituição Federal de 1988 e artigos 10 ao 16 da Lei nº 9504/97.

Contudo, o acesso aos direitos políticos no Brasil, a saber representação e voto, não se deu de forma automática a todas as pessoas, a história brasileira guarda capítulos próprios para alguns segmentos populacionais, que tiveram que lutar contra barreiras formais e informais de acesso a este pilar do conjunto de direitos de cidadania².

Isso significa que, embora o século XX seja reconhecido como um período de avanços significativos que possibilitaram o surgimento de um novo ente federativo e, consecutivamente, da possibilidade de descentralização político administrativa e normativa, além da ampliação dos direitos políticos, civis e sociais para as mulheres, o contexto de sub-representação feminina

¹ Para ver mais acesse o *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/23701-divisao-territorial-brasileira.html?t=downloads>> Acesso em 28 mai. 2022.

² A cidadania é composta por um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Para saber mais sobre o conceito ver: MARSHALL, Thomas Humprey. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

em cargos de democracia representativa (legislativa e executiva) é considerado na literatura como um problema público recente em regimes democráticos, que aos poucos tem se tornado objeto de pesquisa empírica (BIROLI, 2018; MOREIRA e BARBERIA, 2016; SANCHEZ, 2015; CISNE, 2012; AGUIAR, 1997), mas que carece de investigações sobre a sua expressão em âmbito municipal.

Uma análise sobre a história, legislação e os costumes brasileiros, quando instrumentalizada pela categoria de gênero, potencializa o processo de reflexão e captação dos desafios impostos às mulheres no processo de acesso e execução dos direitos políticos, assim como permite compreender a necessidade de implantação e qualificação das políticas públicas voltadas ao processo de reparação dessa desigualdade.

Este trabalho possui o **objetivo** de compreender os desafios e possibilidades dispostos na trajetória social, histórica e cultural das mulheres que concorreram ao cargo de vereadora no município de Ivaiporã, que fica localizado na mesorregião norte central do Paraná, no período de 1988 ao ano de 2020.

É importante destacar que a partir da Emenda Constitucional nº 58/2009, que modifica a redação do artigo 29 da Constituição Federal de 1988, passa a ser instituído um limite sobre a quantidade de vereadores escolhidos em cada município, esse valor irá variar de acordo com o número geral de habitantes situados no território. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), o município de Ivaiporã- Paraná conta com 31.816 habitantes, possui 9 cadeiras de vereadores e cerca de 21.414 eleitores/eleitoras, sendo 53,6% deste total eleitoras (BRASIL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA ELEITORAL, 2021)

Ao observar os dados dispostos no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR, percebe-se que a participação das mulheres em cargos eletivos, na esfera legislativa durante os anos de 1988 a 2020 no município de Ivaiporã –PR, não chegou a ultrapassar os 12% do total de assentos.

A série histórica citada no parágrafo anterior, reforça a hipótese sobre a existência de entraves de ordem sociocultural que favorecem a sub-representação feminina na política municipal, e demonstra a relevância de se refletir a categoria de gênero e seus rebatimentos na organização social, ou seja, como os papéis de gênero podem impactar sobre a representação política local.

Essa pesquisa adotará a **metodologia** de estudo de caso, no qual será feito uma triangulação de métodos de coletas de dados (GIMENES, 2019). Em um primeiro momento, será realizada a análise documental dos dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral - TSE

e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE-PR, a respeito da identidade e quantitativo geral do número de candidatas que concorreram ao cargo de vereadora no período de 1988-2020 no município de Ivaiporã - Paraná. Na sequência, será feita a busca ativa dessas candidatas com o objetivo de solicitar a sua participação que se dará a partir da manifestação de suas opiniões, segundo um conjunto de perguntas compiladas em um questionário.

No fim da aplicação do questionário, será apresentado um novo convite de participação em uma entrevista, é importante frisar que a entrevista seguirá um roteiro semiestruturado que será encaminhado com antecedência para as participantes. A seleção para a participação na entrevista será definida de acordo com o critério de tempo e ordem cronológica de aceite de participação, e buscará agregar a participação de candidatas e mulheres que exerceram a função de vereadora no recorte temporal compreendido de 1988 a 2020. Os dados coletados neste estudo de caso, serão analisados a partir das categorias teóricas de gênero e representação política, aspectos que serão detalhados no capítulo denominado como: “Um retrato local: as mulheres que representam”.

Contudo, é possível antecipar que segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE-PR, no período de 1988 a 2020, foram registradas 172 candidaturas femininas, entretanto, durante a análise foi perceptível a existência de alguns erros cadastrais, a saber: homens que foram cadastrados como do sexo feminino.

Após a análise das candidaturas foi possível reduzir o escopo de análise de 172 para 132 candidatas, é importante frisar que algumas mulheres possuem histórico de disputa eleitoral, isto é, foram candidatas em duas ou mais eleições, o que justifica a redução do quantitativo de pessoas que seguiriam para a próxima etapa, a saber: busca ativa das candidatas.

O processo de busca ativa resultou na localização de 94 candidatas, cada uma recebeu um convite de participação, que descrevia informações sobre a pesquisa em curso, a saber: Realizei a minha apresentação enquanto estudante/pesquisadora; contextualizei sobre o objetivo e metodologia da pesquisa, apresentei o número do parecer favorável que a pesquisa possui no Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá, assim como, cópia do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), para enfim, apresentar o *link* do questionário virtual, entretanto, eu também me coloquei a disposição para realizar a aplicação presencial e/ou por telefone, visando ampliar a captação de respostas.

Ao fim, do período de captação das respostas foram respondidos 19 questionários. Na sequência, as mulheres que responderam ao questionário foram convidadas a participar da

segunda etapa de coleta de dados, que foi realizada através de uma entrevista semiestruturada e que exigiu o preenchimento de novo Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Participaram ao todo do processo de entrevista 8 mulheres, sendo: 2 candidatas que atuaram como vereadora e outras 6 candidatas que participaram do processo eleitoral.

É importante salientar que os instrumentos de coletas de dados foram pensados e construídos a partir da revisão bibliográfica que indicou temas que são recorrentes na literatura de Ciência Política, e que estão relacionados ao tema da sub-representação feminina em instituições de democracia representativa, na sequência, foi realizada uma análise de questionários disponíveis no banco de dados *online* do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP³, a partir de três palavras-chave: Gênero, Participação e Representação. No banco de dados do CESOP, foram identificados alguns questionários, sendo eles: “Mulheres na política” do Senado Federal, realizado em setembro de 2014, produzido pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE Inteligência, em novembro de 2014 e 2018; os questionários sobre “Estudos Eleitorais Brasileiros” do CESOP/UNICAMP produzidos em novembro de 2002 e 2010, questionário de Pesquisa ESEB – CESOP/UNICAMP 2006. Esses questionários foram selecionados e serviram de base para a construção do questionário empregado no processo de pesquisa de campo dessa dissertação.

Destaco que o Projeto de Pesquisa, Cronograma, os Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), assim como os instrumentos de Pesquisa: Roteiro Semiestruturado de Entrevista e Questionário, foram submetidos ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá que emitiu parecer favorável, a saber nº 4.608.759 na data de 24/03/2021.

Aproveito para sinalizar que este trabalho foi organizado em três capítulos, denominados como: O campo político: quem e como representam; As margens da democracia; Representação e participação em disputa; Um retrato local: as mulheres que representam, e na sequência, apresento as considerações finais.

Justifico que a escolha pela investigação científica sobre o processo de representação da mulher na política institucional expressa no município de Ivaiporã-PR não se deu ao acaso, a

3 O CESOP foi criado em 1992, e trata-se de um centro de pesquisas vinculado a Universidade de Campinas (UNICAMP), com o objetivo de resgatar, organizar e armazenar pesquisas por amostragem realizadas no campo do comportamento político e social. O CESOP possui um importante centro de dados, que é composto por documentos de pesquisa cedidos de forma gratuita por pesquisadores e instituições nacionais e internacionais. Para ver mais, acesse: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/apresentacao> Acesso em 26 ago. de 2020.

escolha/afinidade foi forjada no decorrer da minha experiência enquanto cidadã munícipe dessa cidade, devo esclarecer que essa relação de proximidade com o tema não inviabiliza a possibilidade de produção do conhecimento científico. Todavia, requer rigor por parte do pesquisador que se permite investigar a realidade local, despindo-se de pré-noções e expectativas pessoais forjadas pelo senso comum (PAUGAM, 2015; LENOIR, 1996).

O processo de produção científica sobre o tema foi iniciado em 2015, quando percebi uma inquietação a respeito da falta de diversidade na composição da câmara de vereadores do município de Ivaiporã – PR, e, desde então, essa forma de apresentação da realidade tem me motivado a desenvolver aproximações sucessivas que visam compreender o processo eleitoral no município, sob o enfoque de duas categorias de análise - gênero e representação.

Desde então, venho realizando a análise sobre o potencial e legitimidade desse questionamento, de forma a compreender se ele poderia ser considerado um problema de pesquisa sociológico. Assim, esse problema de pesquisa foi submetido a diversas reflexões, o que resultou na produção de uma monografia que foi defendida em 2016 no curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e que optei por dar continuidade aos estudos no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais -PGC da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Ao longo da minha trajetória no mestrado, o meu problema de pesquisa passou por momentos de construções e desconstruções cotidianas. Análises que tomaram um estado provisório e que passaram por um processo de revisão e amadurecimento, por meio da minha participação nas disciplinas ofertadas e no processo de construção dessa dissertação.

Experiência esta que me permitiu compreender que a participação política, mais do que um espaço de poder, é resultado da necessidade física, afetiva e psicológica do homem e da mulher, pois, os seres humanos, apesar de nascerem essencialmente iguais (sentido humano genérico), constroem as suas percepções e simbolizações de forma diferente, ou seja, os seres humanos possuem individualidade, o que irá resultar no decorrer do convívio social no surgimento de opiniões diferentes (DALLARI, 1984; RUA, 2012).

Logo, o baixo percentual de êxito nas candidaturas femininas pode ser visualizado enquanto um problema de consolidação de uma sociedade inclusiva norteadas pela pluralidade, que pode vir a favorecer o desenvolvimento de entraves à efetiva inclusão dos interesses femininos na agenda institucional. Uma vez que determinadas pautas podem passar de forma despercebidas, ou destituídas de sua importância por terem sua análise feita por atores políticos que não as vivenciam e/ou não se encontram no campo de prioridades aos olhos masculinos (SANCHEZ, 2015; PITKIN, 1985).

Nesse sentido, a participação e a representação política surgem enquanto um mecanismo de mediação dos conflitos inerentes ao processo de diversidade que permeia a interação humana, de forma a estabelecer um diálogo organizado com os diversos grupos acerca das soluções idealizadas para os problemas públicos, caracterizados como situações que ameaçam a organização e funcionamento da sociedade, ou seja, trata-se de problemas que possuem relevância coletiva (SECCHI, 2014; RUA, 2012; URBINATI, 2006).

Os projetos políticos, ao contemplarem as demandas sociais, tornam-se um terreno de disputa e negociação, que podem ser defendidos e/ou rebatidos a depender do olhar do grupo de representantes que os julga (RUA, 2012; SECCHI, 2014; SANCHEZ, 2015; PITKIN, 1985).

Desta forma, a presente pesquisa possui relevância, pois pode ser considerada como um mecanismo de análise sobre os desafios e possibilidades encontrados pelas mulheres no processo sócio-histórico e cultural de disputa no campo político e da representação de seus anseios.

Antes de continuarmos, alguns esclarecimentos precisam ser realizados, adianto que nessa dissertação utilizarei a categoria “mulheres” e/ou “gênero feminino” para apresentar alguns desafios e possibilidades vinculados a representação política de indivíduos em espaços político decisórios. Contudo, isso não significa que essas duas categorias são um consenso na literatura, pois embora a teoria feminista tenha utilizado a categoria “mulheres” e/ou “gênero feminino” como uma identidade que incita interesses e objetivos dentro dos movimentos feministas, essas categorias foram criadas em um período histórico e cultural em que a vida das mulheres e os seus problemas eram pouco (ou sequer) representados, todavia, na atualidade essas categorias tem sido questionadas como um instrumento que apresenta, mas que também pode produzir distorções quando empregadas como uma identidade definida sobre a representação do “ser mulher” (BUTLER, 2003).

Compreendo que este trabalho não tem a pretensão de denunciar todas as formas de desigualdades, pois parto do pressuposto que os indivíduos não ocupam a mesma posição dentro do sistema de hierarquização e exclusão social, e que, portanto, não tenho a pretensão de defender a existência de um patriarcado que atinge as pessoas com a mesma intensidade, pois marcadores de raça, classe, gênero e orientação sexual operam nessa estrutura e impõem diferentes desvantagens e vantagens aos indivíduos (BIROLI, 2018; BUTLER, 2003).

Nesse sentido, será apresentada uma perspectiva desse campo, com enfoque em espaços político decisórios, o que não desmerece os demais debates que podem ser desenvolvidos. Dito isto, considero que parte dos desafios que são denunciados pelas primeiras personalidades e em

seguida coletivos feministas vinculado principalmente ao movimento sufragista, persistem na história brasileira.

Então, essa opção metodológica, pela manutenção do uso das categorias “mulheres” e/ou “gênero feminino” é uma forma de estabelecer uma conexão com a produção teórica que começou a ter destaque no início dos anos de 1920, e que possui relação intrínseca com algumas reivindicações da atualidade manifestas em âmbito local.

Isso não significa ignorar os problemas que essas duas categorias possuem na literatura, assim como utilizá-las não desmerece o avanço político dos estudos sobre gênero como uma categoria não binária, que contempla toda uma produção sobre o chamado *genderqueer*.

Por fim, é necessário esclarecer que esta pesquisa não recebeu aporte financeiro estatal para o seu desenvolvimento, pois o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, que tinha previsão de cota de 4 bolsas para o ano de 2020, ano em que ingressei como estudante regular do mestrado, acabou sendo afetado pela Portaria nº 34 de 9 de março de 2020, assinada pelo então presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Benedito Guimarães Aguiar Neto, que zerou a cota de bolsas prevista para o Programa de Pós-Graduação, logo, não foi possível me dedicar exclusivamente à produção científica.

Ademais, a produção dessa dissertação ocorreu em contexto de pandemia de COVID-19, eu enquanto Assistente Social trabalhadora lotada na Política de Assistência Social (proteção social de média complexidade), reconhecida como serviço essencial pelo decreto federal nº 10283/2020 e decreto estadual nº 7145/2021, não pude gozar de licença ou de redução da minha carga horária de trabalho para poder me dedicar exclusivamente à qualificação profissional, estando todo e qualquer tipo de afastamento condicionado à apresentação de laudo médico que atestasse quadro de saúde incompatível com o exercício de minhas funções.

Devo pontuar o descaso governamental com os trabalhadores lotados no Sistema Único de Assistência Social, que foram reconhecidos como serviço essencial através dos decretos supramencionados, mas que não foram elencados como um grupo prioritário no Plano Federal de Imunização, e que, para o governo estadual, esse público acabou sendo reconhecido como a 19ª prioridade no Plano de Imunização, sendo permitido o início do processo de vacinação desses trabalhadores somente em abril de 2021, após mais de um ano de trabalho presencial na pandemia, no meu caso, sequer foi adotado esquema de revezamento, houve somente em 2021, uma precária entrega dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, por parte da Administração Municipal.

Em abril de 2021, eu acabei sendo infectada pelo novo coronavírus, que causa a SARS-CoV-2, ironicamente na mesma semana que foi autorizada a vacinação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social a partir de diretrizes estaduais de vacinação, após uma forte luta travada no âmbito do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS do Paraná, colegiado que tive a honra de compor no período de 2018-2021. Porém, minha infecção corroborou para adiar ainda mais a possibilidade de vacinação, o que também afetou significativamente a minha saúde mental, momento em que precisei procurar o serviço de psicologia clínica particular.

Nesse sentido, a má gestão governamental da pandemia, associado ao ritmo lento de vacinação da população, prejudicou o processo de execução das minhas atividades acadêmicas de duas formas, pessoalmente como foi explanado, mas também no processo de pesquisa de campo, que em um primeiro momento foi executado de forma remota, e que aos poucos foi passível de desenvolvimento presencial em alguns casos que descreverei de forma mais detalhada no item: “Notas sobre o trabalho de campo: o desafio da pesquisa local em período de pandemia global”.

2 O CAMPO POLÍTICO: QUEM E COMO REPRESENTAM

2.1 PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

A gramática social da democracia enquanto um símbolo de participação máxima do povo, começa a ser reescrita no século XX, momento em que os contornos expressos pela doutrina clássica se tornam alvo de crítica por teóricos e autores da sociologia política.

A definição e a aplicabilidade material do conceito de democracia se tornam um terreno em disputa, o que pode ser considerado um reflexo do processo de popularização da temática que se insere nos debates produzidos em meios de comunicação, em campanhas políticas e chega a ser apresentada como uma demanda dos movimentos estudantis (PATEMAN, 1992).

Ao longo desse período histórico, começam a surgir análises que compreendem a participação popular como uma ameaça à democracia, devido à compreensão de que a democracia tal como é concebida na teoria clássica⁴ não teria aplicabilidade real e que quanto maior a participação, menor seria o padrão de estabilidade política de um governo, o que poderia se configurar como uma ameaça ao regime democrático, gerando o risco de aparição de regimes totalitaristas (PATEMAN, 1992).

Autores como Mosca e Michels argumentavam que “[...] a participação política dos atuais não participantes poderia abalar a estabilidade do sistema democrático, considerando-se a perspectiva das atitudes políticas” (PATEMAN, 1992, p.11). Na mesma linha, Schumpeter compreende que a participação não possui papel preponderante na teoria democrática na contemporaneidade (PATEMAN, 1992).

Schumpeter em seu livro “Capitalismo, socialismo e democracia (1943), indica que a democracia deveria ser concebida como método e não como uma finalidade. E o papel da participação deveria estar circunscrito à competição eleitoral, sendo necessário assegurar as liberdades civis para que as pessoas pudessem participar da disputa por um cargo político (PATEMAN, 1992).

Esse autor também compreende que a disputa por votos é similar à lógica de Mercado: “[...] à maneira dos consumidores, os eleitores colhem entre as políticas (produtos) oferecidas

⁴ Segundo Della Porta (2003) o “[...] conceito de política, referindo-se na sua raiz etimológica à pólis grega, exige uma imagem de participação: no agora, intervém através do raciocínio para elaboração das decisões. A chamada ‘democracia dos antigos’ mantém esse elemento de intervenção direta [...]” (p. 85). Logo, para que a política se torne democrática é necessário o máximo de participação dos cidadãos.

por empresários políticos rivais, e os partidos regulam a competição do mesmo modo que as associações de comércio na esfera econômica” (PATEMAN, 1992, p.13).

Para Schumpeter, a liderança exercida pelos representantes escolhidos por meio do voto não deveria estar condicionada ao controle do cidadão, exceto na hipótese do processo eleitoral, momento em que o representante poderia ser substituído.

Na mesma linha, Berelson compreendia que a baixa participação e o sentimento de apatia frente aos assuntos políticos exerceriam uma função positiva, pois a população apresentaria menor grau de discordância e, consecutivamente, surgiriam menos atritos frente às necessidades de mudanças e ajustes adotados pelos representantes, o que aumentaria a probabilidade da estabilidade política (PATEMAN, 1992).

Percebe-se que a participação começa a ser reduzida a um processo de representação, que se concentra na defesa sobre os arranjos institucionais e de proteção ao processo de competição dos líderes⁵, o voto eleitoral assume o destaque sobre as demais formas de se estabelecer o controle das ações e o grau de aprovação dos representantes passa a ser mensurado a partir do número de votos obtidos.

O crescimento da participação, segundo essa perspectiva de análise, torna-se tolerável nos limites do quantitativo necessário para a manutenção da disputa eleitoral. É possível compreender que, a partir da teoria democrática contemporânea, a representação ganha maior destaque e alcance no debate da ciência política (PATEMAN, 1992).

Segundo Aires (2009), o conceito de representação possui duas chaves de interpretação, autorização e delegação, e pode ser considerado como uma forma de participação política em que o povo não governa de forma direta. Logo, as instituições democráticas devem apresentar normas que regem o ato de autorização, aqui entendido como o momento em que o povo seleciona e delega ao outro a possibilidade de agir em seu nome.

O debate sobre a representação democrática permanece em disputa, especialmente a partir da virada do século XX ao XXI, não se esgota no ato de autorização do mandatário. Atualmente, vemos um processo de retomada de instâncias de contestação pública, que reivindicam formas extras de controle (mecanismos e períodos) para a prestação de contas, assim como o surgimento de formas de participação não convencional.

Com base no exposto, é possível inferir que existe uma tensão para definir os limites da participação e da representação, sendo a segunda forma, a que ganhou maior destaque em processos de desenvolvimento das instituições democráticas na atualidade. Todavia, mesmo

⁵ Della Porta (2003) denomina como corpo de representantes especializados.

com a prevalência de processos representativos, existe a necessidade de manter um nível de participação⁶. Inclusive, sob a tónica do cumprimento do princípio de soberania popular, o que explica a permanência de formas de participação direta como: Referendos e consultas diretas aos eleitores e as eleitoras (DELLA PORTA, 2003).

Assim, a teoria da representação na atualidade busca compreender mais do que o ato de autorização, mas também, o processo de representação, ou seja, como o mandatário se responsabiliza em relação a sociedade civil? Quais e de que forma as instituições estimulam o processo de circularidade política? E, em que medida essas ações estão sendo adotadas/efetivadas para que a representação espelhe o pluralismo da sociedade? Ou ainda, em que medida estão sendo executadas e/ou diluídas as sanções que são aplicadas, devido ao descumprimento das regras que focalizam os direitos de segmentos historicamente excluídos das instituições políticas?

Não resta dúvida sobre a necessidade de se refletir sobre o processo de representação. Afinal, a representação política pode ter vários sentidos. Mas será que existe algum tipo de representação que tem o potencial de diminuir a exclusão social que determinados segmentos sociais sofreram (e sofrem) no acesso a espaços político decisórios? Essa, e outras perguntas serão alvo de debate no próximo tópico.

2.1.1 FORMAS DE REPRESENTAÇÃO

O conceito de representação política pode ser compreendido e utilizado de formas diferentes, algumas vezes é empregado de forma restritiva, exaltando a representação como uma atitude ou intenção de caráter pessoal, outras vezes, pode ser empregado de forma abrangente, ao se referir a um tipo de atividade social ou arranjo institucional (LOUREIRO, 2009).

A autora Hanna Pitkin, em 1967, refina os estudos sobre a representação, quando propõe uma subdivisão do conceito, que passa a ser observado sob quatro perspectivas, a saber: descritiva, formalista, simbólica e substantiva.

⁶ A participação será compreendida como o “[...] envolvimento do indivíduo no sistema político a vários níveis de actividade, do desinteresse total à titularidade de um cargo político [...]. Numa concepção mais limitada, compreende quais os comportamentos dos cidadãos orientados para influenciar o processo político” (DELLA PORTA, 2003, p. 86). Inclusive, em teorias mínimas, a participação poderá ser compreendida como: “[...] a exposição voluntária a mensagens políticas [leitura de jornais, ver jornais etc.]. Neste caso, fala-se de simples presença, diferente da activação, que acontece quando o indivíduo se empenha em actos políticos [...]” (DELLA PORTA, 2003, p. 87).

A representação de tipo descritiva pode ser compreendida como aquela em que o representante espelha as características do grupo, sendo, portanto, um reflexo da sociedade. A representação de tipo formalista ocorre mediante a execução de um processo eleitoral, momento em que é feita a autorização de um mandatário que age em nome dos outros, o que exige um certo grau de responsividade do representante. A representação de tipo simbólica é aquela em que o representante busca evocar significados a sua atuação através de símbolos que não estão presentes em determinado momento. E por fim, a representação de tipo substantiva, que se configuraria como uma atividade, em que o representante estabelece compromissos e toma decisões de acordo com os interesses dos representados. Nesse sentido, o representado se faz presente durante o processo de representação, ao passo que o representante também apresenta equivalências de características físicas, vivências e dilemas que são encontradas no grupo de pessoas a que ele se propõe representar (LOUREIRO, 2009; PITKIN, 1979).

Até o momento, fizemos uma análise sobre o conceito de representação, mas quem possui legitimidade e legalidade para participar ou ser representante em instituições políticas? No próximo tópico vou apresentar formas distintivas entre categorias de atores políticos que podem influenciar no processo de organização do Estado e trazer apontamentos sobre as formas de produção da legitimidade para o fazer político.

2.2 ATORES POLÍTICOS, FORMAS DE ATIVISMO E O CAPITAL POLÍTICO

A arena política é composta por atores, a saber: grupos, indivíduos e/ou organizações que tem diferentes graus de poder para influenciar direta ou indiretamente as decisões políticas que são tomadas dentro de um Estado. As atitudes e conduta dos atores não é estática, isto é, seus interesses e formas de interagir podem variar de acordo com o tempo, interesse público, circunstâncias e em função do papel que representam no cenário político. Entre as funções gerais dos atores estão: interagir, estabelecer coalizões, destinar recursos e buscar resolver conflitos, entre outras (DELLA PORTA, 2003; SECCHI, 2020).

O nível de participação dos atores também pode ser influenciado pelas desigualdades econômicas e sociais. O saber como “se faz para participar” e “como defender os seus interesses” não são repertórios que se desenvolvem naturalmente. Em alguns casos, o sentimento de incompetência a participação se sobrepõe ao de defesa de opiniões (DELLA PORTA, 2003). Bourdieu ilustra essa análise a partir do seguinte trecho, os:

[...] agentes sociais que ocupam posições diferentes no campo das relações de classes e definidos por uma *competência política específica* em maior ou menor grau, ou seja, por uma capacidade maior ou menor para reconhecer a questão política como política e tratá-la como tal, fornecendo-lhe uma resposta do ponto de vista político, ou seja,[...], socialmente reconhecido como habilitado a ocupar-se das questões políticas, dar uma opinião a propósito dessas questões ou, até mesmo, modificar seu curso (BOURDIEU, 2017, pp. 372-373).

Nesse sentido, a participação e a representação política podem espelhar as desigualdades e os privilégios de um ou mais campos sociais. Por isso, é importante refletir sobre os marcadores sociais mais comuns entre aqueles que participam e nos representam em espaços políticos e institucionais, tais como: sexo, geração, classe, raça, entre outros.

O emprego variado de tipos de participação (convencional ou não convencional) podem favorecer uma importante análise sobre os repertórios disponíveis e sobre a competência simbolicamente reconhecida/atribuída aos atores no campo político. Segundo Della Porta (2003) são consideradas formas de participação convencional:

- 1) Expor-se a solicitações políticas.
- 2) Votar.
- 3) Entabular uma discussão política.
- 4) Tentar convencer alguém a votar de determinado modo.
- 5) Usar um distintivo político.
- 6) Ter contatos com um funcionário ou dirigente político.
- 7) Fazer ofertas em dinheiro a um partido ou candidato.
- 8) Assistir a um comício ou assembleia política.
- 9) Dedicar tempo a uma campanha política.
- 10) Tornar-se membro ativo de um partido político.
- 11) Participar de reuniões onde se tomam decisões políticas.
- 12) Solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas.
- 13) Candidatar-se a um cargo eletivo.
- 14) Ocupar cargos políticos ou de partido (p. 88).

Sendo listado como formas de participação não convencional⁷, segundo a autora Della Porta (2003):

⁷ O autor Borba (2012) explica que, a partir da segunda metade do século XX, a modernização econômica vivenciada por alguns países permitiu o desenvolvimento de uma política pós materialista, que atribui ênfase na difusão dos valores de autoexpressão. Essa política pós materialista contribui para o desempenho de “[...] atitudes mais críticas da cidadania para com as instituições políticas tradicionais (materializada entre outros fatores nos índices de desconfiança nas instituições), que teria como reflexo o declínio nas taxas de participação política nas modalidades ditas convencionais. Tal declínio, porém, estaria sendo contrabalançado pelo crescimento do engajamento nas formas não convencionais de

- 1) Escrever a um jornal.
- 2) Aderir a um boicote.
- 3) Auto reduzir impostos ou rendas.
- 4) Ocupar edifícios.
- 5) Bloquear o trânsito.
- 6) Assinar uma petição.
- 7) Fazer um sit-in.
- 8) Participar numa greve.
- 9) Tomar parte em manifestações.
- 10) Danificar bens materiais.
- 11) Utilizar violência contra pessoas (DELLA PORTA, 2003, p. 92).

A combinação de tipos de participação comumente emprega um modelo de classificação dos atores, definidos como: a) Inativos, reconhecidos como aqueles que possuem uma baixa (e por vezes, infrequente) participação, leem matérias emitidas pela imprensa sobre os acontecimentos políticos e podem vir a assinar algum tipo de petição; b) conformistas, são aqueles que de forma regular, porém mínima, desempenham a participação convencional; c) reformistas, são aqueles que efetivamente participam de atividades convencionais e combinam outras formas legais de participação não convencional; d) ativistas, são aqueles que participam de forma convencional e não convencional e podem se valer de formas de protesto ilegais, como: bloqueio de estradas, danificar bens materiais e; e) contestatórios, são aqueles que empregam todas as formas não convencionais de participação e rejeitam formas convencionais (DELLA PORTA, 2003).

Quando é feita a associação entre as formas de participação convencional e não convencional atrelada à concepção de competência política expressa por Bourdieu, é possível perceber que a participação convencional pode estar associada à não convencional, ao indicar que “[...] pessoas interessadas na política e competentes no campo tendem a utilizar simultaneamente vários instrumentos possíveis para pressionar os governos [...]” (DELLA

participação [...]. Dessa forma, os “cidadãos críticos” ou “pós materialistas” concentrariam suas energias cívicas nessas modalidades, caracterizadas pela ação direta (sem a intermediação de representantes) e realizadas por organizações não hierárquicas. Exemplos seriam as manifestações coletivas, a organização de abaixo assinados, a participação numa ONG etc. Da mesma maneira seria de esperar que cidadãos portadores de valores materialistas exerceriam sua participação política preferencialmente através das tradicionais instituições da democracia representativa: o voto, os partidos, os sindicatos” (p. 125). Para saber mais sobre o assunto: BORBA, J. (2012). PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: A CENTRALIDADE DOS REPERTÓRIOS. *Revista Debates*, 6(1), 123. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.26167>, ou ainda, RIBEIRO, E. A. Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil. Maringá: EDUEM, 2011.

PORTA, 2003, p. 93). Logo, “[...] Se há indivíduos que preferem um ou outro tipo de estratégia, existem muitos que os combinam entre si” (DELLA PORTA, 2003, p. 93).

Nesse sentido a autora Della Porta afirma que: “[...] a investigação mais recente confirma que as formas de participação não convencionais são complementares, e não alternativas, em relação às convencionais” (2003, p. 96). Isso explica como os repertórios adquiridos em espaços distintos podem vir a ser combinados no exercício da participação em ambientes convencionais e não convencionais.

O autor Secchi (2020) também distingue os atores em governamentais e não governamentais, ou ainda, em três categorias: políticos, burocratas e sociedade civil.

Os atores políticos podem atuar no poder legislativo e executivo, e são autorizados (por meio do processo eleitoral) a tomar decisões em nome da coletividade que representam e, nesse sentido devem defender os interesses da coletividade, logo, no modelo de Della Porta (2003) esses atores têm uma participação convencional. Secchi (2020) destaca que esses atores representam:

[...] 1) Seus próprios interesses; 2) interesses de seus partidos políticos; 3) interesses de grupos de pressão (categorias profissionais, setores econômicos, movimentos sociais, corporações, mídia etc.); 4) interesses de áreas geográficas/territórios; 5) interesses gerais da coletividade. Não raras vezes essas várias fontes de interesses são conflitantes (p.143).

Os políticos também têm função simbólica e podem atuar de maneira educativa e informativa sobre assuntos que sejam relevantes para a sociedade. Aqueles que atuam no poder legislativo têm a oportunidade de indicar ações e temas que são prioritários para o investimento dos recursos públicos, assim como têm a função de fiscalizar e aprovar as contas públicas que são apresentadas pelo poder executivo (SECCHI, 2020).

Segundo o art. 37 da Constituição Federal de 1988, os políticos que atuam no poder executivo podem nomear pessoas para atuarem em cargo em comissão ou função de confiança. Os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração. Enquanto os cargos em função de confiança são ocupados por servidores de carreira que recebem uma promoção temporária, findo o mandato ou a necessidade do trabalho de chefia, a direção e/ou o assessoramento voltam ao cargo de origem.

Segundo Secchi, “[...] Os cargos comissionados servem como moeda de troca, que os políticos podem oferecer a militantes, pessoas de confiança e técnicos que colaboraram na promoção de uma candidatura” (2020, p.145).

Já os atores denominados como burocratas são funcionários públicos que permitem a administração se manter ativa mesmo em períodos eleitorais, para tanto, esses atores se submetem a processos de seleção baseados na competência técnica para desempenhar o cargo e na experiência adquirida, passam por estágio probatório e avaliações a fim de cumprir os requisitos necessários para obter a estabilidade no emprego (SECCHI, 2020). No mais,

[...] faz parte do ideal weberiano a atuação eficiente da burocracia, em que as tarefas são executadas de acordo com prescrições normativas. Implícita na visão weberiana está a interpretação de que o trabalho do burocrata deve ter o mínimo de discricionariedade, de forma a evitar corrupção, favoritismo ou desvirtuamentos dos interesses coletivos (SECCHI, 2020, p.146).

Os burocratas, quando executores terminais das políticas públicas e que, portanto, têm contato direto com a população, possuem maior discricionariedade na execução das políticas públicas (SECCHI, 2020).

Outro conjunto de atores são os grupos de interesse/pressão que são compostos por pessoas que se organizam de forma voluntária para influenciar as decisões dos políticos e as políticas públicas. Nesse sentido, temos uma combinação de formas de participação convencional e não convencional. Assim, “Os grupos de interesse podem ser formalmente constituídos, a exemplo de sindicatos, colegiados profissionais, associações comerciais, ou serem informais, como nos casos de movimentos feministas, de movimentos do sem-teto[...]” (SECCHI, 2020, p.151). Eles podem promover atos em defesa de suas demandas, seja através de passeatas, panfletagem, *lobby*, campanhas, greves, entre outras ações, com o objetivo de obter:

[...] a) o reconhecimento ou encobrimento de problemas públicos, utilizando canais privilegiados aos meios de comunicação e as instâncias de poder governamental; b) a prospecção de soluções, apresentando metodologias de controle do problema, de forma a não afetar seus interesses; c) a tomada de decisões, pressionando direta ou indiretamente os tomadores de decisão; d) a implementação das políticas públicas influenciando os agentes implementadores; e) a avaliação das políticas públicas, sublinhando diante da opinião pública a eficácia das políticas públicas (SECCHI, 2020, p.152).

Observa-se que os grupos de pressão podem vir a influenciar o processo de identificação de um problema público, o que reafirma a importância desses atores não estatais no processo de reconhecimento e definição de uma diretriz que visa enfrentá-lo.

A mídia é outro grupo de atores que possuem papel preponderante no controle da esfera pública, são formadores de opinião pública. A sua relevância se manifesta da apresentação/veiculação de escândalos de corrupção, divulgação de alguma inadequação social que é relevante para sociedade e que precisaria ser objeto de uma intervenção pública (SECCHI, 2020), e pode ser considerada como uma forma não convencional de participação (DELLA PORTA, 2003).

Esse ator auxilia no processo de difusão de informações e é considerado um meio em que a sociedade pode apresentar contestações públicas que são fundamentais para a manutenção e *accountability* democrático. No entanto, a mídia não pode ser compreendida como um terreno neutro, as informações que são apresentadas através dos meios de comunicação podem sofrer influência das opiniões do dono ou grupo de donos da empresa, ou ainda, podem noticiar informações segundo o critério de maximização dos lucros e não de interesses coletivos (SECCHI, 2020; MIGUEL, 2003), isso significa que a intervenção da mídia pode variar “[...] de acordo com o subcampo: a manutenção de determinados patamares de qualidade estética, no caso de programas de caráter ficcional ou cultural; fidelidade ao que é percebido como a realidade fática e busca da credibilidade, no jornalismo” (MIGUEL, 2003, p. 120). No mais, as mídias, através de seus diversos meios de comunicação:

[...] desempenham papel crucial na formação da agenda pública, contribuem para a disseminação de determinados enquadramentos dessas mesmas questões, contribuem para a produção do capital político, absorvem funções de expressão de demandas públicas que antes pertenciam aos partidos. Mas o campo político não é o objeto passivo de um agente que o influencia. Ele impõe limites à ação da mídia e também age sobre ela, tanto com seus recursos específicos (legislativos e administrativos) quanto por sua capacidade superior de determinar qual é o espaço da política (MIGUEL, 2003, p. 120).

Outra categoria de atores que expressam uma forma de participação convencional são os partidos políticos que podem ser compreendidos como sendo organizações que fazem a defesa de um projeto político, além de possuir um estatuto formal de atuação, a saber, precisam estar inscritos no Tribunal Superior Eleitoral. Os partidos congregam, influenciam e canalizam

interesses públicos manifestos pela sociedade, ou seja, servem de “[...] elo entre os interesses da sociedade e o governo” (SECCHI, 2020, p.153), logo, os partidos políticos têm o objetivo de influenciar (opondo-se ou se aliando) as ideias que são defendidas pelos atores estatais no processo de decisão sobre as políticas públicas e administração da máquina estatal. No mais, esse ator tem seu poder de influência medido através das eleições (SECCHI, 2020). Cita-se algumas funções práticas dos partidos políticos:

- Recrutamento e preparação de políticos para que se tornem governantes;
- Controle do aparato governamental por meio de seus agentes políticos;
- Fiscalização da atuação governamental, principalmente quando o partido político se encontra na oposição ao governo;
- Coordenação da atuação e votação parlamentar;
- Formulação e avaliação das políticas públicas (SECCHI, 2020, pp. 153-154).

Para fins dessa dissertação, cumpre salientar a importância que os partidos políticos exercem no processo de recrutamento e renovação de suas lideranças, especialmente, sobre os critérios que são empregados como qualificadores de seleção de uma pré-candidatura, que posteriormente é lançada pelo partido político em uma disputa eleitoral.

Bourdieu (1989) pode fornecer alguns indicativos sobre características e perfis que podem ser valorizadas pelos partidos e que, ao se destacarem, podem favorecer o processo de recrutamento do indivíduo, para tanto, utilizarei o conceito de capital político que é concebido como uma forma de poder simbólico, que se caracteriza como aquele que tem o crédito: “[...] firmado na crença e no reconhecimento, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem [...]” (BOURDIEU, 1989, pp. 187-188).

O capital político parte de um processo de hierarquização que se constrói a partir de uma lógica de distribuição desigual do poder:

[...] Na base da pirâmide, temos os simples eleitores, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais [...] (MIGUEL, 2003, p. 121).

O capital político pode ser subdividido da seguinte maneira: O primeiro capital, de tipo pessoal notável, é compreendido como o resultado da transferência do prestígio acumulado ao longo do tempo, e que foi produzido no processo de interação popular ou através da técnica

desempenhada pelo indivíduo em outras esferas da vida social, especialmente, em ambientes onde existe a necessidade de que o indivíduo atue de forma eloquente, especialmente em profissões liberais, esses indivíduos possuem mais tempo livre e possuem um certo grau de capital cultural. Nesse sentido, esse prestígio social passa a ser associado à representação do indivíduo no campo⁸ político. Destaca-se que a acumulação deste tipo de capital é lenta, é necessário um período contínuo de dedicação, por vezes, leva-se uma vida inteira para a acumulação deste tipo de capital e, em casos específicos, ele pode ser herdado (BOURDIEU, 1989).

O segundo capital, de tipo heroico ou profético, é aquele obtido em situações de crise nas instituições ou em aparelhos estatais, mais especificamente, em momentos em que o Estado atua de forma incipiente ou deixa um vácuo interventivo, nesses períodos surgem indivíduos que apresentam uma ação inaugural de insatisfação frente ao *status quo* e se “doam” pela busca da “correção” / “superação” do processo de crise, o que resulta na acumulação de um carisma valorizado por alguns membros da sociedade (BOURDIEU, 1989).

O terceiro capital, de tipo delegado, é aquele acumulado e retido por uma instituição, os militantes ou simpatizantes vinculados a ela, trabalham no processo de mobilização de outras pessoas com o objetivo de fazer com que um determinado indivíduo que foi investido de poder seja bem votado no processo de disputa eleitoral. É necessário pontuar que esse tipo de capital é creditado no indivíduo de forma limitada ou provisória, esse capital é feito pela investidura, como um retorno do tempo e dedicação dispensados à instituição (BOURDIEU, 1989).

Outro vetor que favorece a acumulação de um capital delegado é creditado ao indivíduo por meio da ocupação de cargos em comissão ou função gratificada nos diferentes níveis federativos. Esses cargos viabilizam para o indivíduo estar mais próximo da rede de apoio partidária, além de viabilizar o contato com a elite política que potencialmente poderia favorecê-los em uma disputa eleitoral (MIGUEL, 2003).

Diante do exposto, pode-se refletir que as diversas categorias de atores políticos podem vir a influir nas instituições e no governo, isso porque os canais de contestação pública e as instituições representativas não devem ser compreendidas como tendo atuações incompatíveis

⁸ O conceito de campo “[...] é empregado, aqui, no sentido que a Sociologia de Pierre Bourdieu dá à palavra: um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem “naturalmente” aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira “natural”, em suas práticas (o que Bourdieu chama de *habitus*)” (MIGUEL, 2003, p. 119). Nesse sentido, “[...] Cada campo “é um campo de forças dotado de uma estrutura, e também um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2001, p. 69 *apud* MIGUEL, 2003, p. 119).

ou dissociáveis, o que reafirma a concepção de Della Porta (2003) sobre a combinação de formas de participação convencional e não convencional. Pateman (1992) afirma que:

A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias, quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. As hipóteses subsidiárias a respeito da participação são de que ela tem um efeito integrativo e de que auxilia a aceitação de decisões coletivas (p. 61).

A máxima expressa por Pateman (1992) sobre a função educativa da participação para o aprimoramento das habilidades políticas, também pode ser verificada em termos simbólicos, isto é, quando é feita a associação da participação de algumas categorias de atores sociais aos tipos de capital político, percebe-se que alguns pretensos candidatos ganham vantagens no processo de recrutamento feito pelos partidos políticos, assim como em uma disputa eleitoral, isso porque a sociedade credita o capital simbólico da atuação do ator para outro campo. No caso em tela, a participação se transforma em prestígio, carisma ou engajamento que passa a ser atribuído ao indivíduo que se candidata para uma disputa eleitoral.

Entretanto, não podemos esquecer que esse capital político é desigualmente distribuído (BOURDIEU, 1989), sendo assim, alguns atores teriam condições de acumular créditos políticos, bem como acumulam experiências educativas oriundas do processo de participação, mas não obtém êxito em processos eleitorais.

Não devemos esquecer que a nossa sociedade também é atravessada por marcadores de raça, gênero e classe que operam como desvantagens para o acesso aos recursos de poder, nesse sentido a política representativa reproduz em certa medida essa intersecção⁹ (AKOTIRENE, 2020).

A história mostra como é complexa e lenta a viabilização das condições necessárias para o acesso ao direito de participação e representação política das mulheres, ou em outras palavras, como é moroso e continuado o processo que visa obter reconhecimento da competência e autoridade das mulheres no campo político, matizes que buscaremos recuperar brevemente no próximo tópico.

⁹ O conceito de “[...] interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcalidade – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são, repetidas vezes, atingidas pelo cruzamento e interposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2020, p.19)

2.3 A ESFERA PÚBLICA E PRIVADA E SEUS REBATIMENTOS NOS DIREITOS POLÍTICOS DO GÊNERO FEMININO

Sabe-se que, ao longo da história, o ser humano utilizou diversas formas de linguagem como instrumento para atribuir sentido às suas experiências, objetos e em um sentido amplo, a sua própria vida. Uma das mais importantes histórias contadas é a do contrato social, pois ela presume inaugurar uma nova concepção de sociedade civil e de direito político na Idade Moderna, em que:

[...] os homens no estado natural trocariam as inseguranças dessa liberdade pela liberdade civil e equitativa, salvaguardada pelo Estado. A liberdade é universal na sociedade civil, todos os adultos desfrutam da mesma condição civil e podem exercer sua liberdade como se estivessem reproduzindo o contrato original quando participam, por exemplo, do contrato de trabalho ou do casamento [...]. A nova ordem civil parece ser, portanto, anti ou pós-patriarcal. A sociedade civil é criada pelo contrato, de modo que contrato e patriarcado parecem ser irrevogavelmente contrários (PATEMAN, 2020, p. 14).

Contudo, essa promessa da liberdade civil universal não se concretizou, o contrato original acabou por se configurar como pacto sexual-social, ou seja, o direito patriarcal se espalha e manifesta de diversas formas na sociedade civil, ao validar formas de interação entre os gêneros e legitimar descaminhos e caminhos no acesso aos direitos de cidadania, ao se constituir como um campo que privilegia o gênero masculino em detrimento do gênero feminino (PATEMAN, 2020). Isso porque:

[...] As duas esferas da sociedade civil são separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo. O domínio público não pode ser totalmente compreendido sem a esfera privada e, do mesmo modo, o sentido do contrato original é desvirtuado sem as duas metades interdependentes da história. A liberdade civil depende do direito patriarcal (PATEMAN, 2020, pp.16-17).

Nesse sentido, é necessário que a esfera privada não seja destituída do seu teor político, pois as relações e práticas desempenhadas nesse campo, devem ser resgatadas em seu conteúdo político, que pode corroborar para identificar e compreender discursos, deslocamentos e representações legítimas na esfera pública.

A sub-representação feminina em cargos do poder legislativo no Brasil, é um exemplo de caso material que deve ser examinado de forma crítica. Em abril de 2021, o Brasil ocupava,

segundo a Inter-Parliamentary Union (IPU)¹⁰, a 143ª posição em um ranking composto de 188 países.

Essa apresentação pode ser compreendida como o produto de um conjunto de forças históricas que devem ser revisitadas, de forma a enfatizar o sentido político da presença e das ausências das mulheres no processo de representação política.

O que requer um olhar crítico para a história, como forma de desvelar os arranjos que engendram o processo de exclusão e formação dos estereótipos que afastaram (e afastam) as mulheres da vida pública. Essas vivências moldam, na vida cotidiana, experiências tácitas e/ou explícitas, sobre os comportamentos esperados a cada um dos indivíduos, segundo uma lógica de papéis sociais de gênero.

Esses modelos de papéis sociais de gênero impactam no processo de formação da visão de mundo dos sujeitos, e exercem controle sobre os seus corpos, tempo, e se manifestam nos mais diversos subcampos. Inclusive, através da linguagem:

[...] a forma de comunicação entre mulheres e homens, não está isenta desta forma de construção e foram elaboradas, não só como diz Simone de Beauvoir, a partir dos interesses dos homens, mas está carregada de uma clara intencionalidade por remarcar o caráter negativo do sexo feminino e supervalorizar o sexo masculino. Assim, encontramos com o fato que muitas das palavras que usamos mudam radicalmente seu significado segundo de quem se está falando. Mulher pública: “prostituta”, Homem público: Indivíduo que se consagra à vida pública, ou que a ela está ligado. Mulher da rua: Meretriz. Homem da rua: Homem do povo, [...] Governanta 1. Mulher encarregada de administrar a casa de outrem. 2. Mulher que se emprega em casa de família para educar crianças. Governante 1. Que, ou quem governa” (RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2014, p. 37).

Autores como Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2014) fortalecem esse entendimento, ao considerar que na esfera privada são estabelecidas relações de poder que atribuem uma posição desvantajosa às mulheres, sendo-lhes atribuído papéis de dedicação aos afazeres domésticos e cuidado, principalmente com os mais vulneráveis da família (idosos, pessoas com deficiência e crianças), em uma lógica que naturaliza a atribuição do trabalho reprodutivo como uma atribuição das mulheres, ao passo que os demais comportamentos, comuns à esfera pública,

¹⁰ A Inter-Parliamentary Union (IPU) realiza um comparativo internacional de participação das mulheres em âmbito legislativo. Para ver mais sobre o ranking acesse: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=4&year=2021>> Acesso em 22 jun. 2021.

seriam interpretados como desviantes, ou como um campo privilegiado para os homens. A respeito do acesso ao trabalho formal Evelyne Sullerot escreve:

É certo que, com os séculos, a concepção do ‘dentro de casa’ evoluiu. Veremos que, no século XIX, contudo, era ainda tão marcada de implicações sexuais [...]. Em nossos dias, a idéia de ‘em casa’ alargou-se. A mulher pode sair, a fim de trabalhar fora. Mas ela terá que ficar o menos tempo possível fora de casa e, sobretudo, o alargamento do seu campo de ação não pode comparar-se com o homem. [...] Ela ganhou o direito de trabalhar fora de casa, mas não muito longe. Pode ‘pastar’ fora de seu campo, mas sem deixar de estar amarrada. Os postos que lhe podem ser confiados dependerão grandemente, em muitos casos, desta inaptidão para viagens longas, ou muito frequentes, que lhe é atribuída (1970, pp. 30-31).

Esse retrato exposto pela autora ainda guarda algumas semelhanças com a atualidade, segundo Nota Técnica nº 24, emitida em 2016, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA:

[...] Não há dúvidas de que as mulheres, em especial a partir da década de 1970, adentraram com bastante força no mercado de trabalho. Dados dos Censos Demográficos apontam que, em 1970, apenas 18,5% das mulheres eram economicamente ativas. Em 2010, este valor foi de quase 50% [...] (p.5).

E complementa que existe:

[...] uma nítida separação entre as séries históricas de homens e de mulheres. Enquanto os homens, sejam brancos ou negros, apresentam taxas de atividade da ordem de 80%, as mulheres de ambos os grupos raciais não alcançam 60%. Ou seja, de cada 10 mulheres, 4 não conseguem se colocar disponíveis para uma ocupação no mercado de trabalho. Em 2014, estes números correspondiam a 26,8 milhões de inativas e 9,2 milhões de inativos (p.5).

Lembrando que para fins do IPEA, é contabilizado apenas o trabalho produtivo, sendo desconsiderado o chamado trabalho reprodutivo, ou mesmo a combinação dos dois tipos de trabalho. Nesse sentido, existe uma divisão sexual do trabalho que:

[...] reflete o fato que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista (o chamado ‘trabalho produtivo’) e as mulheres dividem seu tempo ‘naturalmente’ entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (o dito ‘trabalho reprodutivo’) (CASTILHO e MELO, 2009, p. 137).

Para as autoras Hildete P. de Melo e Marta Castilho (2009) esse panorama e “As condições de vida de mulheres e homens não são produtos de um destino biológico, mas, sim, fruto de construções sociais que têm como base material o trabalho e se exprimem através de uma divisão social do trabalho entre os sexos” (p.137). Sendo assim,

[...] sem essas conexões fica difícil entender de que maneira relações tidas como voluntárias e espontâneas, mas que respaldam padrões de autoridade e reproduzem subordinação, têm impacto ao mesmo tempo no exercício da autonomia por *cada indivíduo* – em ambas as esferas – e para a construção da democracia (BIROLI e MIGUEL, 2014, p. 33).

O que nos permite refletir que:

[...] A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil (PATEMAN, 2020, p. 19).

Os efeitos desse pacto social-sexual são sentidos ainda na atualidade, e se manifestam desde o acesso ao trabalho formal ao reconhecimento da legitimidade de participação e representação das mulheres na política, por isso, faz-se necessário instrumentalizar esse debate a partir do conceito de divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho não pode ser compreendida como uma simples divisão de tarefas “complementares” entre homens e mulheres, mas sim, como uma relação social histórica entre os sexos, que privilegia espaços de atuação social entre o gênero feminino e masculino.

Os homens detêm espaço prioritário na esfera produtiva remunerada, sendo privilegiado o espaço de atuação na esfera pública, logo possuem maior chance de obter créditos simbólicos para o campo político, enquanto as mulheres têm como espaço de atuação esperado a esfera privada, tratando de assuntos vinculados ao trabalho reprodutivo.

Essa divisão sexual do trabalho produz uma ritualização/institucionalização de comportamentos esperados entre homens e homens, mulheres e mulheres, homens e mulheres e “[...] empurra o gênero para o biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie” (KERGOT, 2003, p. 1).

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é sustentada por dois princípios intrínsecos à sua organização “[...] o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de

mulheres) e, o princípio de hierarquização (um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher) [...]” (KERGOT, 2003, p. 1).

Segundo Daniele Kergot (2003), “[...] Os aportes da história e da antropologia o demonstraram amplamente: uma mesma tarefa, especificamente feminina em uma sociedade ou em um ramo industrial, pode ser considerada tipicamente masculina em outros [...]” (2003, p. 2).

Isso significa que a divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico social, assim como a valoração atribuída a diferentes funções remuneradas. Sendo assim, o valor social atribuído a um posto de trabalho está suscetível à mudança ao longo dos anos, a depender de uma variante que leva em consideração o tempo e o território, por isso:

[...] O acesso das mulheres às profissões adequadas ao sexo feminino, todavia, não se desenvolve naturalmente. Uma prova de que a divisão sexual do trabalho não resulta da existência de uma essência feminina ou masculina, é saber que uma atividade especificamente masculina em uma sociedade pode ser especificamente feminina em outra (KERGOT, 2003, p. 109).

A divisão sexual do trabalho opera a partir de mecanismos culturais, políticos e ideológicos, que visam neutralizar o debate necessário para a produção das mudanças que objetivam a equiparação social do trabalho. É, pois uma engrenagem que tem como força motriz as contradições. Segundo Mirla Cisne (2012),

A não valorização do trabalho faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, não construindo, portanto, a identidade com sua classe. Isso faz com que algumas mulheres se acomodem; não se organizem e nem participem politicamente das lutas da classe trabalhadora. Deixem também de assumir cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimentos sociais, o que contribui diretamente com o capital, pois significa menos pessoas em confronto com este sistema [...] (p. 114).

A autora Mirla Cisne complementa que “[...] Além disso, há a cultura sexista de passividade e de adequação das mulheres aos limites do privado, como se o público e todas as questões que o envolvem pertencessem aos homens, como historicamente determinado” (p. 115).

Traços como raça e sexo vão funcionar como clivagens que “justificam” o distanciamento social de “minorias” da vida pública, o que também trará implicações no acesso marginal aos direitos de cidadania.

Feitas essas ponderações, percebe-se que a desigualdade de gênero tem rebatimentos diretos sobre a participação política das mulheres, por isso “[...] é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática [...]” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 33).

Sendo assim, conhecer um pouco desta história nos permite ter um olhar ampliado sobre as causas que explicam o ritmo lento de inserção das lideranças do gênero feminino na representação política, assim como, a importância de se pensar a pluralidade política para além de uma política das ideias, pois não basta que a representação seja pautada somente na capacidade do mandatário em exprimir de forma adequada os valores e crenças dos eleitores, porque “[...] apenas a compreensão mais idealizada das idéias políticas poderia separá-las de todos os aspectos da existência material” (PHILLIPS, 2001, p. 269), o desafio posto na contemporaneidade consiste no processo de articulação de uma política das ideias e presença (PHILLIPS, 2001). Afinal,

[...] As mensagens vão variar, mas isso dificilmente importa, se os mensageiros são os mesmos. (Aqueles que acreditam que os homens têm monopólio das habilidades políticas de articular políticas e idéias não se surpreenderão com o fato de que, na maior parte, os mensageiros sejam homens) (PHILLIPS, 2001, p. 273).

As desigualdades decorrentes do pacto social-sexual devem ser objeto de preocupação contemporânea, pois se torna cada vez mais difícil a autodenominação, manutenção e fixação da estabilidade de um governo democrático que negligencia a urgência da pluralidade na democracia representativa. No próximo capítulo, o/a leitor/leitora é convidado/convidada a olhar para uma perspectiva histórica que apresenta aspectos fundamentais para compreender a luta pelo direito político feminino, assim como observar as instituições políticas como um campo em disputa.

3. AS MARGENS DA DEMOCRACIA: REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM DISPUTA

3.1 O PERÍODO IMPERIAL (1824-1889): A COSTELA ESQUERDA DO CIDADÃO

Segundo a autora Célia Regina Jardim Pinto (2003), em geral, as mulheres possuem dificuldades em obter reconhecimento fora da esfera privada. Isso não significa que as mulheres não lutem por oportunidades de acesso aos direitos de cidadania. No Brasil, principalmente, a partir do século XIX, verificam-se registros de luta pelo direito de alistamento e voto das mulheres.

Segundo Jairo Nicolau (2004; 2012), o período imperial (1824-1889) possuía uma organização política diferente da contemporânea, estima-se que até 1880 menos de 10% da população geral estaria habilitada para exercer os direitos políticos, havia também a ausência do voto secreto até meados de 1875, assim como, a falta de um processo de escolha popular de mandatários para o que se convencionou chamar de cargos do poder executivo.

O sistema político imperial era dividido administrativamente em: municípios, províncias e governo central, a ocupação desses cargos era regulada por indicação do imperador, votação direta e indireta. A votação indireta ocorria por meio de processo eleitoral para cargos de Senador e Deputados das Assembleias das Províncias, já os presidentes das províncias eram indicados pela parte da autoridade, a saber o imperador (NICOLAU, 2012).

De forma diferente, a administração local¹¹ das cidades e vilas ficava a cargo do juiz de paz e do vereador e o preenchimento dessas vagas era realizado através de eleição direta.

A Constituição de 1824, instituiu o sistema de voto indireto de dois graus para cargos de Deputados e Senadores, no qual os “cidadãos ativos” que pertenciam a paróquia escolhiam os eleitores, e os eleitores, consecutivamente, escolhiam os parlamentares. Dito isto, é importante esclarecer que: “[...] o termo ‘votante’ passou a designar os cidadãos que votavam nas eleições de primeiro grau, e o termo ‘eleitor’ era utilizado apenas para os cidadãos que votavam nas eleições de segundo grau” (NICOLAU, 2012, p. 19), esse sistema de votação foi extinto somente em 1881.

O grupo dos chamados “cidadãos ativos” era composto por homens solteiros com 25 anos completos, e homens com 21 anos, desde que cumprida a condição de serem casados ou

¹¹ “[...] A Câmara Municipal, composta por sete membros nas vilas e nove membros nas cidades, era presidida pelo vereador mais votado. Votava-se ainda para a Assembleia Providencial (Poder Legislativo das Províncias), para a Câmara dos Deputados e para o Senado. Neste último caso, os três nomes mais votados eram submetidos ao imperador, que escolhia um [...]” (NICOLAU, 2004, p.10).

de exercerem serviço militar. Os clérigos e bacharéis exerciam o direito do voto sem restrições de idade, existia também a necessidade de satisfação de um critério de renda¹² por parte de todos os eleitores (NICOLAU, 2002; 2012; MARQUES, 2019).

Segundo Marques (2019) os artigos 90 ao 94 da Constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, restringia os direitos políticos aos indivíduos que não professassem a religião do Estado - Católica, e dividia de forma tácita a população entre cidadãos ativos e passivos, sendo o primeiro grupo reconhecido no texto constitucional como capaz e apto a exercer o direito de escolha e manifestação política. Porém, as mulheres não estavam explicitamente incluídas no grupo de possíveis votantes e de eleitores, sendo-lhes negado o processo de alistamento eleitoral. Essa prática era justificada devido à ausência de uma especificação no regulamento sobre o direito de voto das mulheres, logo, prevalecia o costume de exclusão da participação do gênero feminino.

A autora Marques (2019) esclarece que a interpretação nesse período considerava que a palavra “cidadãos” é um substantivo masculino, portanto, o gênero feminino não fazia parte do chamado grupo de “cidadãos ativos”. Devo esclarecer que, assim como no Brasil, a prática de “[...] Classificar os integrantes da cidade em cidadãos ativos e passivos era um procedimento típico da política francesa desde o final do século XVIII. Nele, mulheres (e também crianças, loucos e outros) eram cidadãs passivas – ou inativas [...]” (MARQUES, 2019, p. 29)¹³.

A autora Simone de Beauvoir também fornece pistas para compreender a situação em tela, afinal: “[...] o homem representa hoje o positivo e o neutro, isto é, o masculino e o ser humano, ao passo que a mulher é unicamente o negativo, a fêmea” (2016, p. 165).

Uma das teses dos defensores do voto restrito é de que algumas pessoas seriam incapazes de fazer boas escolhas políticas, e que poderiam sofrer influência de terceiros, principalmente entre aqueles que nutriam um laço de dever de obediência (MARQUES, 2019). E aqui temos um aspecto fundamental levantado por Marques, o dever de obediência das mulheres aos homens, como recorda Carole Pateman “[...] A liberdade civil não é universal - é

¹² Para o cumprimento das regras do chamado “voto censitário”, exigia-se o cumprimento de critério de renda, em que se fazia necessária a “[...] obtenção de renda anual para se ter direito ao voto: 100 mil réis por ano para ser votante e 200 mil réis para ser eleitor, valores que foram atualizados em 1846 para 200 mil e 400 mil réis respectivamente” (NICOLAU, 2004, p.11).

¹³ Deve-se compreender que “[...] por comparação, se o modelo francês, que serviu de inspiração da Constituição brasileira, não admitia o voto feminino, as mulheres brasileiras também não poderiam votar. Assim, embora os parlamentares brasileiros não tenham expressamente esclarecido a situação dos direitos políticos femininos – não há nenhuma menção a “cidadãos passivos” na Carta –, a interpretação da época era a de que a concessão do voto à classe feminina não era a intenção dos nossos legisladores” (MARQUES, 2019, p. 20).

um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (2020, pp.14-15). Esse laço de obediência, que deveria ser compreendido como a ausência de liberdades individuais (direitos civis), justifica a ausência de outro pilar dos direitos de cidadania - direitos políticos¹⁴, nesse sentido, há uma naturalização da situação de dependência patriarcal nos termos descritos pela autora Carole Pateman.

Outro importante elemento do contexto do Período Imperial brasileiro é a análise da forte relação estabelecida entre Estado e Igreja Católica, uma vez que a estrutura física das paróquias era empregada na logística eleitoral (espaços de votação). Outro aspecto que sustenta essa afirmativa é a previsão de uma celebração cristã antes do pleito, a chamada “freguesia” da paróquia também era uma fonte de demarcação da unidade territorial empregada no processo de votação, sendo assim, cabe considerar que alguns aspectos discutidos na sociologia das religiões também podem fornecer elementos reflexivos à ciência política, principalmente no que tange ao reforço da legitimidade dado à interpretação sobre esse papel de passividade delegado às mulheres, pois segundo Robert Hertz¹⁵ (1980), em seu estudo sobre a polarização religiosa, “[...] a sociedade e todo o universo têm um lado sagrado, nobre e precioso, e outro que é profano e comum: um lado masculino, forte e ativo, e outro feminino, fraco e passivo, um lado direito e outro lado esquerdo [...]” (p. 108). E exemplifica que,

[...] Deus tomou uma das costelas esquerdas de Adão para criar Eva, pois uma única e a mesma essência caracterizam a mulher e o lado esquerdo do corpo. É matéria das duas partes de um ser fraco e indefeso, algo ambíguo e inquietante, destinado pela natureza a um papel passivo e receptivo e a uma posição de subalterna (HERTZ, 1980, p. 14).

Isso contribui para compreender como o sistema de crença pode corroborar para a naturalização da hierarquia social e do próprio sistema de recompensas sociais. Devo lembrar que existe o papel das Marias que são: mães, passivas, pacientes e dedicadas à família e o papel das Madalenas, que são mulheres pecadoras, com “conduta desviante”, mas que tem a possibilidade de conversão.

¹⁴ Atualmente, essa prática de fronteiras para o livre exercício do conjunto de direito de cidadania é denominada como “cidadania sexual”, ver em Biroli (2020, p.154).

¹⁵ Ver mais no texto: “A proeminência da mão direita: Um estudo sobre a polaridade religiosa” (1980). Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3131843/mod_resource/content/1/Hertz_Preemin%C3%A2ncia%20da%20m%C3%A3o%20direita.pdf> Acesso em 28 mar. 2021.

Nesse sentido, quando refletimos sobre o conjunto das dimensões que compõem o sistema de sanções e recompensas as quais estruturam a experiência prática da lógica dos papéis sociais de gênero, podemos refletir que: “[...] Essa corporificação ou incorporação de sentidos, significados e esquemas avaliativos dá-se desde a mais tenra infância, quando se aprende a treinar o corpo como ‘reservatório de valores’” (SOUZA, 2018, p. 84), os valores que são apreendidos muitas vezes de forma inconsciente, exercem um papel decisivo no sistema de trocas entre os indivíduos, tendo como resultado relações sociais assimétricas entre os gêneros.

Outro marco político brasileiro é datado de 1868, momento em que José Martiniano de Alencar (1829-1877), publicizou, através do Jornal do Comércio, um artigo sobre o sistema representativo brasileiro, no qual examinou o entrave gerado pela outorga da chamada incapacidade civil atribuída às mulheres que constituíram matrimônio. Alencar defendia que o raciocínio da incapacidade civil não poderia ser transposto como um critério automático para justificar o impedimento da participação das mulheres na política, principalmente, se as mulheres em questão fossem alfabetizadas e atendessem aos demais critérios do voto censitário (MARQUES, 2019).

Em 1879, a Câmara dos Deputados inicia uma discussão sobre a necessidade de se fazer uma reforma do sistema eleitoral, momento em que deputados do Partido Liberal retomam a necessidade de que o voto passasse a ser universal, deputados como César Zama e Martim Francisco são defensores do sufrágio universal e a inclusão do voto feminino.

No ano seguinte, o membro do Partido Liberal, José Antônio Saraiva (1823-1895), assume a presidência do Conselho de Ministros e passa a elaborar o projeto da reforma, que veio a ser promulgado em 1881 - Decreto nº 3029 – conhecido como Lei Saraiva. Essa legislação enrijeceu o processo de alistamento, tornou mais rigorosa a análise sobre a atenção dos critérios de qualificação e renda. Esse rigor gera impacto imediato na redução do número de eleitores. Outras duas características deste decreto é a facultatividade do voto, além da dispensa da comprovação de renda àqueles que possuíam diplomas científicos ou literários de quaisquer instituições de ensinos nacionais e estrangeiras legalmente reconhecidos. Essa lei, ao menos no papel, abria uma brecha para que mulheres que fossem diplomadas pudessem votar (MARQUES, 2019).

Essa brecha da Lei Saraiva tornou possível que em 1887, em São José do Norte (província do Rio Grande), a então dentista, Isabel de Souza Mattos, fizesse a solicitação do registro de eleitora que foi concedido, porém, na eleição de 1890, a Sra. Isabel foi impedida de votar, mesmo após ter apresentado os documentos que habilitavam a sua participação. Isabel

Dilon também se apresentou na Bahia como candidata à Constituinte, porém foi impedida de realizar o seu alistamento (MARQUES, 2019; PINTO, 2003).

Destaca-se que Isabel de Souza Mattos, assim como outras mulheres, não aceitou o cerceamento de seu direito de forma passiva, durante a segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. No Brasil, registra-se diversas manifestações em prol dos direitos de cidadania, principalmente em relação ao sufrágio.

Destaca-se a atuação da professora Josefina Álvares de Azevedo (18851- ?) que permaneceu no corpo editorial do jornal sufragista “A Família” de 1888 a 1897, esse jornal foi pensado como um instrumento de conscientização e campanha em prol do voto feminino, destaca-se que nesse período era corrente o emprego desse tipo de estratégias por parte de grupos que visavam reformar o sistema político, bem como, denunciar algum processo de exclusão social. Essa divulgação de opiniões alternativas através da imprensa era visualizada como um mecanismo que favorecia a formação da opinião pública em favor, neste caso, do direito ao voto feminino (PINTO, 2003).

De fato, a movimentação gerada pelo debate exposto no jornal sufragista “A Família” repercutiu e viabilizou a inclusão da pauta do direito do voto feminino no processo da Constituinte Republicana (1891), todavia, não foi aprovado, tão pouco, foi proibido de forma explícita no texto da Constituição de 1891 (MARQUES, 2019).

A autora Céli Pinto (2003) tem opinião divergente da autora Tereza Cristina Marques (2019), ao considerar que: “[...] A não exclusão da mulher no texto constitucional não foi mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como indivíduo dotado de direitos [...]” (p. 16).

Esse “esquecimento” da Constituição de 1891 teve um efeito imprevisto pelo legislador, momento em que começaram a surgir diversas solicitações de alistamento por parte de mulheres espalhadas por todo o país.

O contexto de efervescência sociopolítica das primeiras décadas do século XX, gerou importantes transformações na paisagem urbana e terá como um de seus desdobramentos o surgimento de eleições para cargos do poder executivo (presidente e vice-presidente). Destaca-se a campanha de Rui Barbosa em 1909, assim como as eleições para cargos municipais passaram a ter uma organização mais autônoma, ou seja, que varia de Estado para Estado, o que gerou uma alta diversificação sobre o ato de autorização do alistamento eleitoral e, de forma concomitante, a diversificação da possibilidade de acesso ao voto e representação. No próximo

tópico o/a leitor/leitora poderá visualizar como as mulheres utilizaram essa diversificação como instrumento de resistência e luta pelo acesso aos direitos políticos.

3.2 PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930): É CHEGADA A HORA DE TOMAR PARTIDO

O período da Primeira República (1889-1930), é marcado pela continuidade da política de alistamento e de execução do voto de forma facultativa, temos a introdução de mudanças sobre a política do voto secreto¹⁶ que na prática passa a permitir a identificação da preferência do eleitor. Alguns critérios restritivos da participação da população passam a ser suprimidos, cita-se o caso da exigência de renda e a redução da idade necessária para a candidatura e habilitação do eleitor do gênero masculino, que passou a ser de 21 anos, porém outros critérios permanecem, como a restrição do voto do gênero feminino, assim como a exigência da alfabetização do eleitor e do candidato que são critérios retomados e reforçados nesse período.

Registra-se também algumas modificações no processo de alistamento, contudo, persiste o ranço de politização no decorrer da habilitação do eleitor, principalmente quando o alistamento volta a ser uma atribuição de uma Comissão formada em âmbito local, sendo excluído o judiciário dessa composição.

Em 1910, em um ato de resistência feminista, é fundado o Partido Republicano Feminino, que foi presidido pela professora, Leolinda Figueiredo Daltro (1860-1935). A fundação de um partido é um elemento que merece destaque na medida que: “[...] um partido político é a organização de um grupo de pessoas que propõe a sociedade um programa para chegar ao governo por meio de eleições [...]” (PINTO, 2003, p. 18).

Podemos compreender que essas mulheres poderiam ter feito a escolha por outras formas de organização coletiva, todavia, a escolha pela fundação de um partido, não é um acaso, ela revela de forma categórica o anseio desse grupo em usufruir do direito de alistamento, voto e representação. O Programa deste Partido apresenta uma preocupação em diversos aspectos que configuram a vida das mulheres, ao apresentar reivindicação sobre o direito de alistamento, voto e representação, mas também, revela uma preocupação com problemas como:

¹⁶Vale destacar que, segundo Nicolau (2004), a reforma eleitoral introduzida por lei em 1904, “[...] manteve o voto secreto, mas introduziu um estranho mecanismo, o voto a descoberto, que na prática violava o princípio de sigilo. O eleitor apresentava duas cédulas que deviam ser assinadas perante a mesa eleitoral. Depois de datadas e rubricadas pelos mesários, uma cédula era depositada na urna e a outra ficava em poder do eleitor. Com isso, as lideranças tinham um controle estrito do voto dos eleitores, pois podia-se exigir destes a cédula como prova do voto dado” (p.32-33).

sexualidade, trabalho, discriminação, violência e exploração em razão do sexo, o que pode ser considerado um grande diferencial, pois esse tipo de reivindicação não era usual nesse período histórico no Brasil (PINTO, 2003).

Em 1917, o Partido Republicano Feminino realiza estratégia de mobilização com o objetivo de formar a opinião pública em prol do direito político do gênero feminino. Para tanto é organizado um ato de passeata que contou com a participação de 90 mulheres, o que revela um grande arrojo, uma vez que nesse período as mulheres não tinham acesso aos seus direitos civis, sendo assim, o direito de ir e vir ficava comprometido, o que não impediu que elas fossem a esfera pública a reivindicar por seus direitos (PINTO, 2003).

No começo dos anos 1920, o Partido Republicano Feminino desaparece, porém, isso não diminui a importância dessa instituição para o processo de organização da militância das mulheres que passaram a reivindicar por seus direitos de forma mais sistemática, valendo-se de canais institucionais do Estado, mas também, acionando mecanismos informais, que eram mobilizados com a finalidade de sensibilizar a opinião pública em favor da ampliação dos direitos do gênero feminino. As mulheres passam a atuar em diversas frentes, tanto na redação e publicação de matérias em jornais, quanto na organização de passeatas e participação em eventos públicos.

Em 1918, inaugura-se uma nova fase da luta feminista, com a chegada da bióloga Bertha Lutz, essa importante personalidade chega ao país após ter concluídos seus estudos na Universidade de Sorbonne situada na capital francesa, Bertha Lutz retorna ao Brasil para assumir o cargo de bióloga no Museu Nacional. Essa personalidade terá uma trajetória peculiar, tendo uma atuação valiosa que contribuirá para o acesso do gênero feminino aos seus direitos políticos.

Céli Pinto (2003) destaca que “[...] Ao contrário de grande parte das feministas, mesmo as oriundas da elite econômica, Bertha Lutz tinha reconhecimento e trânsito na elite política da época [...]” (p. 23), o que explica os acessos e possibilidades de sua atuação política.

Pinto (2003) considera que a forma de atuação de Bertha Lutz faz parte do chamado feminismo “bem-comportado”, e por isso, será mais palatável às autoridades brasileiras, pois sua militância não visa mover/destruir outros elementos que compõem a estrutura de dominação de gênero, ao se restringir à luta por acesso aos direitos políticos do gênero feminino.

Bertha Lutz irá redigir matérias para jornais, representará oficialmente o Brasil no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho, na 1ª Conferência Pan-Americana da Mulher, realizada nos Estados Unidos, e organizará em 1922, o 1º Congresso

Internacional Feminista na cidade do Rio de Janeiro, contando com a participação de duas líderes da Aliança dos Sufrágios da Holanda (PINTO, 2003). Esse conjunto de elementos corroboram para compreender a influência e o poder econômico de Bertha Lutz.

Inclusive, devo citar que um dos encaminhamentos do 1º Congresso Internacional Feminista brasileiro, irá culminar na criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino ainda em 1922, com sede no Rio de Janeiro, essa organização será reconhecida como um instrumento de luta pelos direitos do gênero feminino no país, que vai se espalhar por outros Estados no território brasileiro¹⁷.

Outro aspecto que precisa ser pontuado, é que o 1º Congresso Internacional Feminista contou com a participação de deputados, com ênfase para a atuação do senador Juvenal Lamartine que fez a interlocução das demandas apresentadas pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino nas instituições políticas (PINTO, 2003).

A atuação de Juvenal Lamartine na Comissão de Constituição e Justiça permitiu que em 1927 tramitasse um processo de autorização do voto feminino, todavia, o projeto não foi aprovado pela plenária do Senado, mesmo após o encaminhamento de um abaixo assinado com aproximadamente 2.000 assinatura de mulheres espalhadas por todo o país e da pressão exercida pela comissão de mulheres retirada do alto escalão da Federação, que foi composta pelas mulheres: Bertha Lutz, Jerônima Mesquita, Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Maria Eugênia Celso (PINTO, 2003).

Embora, o projeto de autorização do voto feminino tenha sido emperrado em âmbito federal, pelo Senado, a alta diversificação regional dos sistemas eleitorais permitiu que, em 1927, o Estado do Rio do Grande aprovasse em âmbito estadual o direito de voto do feminino.

Deve-se contextualizar que Bertha Lutz e Carmem Portinho trabalharam em prol da campanha do então candidato a governador, Juvenal Lamartine, sob a promessa de que se eleito, ele implantaria o voto feminino no Estado, de fato, após eleito, ele se articulou com os demais políticos do Estado para elaborar a lei que foi sancionada ainda na legislatura de seu antecessor, José Augusto Bezerra Medeiros (PINTO, 2003).

Após a sanção da lei, iniciou-se um alistamento em massa, destaca-se que muitas professoras, advogadas, jornalistas engenheiras e médicas começaram a se alistar, sendo o primeiro alistamento feito pela professora Julia Alves Barbosa e na sequência, o alistamento de Celina Guimarães Viana (PINTO, 2003).

¹⁷ Segundo Céli Pinto (2003), foram criadas outras confederações em: “[...] Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte [...]” (p.23).

Apesar da incontestável contribuição da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, essa organização não foi uníssona¹⁸ na luta pelo direito do voto feminino, outras pessoas e instituições desempenharam um importante papel em prol dessa causa, a exemplo disso, Céli Pinto (2003) exemplifica:

[...] Elvira Komel e Julia Alves Barbosa. Elvira tornou-se a primeira mulher mineira eleitora em 1928 [...]. Durante a Revolução de 1930, Elvira criou o Batalhão Feminino João Pessoa, alistando 8.000 mulheres que trabalharam na retaguarda do movimento revolucionário. Com o fim da revolução, transformou o batalhão em uma associação para lutar pelos direitos das mulheres. Em 1931 promoveu o 1 Congresso Feminino Mineiro, que, segundo as fontes, teve grande repercussão local [...]. Outra mulher que requereu o alistamento com sucesso foi Julia Alves Barbosa, do Rio Grande do Norte, em 1927, que defendeu seus direitos em audiência sob a alegação de ter “qualificação de maior, solteira, com rendimentos próprios, portanto apta a exercer sua cidadania” [...]. Em decorrência da atitude de Julia, 16 outras mulheres também ganharam o direito de votar no Rio Grande do Norte e a própria Julia foi eleita para a Câmara Municipal de Natal (pp. 26-27).

Assim como o exemplo descrito, temos outras manifestações no país, com caráter anarquista, uma importante representante dessa linha é professora, Maria Lacerda de Moura, considerada por Céli Pinto (2003) como uma das representantes do chamado feminismo “malcomportado” da época, esse adjetivo ganha sentido ao compreender que a atuação teórica e militante das mulheres que compunham essa linha do feminismo nacional se chocava frontalmente com a ordem instituída, pois questionava de forma veemente a estrutura de classe e os papéis sociais de gênero.

Maria Lacerda de Moura (1887-1945) tem uma vasta produção que perpassa por temas como: participação política, educação e amor livre. Maria Lacerda era reconhecida como uma mulher:

[...] Preocupada com os problemas que as mulheres estavam vivendo em decorrência da industrialização e da urbanização, aproximou-se, mas logo afastou-se, da sufragista Bertha Lutz, que, segundo ela, lutava por uma causa que iria beneficiar poucas mulheres, sem trazer vantagem alguma à multidão feminina (PINTO, 2003, p. 36-37).

¹⁸ Inclusive, registra-se uma disputa interna pela liderança da Federação Brasileira do Progresso Feminino “[...] no fim da década 1920, a advogada gaúcha Natércia Silveira disputou a liderança da FBPF. Natércia acabou por se retirar da federação quando apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1929, criando um conflito aberto com Bertha Lutz, que via no engajamento político um perigo para a causa do voto feminino” (PINTO, 2003, p. 26).

Isso porque Maria Lacerda compreendia que o direito ao voto feminino, por si, não teria força de alterar de forma substancial a realidade vivida pelas mulheres operárias, ela entendia a necessidade de um programa de ação mais amplo em âmbito estrutural das relações sociais estabelecidas entre as classes sociais e não apenas em relação aos gêneros. A seguir, o/a leitor/leitora visualizará como o direito de voto feminino conquista espaço nacional, contudo, isso não significa ausência de novos tensionamentos.

3.3 O GOVERNO GETÚLIO VARGAS (1930 – 1945) À DÉCADA DE 1960: O RETRATO DE UMA CIDADANIA CONDICIONADA

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, na década de 1930 foi realizado novo processo de revisão do código eleitoral. Em 1932, houve a inserção do voto feminino e representação (candidatura). A incorporação do voto feminino pelo Código Eleitoral nacional, não diminuiu as atividades da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que lançou a candidatura de Bertha Lutz no processo Constituinte de 1934, todavia, ela não chegou a ser eleita, porém ocupou a suplência do deputado Cândido Pessoa.

Registra-se também, nesse período, a forte atuação da Federação junto aos parlamentares com o objetivo de reconhecimento e extensão dos direitos das mulheres. Ao todo foram sete candidaturas femininas a Constituinte, cita-se as candidatas: “[...] Leolinda Daltro, Natércia da Silveira, Bertha Lutz, Ilka Labarte, Georgina Azevedo Lima, Tereza Rabelo de Macedo e Julita Soares da Gama. Dessas candidatas, Bertha foi a que recebeu a maior votação: 16.423 votos” (MARQUES, 2019, p. 74).

Em julho de 1934, Almerinda de Farias Gama (1899- 1999) também se candidatou ao cargo de deputada federal, sendo um símbolo da inserção da mulher negra na Política, Almerinda também participava da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (MARQUES, 2019).

Em 1936, Bertha Lutz assume a titularidade da cadeira de deputada, a Federação promove o 3º Congresso Nacional Feminista, e começou a se organizar enquanto instituição nacional. Todavia, em 1937, o Brasil é vítima de um Golpe de Estado, o que interrompe todo esse processo de mobilização. Apesar da Federação não ter sido extinta, ela perde a sua força de articulação e deixa de ter uma atuação expressiva (NICOLAU, 2004; PINTO, 2003).

Destaca-se que o Brasil foi o segundo país da América Latina a fazer essa alteração no código, sendo o Equador o primeiro, em 1929 (NICOLAU, 2004; PINTO, 2003). Porém, com o Golpe de Estado: “[...] os partidos foram proibidos de funcionar, todas as eleições foram

suspensas e o Congresso Nacional foi fechado. Por 11 anos (entre outubro de 1934 e dezembro de 1945) não houve eleições no Brasil” (NICOLAU, 2004, pp. 42-43).

Apenas em 1945, o processo eleitoral foi novamente convocado através de um decreto-lei que ficou conhecido como “Lei de Agamenon”. Momento em que as mudanças introduzidas na legislação, na década de 1930, puderam ser implementadas. Outro efeito direto da Lei de Agamenon foi o aumento do número de eleitores na medida em que o texto trouxe a obrigatoriedade do alistamento eleitoral a todas as mulheres, independente da função produtiva desempenhada. Caso houvesse o descumprimento da condicionalidade de alistamento, a mulher sofreria a sanção correspondente – pagamento de multa, que poderia ser de 100 a 1000 cruzeiros (NICOLAU, 2004).

Em 1946, o Brasil promulga uma nova Constituição Federal que preserva em seu texto a obrigatoriedade do voto do gênero feminino e masculino, e retoma a compreensão sobre a manifestação da vontade de eleitores analfabetos por meio do voto (NICOLAU, 2004).

No fim da década de 1940 e início dos anos 1950, a presença de Romy Medeiros (1921-2013) inaugura no cenário brasileiro um importante processo de transição entre o feminismo “bem-comportado” que tem como expoente, Bertha Lutz, ao Feminismo “malcomportado”, que é considerado desta forma, porque discute questões de hierarquia e dominação social em razão do sexo (PINTO, 2003).

Uma das principais contribuições da advogada, Romy Medeiros, ao movimento feminista é a fundação do Conselho Nacional de Mulheres (1949), que pode ser considerado como um instrumento de institucionalização das demandas do gênero feminino. Outra importante contribuição dessa figura pública é a atuação junto ao Congresso Nacional que tinha como objetivo a ampliação dos direitos das mulheres casadas, pois como visualizamos nas páginas anteriores, o direito patriarcal exercido pelos maridos reverbera amplamente na legislação nacional, sendo-lhes assegurado:

CAPÍTULO II

Dos Direitos e Deveres do Marido

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido compete administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial.

III. Direito de fixar e mudar o domicílio da família.

IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal.

V. Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277 (BRASIL, LEI Nº 3.071, 1916).

Segundo a Lei nº 3.071/1916 era um direito do marido decidir se sua esposa poderia ou não exercer uma profissão. Esse direito dado pela legislação brasileira ao esposo também figura como um prejuízo para a cobertura dos direitos sociais das mulheres, já que neste período, vivia-se uma cidadania regulada¹⁹, conceito “[...] cujas raízes encontram-se, não em código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal [...]” (DOS SANTOS, 1998, p. 103). Nesse sentido, “[...] são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas em lei*” (DOS SANTOS, 1998, p. 103).

Dessa forma, o trabalho reprodutivo, ou seja, executado na esfera privada não era objeto de reconhecimento pelo Estado, o que pode contribuir para ampliar a dependência das mulheres em relação aos homens.

Desta forma, podemos visualizar e compreender os desafios e descompassos de acesso ao conjunto de direitos de cidadania pelos gêneros. Logo, é possível afirmar que a ausência de um dos pilares que compõem o conjunto de direitos de cidadania, dificulta a execução de todos os demais direitos que são garantidos aos cidadãos e cidadãs, ademais, a história brevemente recapitulada neste texto, demonstra como a ausência de um dos pilares delega, mesmo que de forma indireta, às mulheres uma “cidadania sexualmente condicionada”²⁰, que é limitada pela legislação, pela preferência do esposo, ou ainda, pela interpretação da lei a partir dos costumes. O que resulta em uma desigualdade que não está explícita no texto da legislação, mas implícita na vida das mulheres.

Em 1950, entra em vigor o novo Código Eleitoral que extingue o alistamento *ex-officio*²¹ e, embora o voto obrigatório tenha permanecido às pessoas alfabetizadas e maiores de 18 anos, o alistamento passa a ser realizado através da busca do eleitor por um cartório eleitoral a fim de regularizar as condições de execução de seus deveres políticos. Destaca-se que a maior parte do texto original do Código Eleitoral de 1950 permaneceu em vigor, registra-se apenas uma

¹⁹ Conceito desenvolvido pelo autor Wanderley Guilherme dos Santos. Para ver mais: DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. A práxis liberal e a cidadania regulada. IN: DOS SANTOS, Wanderley Guilherme Décadas de espanto e uma apologia democrática. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

²⁰ Ver nota 14.

²¹ O alistamento *ex-officio* é previsto pelo Código Eleitoral de 1932, e pode ser definido como um tipo de alistamento eleitoral automático, no qual “[...] os chefes das repartições públicas e empresas eram obrigados a inscrever os subordinados” (NICOLAU, 2004, p.38).

atualização em 1998, em que os votos brancos deixaram de ser contabilizados no cálculo de consciente eleitoral (NICOLAU, 2004).

No que tange aos direitos da mulher casada debatidos por Romy Medeiros, eles serão alterados somente em 1962, com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/1962) que é um documento construído com sua coautoria.

Com base no exposto, não é difícil compreender o ativismo de Romy Medeiros que apesar de circular entre a elite governamental, ainda sim, atuava em prol dos direitos das mulheres casadas. Contudo ela não foi uma voz solitária, é necessário explicitar que mulheres com diferentes níveis socioeconômicos atuaram em conjunto em prol da luta pelos direitos das mulheres, em diversas formas de organização, seja por meio “[...] Federação de Mulheres do Brasil, fortemente influenciadas pelo Partido Comunista e que, em 1953 levou a efeito a passeata da Panela Vazia, como mulheres da elite que se organizaram na Associação das Senhoras de Santa Tereza [...]” (PINTO, 2003, p. 44). No próximo tópico, o/a leitor/ leitora será convidado a compreender os efeitos da ditadura militar brasileira nos direitos de cidadania das mulheres.

3.4 DITADURA MILITAR (1964 -1985): UM CONVITE À RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA EM SOLO BRASILEIRO?

O período de Ditadura Militar no Brasil inaugura um cenário de retrocessos que obstruem as possibilidades de participação, representação e expressão da opinião política. Nesse sentido, encerra-se um ciclo iniciado no fim dos anos 1945, que havia possibilitado a realização de eleições regulares e competitivas, marcado pela ampliação do eleitorado (NICOLAU, 2012).

Esse período é caracterizado pelo processo de prisões arbitrárias, exílio, tortura, desaparecimentos, censura do sistema de freios e contrapesos. O poder executivo estende as suas possibilidades de atuação em detrimento do poder legislativo, sendo possível cassar direitos políticos; cassar mandatos legislativos²², bem como uma censura generalizada; o sistema pluripartidário é extinto devido à cassação dos registros dos partidos políticos, através do Ato Institucional - 2, criando um sistema bipartidário.

²² Segundo Jairo Nicolau (2012), o governo militar, através dos Atos Institucionais, cassou mais de 149 mandatos de deputados.

Nesse sentido, no Plano Eleitoral, em tese, houve a manutenção da possibilidade de disputa eleitoral para cargos do poder legislativo, exceto para o cargo de senador²³. Registra-se que durante os anos de 1966 a 1979 apenas dois partidos tinham autorização para concorrer ao pleito, sendo eles: Aliança Renovadora Nacional - ARENA e Movimento Democrático Brasileiro – MDB, os demais partidos atuavam de forma clandestina (NICOLAU, 2004).

Embora houvesse, em 1965, a previsão da realização de eleições para o cargo de presidente, esse acontecimento acabou sendo adiado para 1967, ano em que foi realizado um pleito de forma indireta pelo Congresso, em que o presidente e vice acabaram sendo escolhidos em sessão pública através de voto nominal (NICOLAU, 2004).

Uma das medidas tomadas pelo governo em meio à ditadura militar que gerou impacto significativo no processo de representação é o Ato Institucional 3 – AI-3, promulgado em 1966, e que transformou as eleições de governador e vice-governador em eleições indiretas (NICOLAU, 2004).

Nesse momento somente as Assembleias Legislativas, poderiam exercer o direito de escolha do representante chefe do poder executivo em nível estadual, porém essa regra foi revisada em 1979, e passou a ampliar o direito de escolha para os delegados das câmaras municipais, essa última configuração (mais abrangente) foi iniciada em meados de 1979 e perdurou até 1983. Já os prefeitos das capitais passaram a ser designados pelos governadores, após a aquiescência da assembleia legislativa (NICOLAU, 2004).

Outro elemento introduzido no sistema eleitoral nesse período é o mecanismo da sublegenda²⁴ que poderia ser empregado em eleições para os cargos de prefeito e senador. Cita-se também, as seguintes mudanças no Código Eleitoral de 1965:

[...] a) obrigatoriedade de o eleitor votar em candidato do mesmo partido nas eleições para deputado federal e estadual; b) proibição de coligação entre partidos nas eleições proporcionais; c) prazo máximo de seis meses antes das eleições para registro de candidatos; d) multa de 5% a três salários mínimos para eleitores que não se alistarem; e) multa de 5% a 20% do salário mínimo para eleitores que não comparecerem para votar e não justificarem perante juiz

²³ Segundo Jairo Nicolau (2004) “[...] Ainda que dezenas de parlamentares tenham sido cassados e o Congresso tenha sido fechado em duas ocasiões, as eleições proporcionais não foram suspensas e os eleitores escolheram deputados federais e estaduais (1966, 1970, 1974 e 1978), e vereadores (1966, 1970, 1972 e 1976). Por outro lado, as eleições foram suspensas ou restringidas para todos os cargos eleitos pelo sistema majoritário (presidente, governador, prefeito e senador)” (p.55). No caso do cargo de senador, somente em 1977, após a emenda constitucional nº 8, o processo de eleição é retomado, através do voto indireto.

²⁴ O autor Jairo Nicolau explica que “[...] um partido podia apresentar até três nomes para a disputa do mesmo cargo. Os votos obtidos pelos candidatos da sublegenda eram somados. No caso de uma sublegenda vencer a eleição, o candidato mais votado da chapa era eleito” (2004, p.57).

eleitoral; f) sem a prova de ter votado, se justificado ou pagado multa, o eleitor não podia, entre outros, obter passaporte ou carteira de identidade, inscrever-se em concurso ou prova para cargo público e obter empréstimo de órgão público (NICOLAU, 2004, p. 58).

Um reflexo dessa nova legislação foi a ampliação do eleitorado de 163% no período de 1965-1982. Entretanto, é necessário pontuar que muitos brasileiros partiram do país para o exílio, entre os quais havia mulheres que atuavam na militância política, possuíam parentesco e/ou se relacionavam amorosamente com alguém que atuava em uma instituição de esquerda e que logo era compreendida pelo governo militar como instituição “subversiva”.

Esses exilados chegaram, especialmente na Europa, e encontraram uma efervescência política inesperada, em que era possível questionar as hierarquias sociais e culturais. Foi através desse “[...] cenário que algumas mulheres exiladas entraram em contato com o ideário feminista, que logo foi visto com grande desconfiança por seus companheiros homens” (PINTO, 2003, pp. 52-53), portanto, o movimento teórico e militante do feminismo não foi aceito (em um primeiro momento) pelos grupos de esquerda, que justificavam que as discussões propostas pelo movimento desviam a atenção do problema central para eles - a luta de classes.

O interesse das brasileiras exiladas pelo feminismo foi se acentuando, o que fez com que Yolanda Cerquinho da Silva Prado (Danda Prado)²⁵, em 1972, fundasse em Paris, o Grupo Latino-Americano de Mulheres. Esse grupo sofreu algumas retaliações, pois o grupo de exilados do sexo masculino ameaçou cortar o apoio financeiro que era dado às famílias que tinham familiares exilados, isso caso as mulheres brasileiras exiladas permanecessem frequentando as reuniões do Grupo Latino-Americano de Mulheres. Infelizmente, essa ameaça foi levada a cabo, o que corroborou para o fim de sua organização em 1976 (PINTO, 2003).

Em 1975, surge outro grupo em Paris, denominado como: Grupo de Mulheres Brasileiras. E tinha como tema central a luta contra a ditadura militar no Brasil, esse grupo manteve suas atividades até 1979, cita-se como um importante documento produzido “A Carta Política” (1976), que trazia a seguinte reflexão:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós, mulheres organizadas autonomamente, podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que

²⁵ É uma escritora, mais conhecida como Danda Prado, nasceu em 1929 e é filha do historiador, Caio Prado Junior.

conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista (*apud* PINTO, 2003, pp. 54 – 55).

Esse manifesto é significativo, pois reivindica o cotidiano como um espaço político, em que está implícito a desigualdade de acesso aos direitos de cidadania, ao mesmo tempo em que reconfigura o espaço de luta e fala das mulheres a respeito das opressões que elas vivenciam, sem que isso represente a sua exclusão na participação, bem como partilha de outras bandeiras de luta política.

O que irá culminar na ligeira expansão e popularização desses espaços públicos de reflexão no exterior, frequentado por brasileiras exiladas. Já as mulheres que permaneceram no território brasileiro se viam amplamente limitadas pela censura do regime político, tendo como alternativa o desenvolvimento de um feminismo mais restrito, informal, que se reunia em espaços privados. Isso não significa que o debate europeu não reverberasse no Brasil, ele chegava através do proselitismo e do intercâmbio das mulheres brasileiras em Paris, que encaminhavam material para as outras que ficaram em solo brasileiro (PINTO, 2003).

No território brasileiro, também havia a formação de grupos de mulheres altamente diversificado, que a princípio não foi idealizado para desenvolver problematizações de cunho feminista, e que contava com:

[...] presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares do Brasil. Esse é fenômeno anterior à década de 1970 e que continuou a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo. Se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma a sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa, mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros (PINTO, 2003, p. 43).

Percebe-se que esse tipo de organização política, a qual a literatura denomina como Movimento de Mulheres, possui alto grau de relevância, principalmente nesse período de repressão, pois intuía dar visibilidade a problemas que não são individuais, mas sim, problemas coletivos e que afetam diversas mulheres e suas famílias, embora esse tipo de organização não tenha como principal propósito realizar uma crítica ou uma transformação dos papéis sociais de gênero que são atribuídos às pessoas em razão do sexo. Atuação essa, que é característica do movimento feminista, não se deve desmerecer as contribuições exercidas pelo Movimento de Mulheres, na medida que esse movimento contribui para que novos atores pudessem ingressar

na cena pública, ou seja, é necessário compreender o processo de resistência instaurado através do Movimento de Mulheres, que inclusive nutre certa interface com o Movimento Feminista, já que, ao refletir sobre a sua condição, permitiu que algumas dessas mulheres se sentissem motivadas a ampliar o escopo de luta, unindo-se a Movimentos Feministas. No mais, podemos refletir que:

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte de grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora da luta específica. Principalmente na luta das mulheres e dos negros. A questão da desigualdade social é central. Tal circunstância pode levar a dois cenários distintos: o primeiro muito presente nos partidos de esquerda, que tendem a minimizar essas questões específicas, incluindo-as como parte da problemática maior da desigualdade. O segundo cenário é o da presença da questão da desigualdade no interior dos movimentos, reconhecendo as diferenças que essa desigualdade toma quando se trata de mulheres pobres, negras, sem-terra ou, de outro lado, de mulheres ricas e intelectualizadas (PINTO, 2003, pp. 45-46).

Nesse sentido, o movimento feminista brasileiro deve ser compreendido a partir da perspectiva de que:

[...] é um movimento que luta por autonomia em espaços profundamente marcados pelo político, defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população, no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (PINTO, 2003, p. 46).

Um exemplo dessa diversificação de público e formas de intervenção, é a atuação da advogada, Romy Medeiros, que é coautora do Estatuto da Mulher Casada citado anteriormente, Romy tinha uma forte ligação com a elite governamental, chegando a encaminhar em 1971 ao chefe de Estado (general) Médici um projeto de Serviço Cívico Militar feminino, o que não a impediu de promover eventos públicos²⁶ que iam na linha inversa do regime político (PINTO, 2003).

²⁶ Em 1972, Romy idealiza a realização de um Seminário que recebe cofinanciamento do alto clérigo e instituições como: Coca – Cola e a Bem-Estar Familiar no Brasil - BENFAM, e delega a Rose Marie Muraro (1930-2014) a sua organização. Essa situação causou a Romy alguns problemas junto ao Departamento de Ordem Política Social (DOPS), isso porque a maior parte do público do evento foram

Como podemos visualizar, existem diversos paradoxos, primeiramente devido à heterogeneidade entre os participantes, em segundo, devido às instituições que ajudaram a financiar o evento de tema progressista, assim como a permissão dada por um regime militar à execução de evento feminista (PINTO, 2003).

Assim, a década de 1970, por conta do alto nível de censura e a dificuldade de promoção de atividades políticas atrelada à necessidade de resistir ao processo de repressão e violência da ditadura militar, acabou por culminar na formação de uma nova forma de atuação dos movimentos feministas, que passaram a se reunir em pequenos grupos, que podem ser descritos como:

[...] grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado. As mulheres uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até política; a entrada nesses grupos acontecia por meio de convites (PINTO, 2003, p. 49).

Com base no exposto, é compreensível a dificuldade em mapear a quantidade de grupos que se formaram no Brasil, devido a essas características de organização privada e íntima, existem poucos registros desse tipo de movimento que se concentram sobre o território do Rio de Janeiro e São Paulo, algumas dessas mulheres se tornaram personalidades políticas e/ou acadêmicas em âmbito nacional, os debates produzidos por essas mulheres se tornaram imprescindíveis nos anos seguintes, principalmente a partir de 1975 (PINTO, 2003).

O ano de 1975 tornou-se emblemático para o debate feminista no Brasil, pois até então, o movimento feminista brasileiro esteve organizado em círculos restritos a poucos participantes, que se reuniam em espaços privados (domiciliares), sendo composto por uma maioria de mulheres intelectualizadas. Esse contexto nacional se modifica a partir da deliberação da Organização das Nações Unidas (ONU) que define o ano de 1975 como o primeiro ano da década da mulher, sendo realizada a primeira conferência sobre esse assunto no México - Conferência Mundial sobre a Situação da Mulher – esse acontecimento inaugura uma nova fase do debate feminista no Brasil, a questão da mulher passa ser visualizada sob um novo prisma pelo governo, sociedade e militantes.

O debate feminista finalmente tem a possibilidade de romper com os limites do privado e começa a ganhar o espaço público, inclusive, a Organização das Nações Unidas patrocinou

mulheres, mas não qualquer grupo de mulheres, eram feministas de esquerda, registra-se inclusive, a participação de Carmem da Silva, Heleieth Saffioti, entre outras (PINTO, 2003).

um evento no Rio de Janeiro, denominado como “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. Esse evento foi organizado por dois grupos feministas cariocas. A partir desse evento, foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira e demonstra que as pautas feministas estavam se tornando públicas, mas também, demandavam um processo de institucionalização (PINTO, 2003). Contudo, é necessário pontuar que:

[...] a capacidade organizativa e a de atingir alvos almejados do movimento estiveram estritamente relacionadas com a própria trajetória social e cultural de suas participantes, pertencentes à classe média intelectualizada, com experiência internacional e, em decorrência, com uma rede de contatos que lhes permitia iniciativas desse porte. Todavia, mesmo com as facilidades decorrentes das condições pessoais das promotoras, o evento de 1975 suscitou resistências por parte dos poderes constituídos (PINTO, 2003, p. 57).

O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira desenvolveu um importante trabalho no Rio de Janeiro até 1979, ao fortalecer movimentos de resistência e abrigou diferentes linhas de debate teórico feminista. Em 1978, esse Centro encaminha o documento denominado como “Carta às mulheres” aos candidatos que iriam concorrer às eleições naquele ano, essa carta apresentava as seguintes demandas:

[...] Das reivindicações gerais: anistia ampla, geral, irrestrita; eleições livres e diretas para todos os cargos; fim da carestia. Nas reivindicações específicas lia-se: criação de creches nas empresas e principalmente nos bairros; aumento do número de áreas de lazer, principalmente nos bairros pobres; aumento do número de escolas e de horas letivas; ampliação e melhoria da merenda escolar em escolas públicas; igualdade salarial; condições mais adequadas de trabalho (PINTO, 2003, p. 61).

Observa-se que as demandas específicas têm maior similaridade com o objeto de reivindicação dos Movimentos de Mulheres, do que as reivindicações do Movimento Feminista. Esse retrato está vinculado a dificuldade das mulheres em se “[...] identificar como oprimidas sem pertencer ao proletariado” (PINTO, 2003, p. 62).

No âmbito das reivindicações gerais, em 1975, cria-se também o Movimento Feminino pela Anistia fundado pela Sra. Terezinha Zerbini, o movimento cresceu pelo país, e acabou sendo promulgado em 1979 (PINTO, 2003).

O debate produzido pelos movimentos feministas desponta em meio aos movimentos operários que começam a fortalecer o seu processo de reivindicações específicas no “mundo do trabalho”, cita-se como marcos históricos: “I Encontro da Mulher no Trabalho” em 1977 no Sindicato do Aeroviário, “II Encontro da Mulher no Trabalho” em 1978 no Sindicato dos

Metalúrgicos do Rio de Janeiro, “I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema em 1978 em São Paulo (PINTO, 2003, p. 66).

Em 1982, inicia-se um movimento de progressivo relaxamento do controle militar sobre o processo eleitoral, em que foi possível a realização de eleições diretas, assim como a retomada do multipartidarismo²⁷, todavia,

[...] a legislação eleitoral que regulou o pleito tinha diversos dispositivos que prejudicavam os novos partidos. Estes foram obrigados a apresentar chapas completas para todos os cargos de âmbito estadual (governador, vice-governador, senador e suplentes, deputados federais e estaduais) ou municipal (prefeito e vereadores). Além de favorecer os partidos com mais diretórios organizados (PDS e PMDB), tal dispositivo obrigou os novos partidos a deslocarem os nomes dos principais líderes para eleições majoritárias, nas quais a chance de vitória era mínima. O eleitor foi obrigado a votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos (voto vinculado), as coligações entre os partidos continuaram proibidas e, pela primeira vez desde 1962, foi negado ao eleitor a possibilidade de votar na legenda (NICOLAU, 2004, p. 59).

Em 1985, já no período de redemocratização, o Congresso aprova a Emenda Constitucional nº 25, que preconiza:

[...] a) estabelecimento de eleições diretas para presidente (ainda que não se tenha definido data para o pleito) pelo sistema de maioria absoluta em dois turnos; b) convocação para 15 de novembro de eleições para prefeitos de capital, municípios considerados áreas de segurança nacional, e para prefeitos e vereadores de novos municípios; c) liberação das exigentes regras para a organização de partidos – as legendas de formação foram autorizadas a participar das eleições municipais daquele ano; d) nas eleições das prefeituras, as sublegendas foram suspensas e as coligações permitidas; e) revogação da fidelidade partidária, que punia com a perda de mandato parlamentares que se opusessem às diretrizes do partido ou abandonassem o partido pelo qual foram eleitos; f) o Distrito Federal passou a ter representação no Congresso (oito deputados a três senadores) [...] (NICOLAU, 2004, p. 61).

O período de redemocratização do país também rendeu avanços em relação a um segmento historicamente excluído do direito político, através da Emenda Constitucional nº 25 houve a incorporação do alistamento e voto facultativo de pessoas analfabetas²⁸, entretanto, esse segmento populacional permaneceu inelegível.

²⁷ Segundo Nicolau (2004), em 1982 partidos como: PMDB, PDS, PTB, PDT e PT adquirem o direito de poder participar da disputa eleitoral.

²⁸ Nicolau destaca que na América Latina, “[...] A abolição da exigência de alfabetização para o sufrágio ocorreu na seguinte ordem: Uruguai (1918), Colômbia (1936), Venezuela (1946), Bolívia (1952), Chile (1970) e Peru (1980). O Brasil foi o último país a permitir o voto dos analfabetos” (2004, p.62).

Em 1986, ocorreu o primeiro recadastramento eletrônico unificado em âmbito nacional, coordenado pelo Tribunal Superior Eleitoral, em que se verificou a ampliação de 18% do total geral de eleitores verificados em 1982. Ao longo desse período, outras alterações foram feitas, o voto permaneceu obrigatório para pessoas com idade entre 18 anos completos e 70 anos, os/as eleitores/eleitoras que deixassem de comparecer ao pleito, e que também não apresentassem justificativa sobre o motivo de sua ausência permaneceram sendo punidos, porém com multa mais branda, que variava de 3% a 10% do valor de 33 Unidades Fiscais de Referência (o que equivale de R\$1,00 a R\$ 3,00). Caso o/a eleitor/eleitora não realizasse o pagamento da multa, não tivesse votado e nem apresentasse justificativa, ele receberia sanção de exclusão da possibilidade de inscrição em concursos públicos, ficaria impedido de tirar identidade e passaporte, e caso ele fosse funcionário público, ficava impedido de receber o salário (NICOLAU, 2012).

No próximo tópico, o/a leitor/leitora é convidado/convidada a refletir sobre a atual disputa que envolve os mecanismos de reparação histórica aos direitos políticos das mulheres, assim como os desafios e violências desse campo.

3.5 ABERTURA DEMOCRÁTICA E CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUALIDADE (1985 – 2022): OS DILEMAS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO GÊNERO FEMININO PERSISTEM?

Nas páginas anteriores, foi possível acompanhar a análise que demonstra diversos processos de reivindicação política em prol do acesso aos direitos de voto e representação das mulheres em espaços político-decisórios no Brasil e sua relação com acontecimentos desenvolvidos em âmbito internacional. Dois marcos históricos internacionais do século XX são fruto do acúmulo de discussões produzidas e sistematizadas através da I Conferência Mundial sobre a Situação da Mulher que ocorreu em 1975 no México e; a “*Beijing Platform Action*”, que possui propostas retiradas do relatório final da “IV Conferência Mundial sobre Mulheres das Nações Unidas”, realizada em 1995 em Beijing - China (FLEURY- TEIXEIRA Org., 2015).

No segundo documento supracitado, existe a recomendação da adoção de ações afirmativas e cotas, que podem ser definidas como uma: “[...] reserva de um percentual mínimo (às vezes máximo) de vagas em listas eleitorais, instituições ou organizações de cunho público ou privado, de natureza social, econômica ou política, a ser preenchido com membros de um grupo social específico [...]” (FLEURY- TEIXEIRA Org., 2015, p. 81). Em um sistema político como o brasileiro, as cotas de gênero deveriam funcionar como:

[...] acciones afirmativas que buscan superar los obstáculos que impiden ingresar a las mujeres en las instituciones del mismo modo que sus pares masculinos. Constituyen medidas compensatorias y redistributivas que posibilitan una gradual inclusión en las diferentes instituciones representativas (FREIDENBERG; GARCÍA, 2015, p. 4).

O “*Beijing Platform Action*” foi utilizado como instrumento de pressão em diversos países, de forma a induzir que os governos adotassem em sua legislação local (entre outros temas) a política pública de cotas eleitorais, contudo, a adoção de cotas de gênero não se deu sem tensionamento, grupos contrários à adoção desse tipo de política apontavam para uma possível infração dos princípios da democracia liberal (supremacia do voto do eleitor), ou ainda argumentavam que as cotas de gênero poderiam contribuir para:

a) la estigmatización del grupo, ya que las acciones afirmativas podrían reforzar las actitudes discriminatorias hacia las mujeres que ingresan a las instituciones gracias a las cuotas y b) la debilidad de la rendición de cuentas, tanto de las representantes hacia otros votantes, como de los legisladores (varones) hacia las mujeres (FREIDENBERG; GARCÍA, 2015, p. 4).

Enquanto isso, os defensores da política de cotas argumentavam que essa alternativa poderia ser visualizada como um mecanismo de reparação da desigualdade estrutural de gênero presente nos diversos países latino-americanos e que, portanto, essa tomada de ação fortaleceria a democracia, pois seria um mecanismo que favoreceria a pluralidade política²⁹. O argumento de reparação das desigualdades se aplica ao caso brasileiro, pois conforme foi explicitado durante esse capítulo, foi possível visualizar as diversas obstruções reproduzidas pela legislação brasileira para o acesso dos direitos políticos do gênero feminino, que só começou a ser viabilizado através da luta das mulheres e dos movimentos feministas. Afinal, as democracias exigem um:

²⁹ Segundo a autora Fleury- Teixeira (2015) existem duas linhas de argumentos que justificam a adoção desse tipo de medida: “[...] Primeiro, as cotas são consideradas um meio de construir justiça política. Como as mulheres constituem 50% da população, não é considerado justo e democrático que elas representem percentual menor nas posições em espaços político-decisórios [...]. O princípio de igualdade que norteia essa visão vai além da ideia de direitos iguais no formato da lei e pressupõe a construção das condições necessárias para a sua efetivação. As cotas seriam necessárias na medida em que a igualdade formal é vista como insuficiente para remover as barreiras estruturais, visíveis ou ocultas, que dificultam a seleção de mulheres como candidatas, ou a sua eleição para cargos eletivos. Segundo, na medida em que ampliam a participação de mulheres em processos político-decisórios, as cotas são vistas como um mecanismo que potencializa a construção de agendas políticas e processos deliberativos mais representativos na perspectiva, interesses e necessidades das mulheres” (Fleury-Teixeira (Org.), 2015, pp. 81-82).

[...] certo grau de correspondência entre a constituição social e a composição do corpo legislativo. Sistemas políticos onde mulheres e outros grupos específicos participam de forma limitada apenas do processo decisório oferecem evidência de desigualdade e exclusão intencional ou involuntária. Com base nisso, são apresentadas demandas por construção de mecanismos capazes de impulsionar a representação política destes grupos (SACCHET, 2013, p. 86).

A indução dessa participação pode ser compreendida como um mecanismo de equidade. Portanto, a utilização de um “[...] *principio de neutralidad sexual* [...], *en un mundo de diferenciación sistemática entre los sexos, la neutralidad sexual es probablemente imposible, y de hecho, a menudo un subterfugio para elegir varones*” (DAHLERUP, 1993, p. 193).

Contudo, não basta apenas cotas, é necessário compreender como esses mecanismos são formulados e como eles operam dentro do sistema eleitoral, de modo a tornar perceptível em que medida eles têm potencial de impulsionar desses segmentos populacionais para dentro do sistema de representação em espaços político-decisórios. Por isso, antes de avançarmos sobre essa temática, cabe apresentar a forma como as cotas eleitorais podem vir a se apresentar nos desenhos institucionais. Atualmente, é possível descrever três modelos básicos, sendo eles: Cotas de Representação, Cotas de Legislatura e Cotas de Listas Internas do Partido. A Cota de Legislatura reserva assentos parlamentares, enquanto a Cota de Representação garante percentual mínimo ou máximo para candidaturas (FLEURY- TEIXEIRA (Org.), 2015).

Segundo Freidenberg e García (2015) cerca de dezessete países³⁰ situados na América Latina realizaram, entre 1991 e 2014, algum tipo de reforma em sua legislação eleitoral, visando incluir algum tipo de cota de gênero em seus sistemas eleitorais, todavia, a inclusão das cotas de gênero no sistema eleitoral adotado nesses dezessete países não é unânime, ela varia de país para país, no que tange as características do desenho do modelo de cotas, critérios e níveis de requisitos necessários ao cumprimento da legislação, assim como, nas sanções que são aplicadas quando detectado o descumprimento da legislação de cotas. Contudo, as autoras alertam que a experiência latino-americana demonstra que:

³⁰ Segundo Freidenberg e García (2015) os dezessete países que adotaram cotas de gênero em seus desenhos institucionais, nessas três décadas foram: “[...] *Argentina (1991); Bolívia (1997, 1999, 2010); Brasil (1995, 1997, 2009); Chile (2015, proyecto de Ley aprobado), Colombia (2011); Costa Rica (1996, 2009); Ecuador (1998, 2000, 2002, 2004, 2009); El Salvador (2013-2018 con carácter transitorio); Haití (2012); Honduras (2000, 2004, 2012, 2017); México (1996, 2008, 2011, 2014); Nicaragua (2012), Panamá (1997); Paraguay (1996); Perú (1997, 2000); República Dominicana (1997, 2000); Uruguay (2009 y se aplica sólo en 2014).*”

[...] la cuota es una condición necesaria pero no suficiente. Esto significa que resulta necesario que la cuota tenga una serie de características específicas que la convierta en una “cuota fuerte” y que esa medida de acción afirmativa esté acompañada de un sistema electoral favorable al género, de la voluntad política de las élites; de un movimiento de mujeres activo, que vigile la aplicación e implementación de las cuotas, de organismos electorales comprometidos con el control de legalidad de las exigencias de género y de mecanismos de selección de candidaturas que contribuyan a la nominación de mujeres candidatas (2015, p. 3).

Pode-se observar que a realidade brasileira precisa avançar na implementação de ações afirmativas que, ao serem combinadas, possam produzir o efeito de uma cota eleitoral forte, com potencial para eliminar o atual desequilíbrio do processo de representação, ou seja, não basta estimular candidaturas, é necessário ampliar o processo de formação e recrutamento de mulheres que possam atuar na política, ocupando assentos nos parlamentos (municipais, estaduais e federal). Embora, o Brasil tenha incorporado na legislação eleitoral as cotas eleitorais de gênero, como uma forma de diminuir a sub-representação das mulheres em espaços político decisórios, verifica-se neste país a aplicação de dois modelos de cotas: Cotas de Listas Internas do Partido e Cotas de Representação.

O modelo de Cotas de Listas Internas do Partido foi incorporado pela primeira vez no Brasil em 1991, pelo Partido dos Trabalhadores – PT, no qual foi estabelecido o percentual mínimo de 30% que deveria ser ocupado por mulheres nas posições diretivas e executivas do partido, em 2011 o partido ampliou esse percentual para 50% (FLEURY- TEIXEIRA Org., 2015). Já as cotas de representação surgem no Brasil em meados 1995, através da Lei nº 9.100, que preconiza em seu art. 10, §3º que “Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (BRASIL, Lei nº 9.100, 1995), ou seja, deveriam ser reservadas vagas para o preenchimento de candidaturas femininas nas listas eleitorais que seriam apresentadas pelos partidos à Justiça Eleitoral. Essas diretrizes são implementadas pela primeira vez em eleições municipais, mais precisamente em 1996.

No ano seguinte, em 1997 essa legislação é atualizada, através da lei nº 9.504, momento em que passa a vigorar nova redação neste parágrafo citado, ao descrever que: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá **reservar** o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, Lei nº 9.504, 1997, *grifo nosso*) as regras descritas nessa lei passaram a vigorar nas eleições gerais, realizadas em 1998.

Em 2009, essa legislação passa por outra reforma, que modifica o mesmo parágrafo, ao dar a seguinte redação: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada

partido ou coligação **preencherá** o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, Lei nº 12.034, 2009, *grifo nosso*). Essa mudança de verbo (reservar para preencher) pode parecer sutil, porém, ao examinar a história do direito político das mulheres, vislumbramos que são nos detalhes que muitas vezes são determinadas as reais condições de participação e/ou obstrução do direito de participação e representação das mulheres³¹.

O efeito dessa nova redação, pode ser visualizado de forma explícita no percentual de candidaturas de mulheres nas eleições municipais de 2012, a literatura inclusive, compreende que, após 15 anos de legislação, essa seria a primeira vez que a cota de representação se torna de fato efetiva no país, o que irá resultar em índice geral de candidaturas femininas de cerca de 32% para o cargo de vereadora (FLEURY- TEIXEIRA Org., 2015).

Embora o Brasil tenha elevado o número de candidaturas femininas, ainda temos problemas relacionadas a real inserção dessas mulheres no poder legislativo, isso porque a cota de representação não garante assentos legislativos. Ao limitar-se a garantir candidaturas, por exemplo, segundo os dados gerais do Tribunal Superior Eleitoral³², em 2014 foram registradas 28,8% de candidaturas femininas e 71,2% de candidaturas masculinas, agora, quando visualizamos o êxito dessas candidaturas, identificamos que apenas 10,9% das mulheres foram eleitas e 89,1% dos homens foram eleitos. Em 2018, observa-se o mesmo padrão, temos 31% de candidaturas femininas e 69% de candidaturas masculinas, o número de eleitos respectivamente, é de: 16,2% e 83,8%.

O percentual de êxito de candidaturas femininas ainda é insuficiente para a construção de grandes minorias dentro de espaços legislativos, o que torna mais difícil para elas a mobilização dos recursos institucionais em prol de suas demandas, nesse sentido, faz-se necessário:

[...] un incremento cuantitativo en el número relativo de una minoría dará lugar a una situación nueva y diferente en la cual la minoría será capaz de movilizar los recursos de las organizaciones o instituciones para acelerar el incremento de sus números -y mejorar su posición en general. Si una masa crítica en una organización es una minoría de alrededor del 30%, la teoría implica que el salto de (digamos) el 10 al 30% es mucho más difícil y a

³¹ Marques (2019) rememora que o termo “cidadão” é um substantivo masculino, logo, as mulheres eram automaticamente excluídas do direito ao voto e de representação.

³¹ Para ver mais, disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>> Acesso em 30 de ago. 2021.

³² Para ver mais, disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>> Acesso em 30 de ago. 2021.

menudo imposible sin el apoyo exterior, mientras que el salto del 30 al 50% podría ser más fácil a pesar de que la minoría tenga aún que pelear duro por él (DAHLERUP, 1993, pp. 205 - 206).

Nesse sentido a implementação de cotas pode ser visualizada como um dos instrumentos que favorece a produção de uma grande minoria, ou seja, de uma massa crítica que pode ser definida como:

Una masa crítica se define aquí no sólo como un incremento en la cantidad relativa de mujeres. Una masa crítica implica un cambio cualitativo en las relaciones de poder que permite por primera vez a la minoría utilizar los recursos de la organización o de la institución para mejorar su propia situación y la del grupo al que pertenece. La minoría es capaz ahora y lo deseade acelerar el desarrollo y de contrarrestar los reveses (DAHLERUP, 1993, p. 176).

Portanto, as cotas não podem ser compreendidas como uma medida finalística, é necessário aperfeiçoá-las, assim como é necessário instituir e combinar outras políticas públicas que possam ampliar as possibilidades de inserção das mulheres nas instituições políticas.

Recentemente, uma ação de incentivo às candidaturas femininas foi a sanção da Emenda Constitucional nº 111/2021, que prevê em seu Art. 2º, que a “distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro” (BRASIL, EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111, 2021).

Mecanismos como o instituído pela Emenda Constitucional nº 111/2021 carecem de melhor divulgação entre os candidatos, especialmente entre aqueles que são candidatas mulheres ou a candidatos negros, para que eles possam cobrar o emprego desses recursos em suas candidaturas. Sei que o acesso à informação e requisição desse repasse de financiamento da campanha não é tão simples. Afinal, mesmo após 90 anos da promulgação do primeiro documento que reconhece a possibilidade de execução do direito político pelas mulheres, a esfera pública permanece sendo um ambiente hostil para elas.

A promulgação da Lei nº 14.192/2021 é o reconhecimento deste problema público, uma vez que essa legislação visa estabelecer normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher em espaços e atividades relacionadas ao exercício de seus direitos políticos e/ou funções públicas, e aplicar sanções ao indivíduo ou partido que exerça conduta que possa vir a se caracterizar como prática de assédio, constrangimento, humilhação, perseguição ou ameaça contra uma candidata ou mulher eleita.

Desta forma, lutar contra a sub-representação da mulher na política é um ato que visa coibir que essa posição de símbolo continue a se reproduzir, afinal:

Ser la única mujer en un grupo masculino o ser solamente unas cuantas mujeres les da a éstas una posición de símbolos. O sea, la mujer es considerada una representante de las mujeres en general. Si falla, la conclusión es que las mujeres como tales no son buenas para hacer ese trabajo. Si un hombre falla, la organización nada más tiene que reemplazar al señor Smith con el señor Miller (DAHLERUP, 1986, p. 171).

É necessário compreender que a violência de gênero na política não é um fenômeno novo, ela sempre esteve presente no cotidiano das mulheres que desafiam todos os dias e ao longo dos séculos a ordem social patriarcal. O que temos de novo, é o reconhecimento da violência exercida contra as mulheres no campo político e a afirmação do respeito e garantia de tempo de mídia, preservação da possibilidade de participação das candidatas e das condições para o exercício do mandato eletivo.

Assim, esta Lei possibilita nominar um novo campo em que a violência de gênero é expressa contra as mulheres. Que pode ser representado da seguinte forma:

QUADRO I – VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA POLÍTICA

STATUS DA PARTICIPAÇÃO	AÇÃO, CONDUTA OU OMISSÃO	OBJETIVO	SANÇÃO
ELEITORA ³³	O/A eleitor/eleitora que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição. (conforme dispõe o art. 7º, Lei nº 4737/1965). Exceto em casos de suspensão ou cassação dos direitos políticos, hipótese descritas no art. 15 da Constituição Federal de 1988.	Omissão do voto direto e secreto.	Incorrerá em multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o salário-mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367. Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o/a eleitor/eleitora: I - Inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles; II - Receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público, autárquico ou para estatal, bem como fundações governamentais, empresas, institutos e sociedades de qualquer natureza, mantidas ou subvencionadas pelo governo ou que

³³ Não é prevista uma punição para o cerceamento desta forma de direito do direito político, apenas a previsão da punição para o indivíduo que deixa de exercer o dever de voto.

			<p>exercem serviço público delegado, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;</p> <p>III - participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;</p> <p>IV - Obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, caixas econômicas federais ou estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe, e com essas entidades celebrar contratos;</p> <p>V - Obter passaporte ou carteira de identidade;</p> <p>VI - Renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo;</p> <p>VII - praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda.</p>
CANDIDATA	<p>Assediar, constranger, depreciar, humilhar, perseguir ou ameaçar.</p> <p>Desproporcionalidade de participação em debates entre candidatos que concorrem ao mesmo cargo eletivo de sexos diferentes.</p> <p>Divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos inverídicos em relação a partidos ou a candidatos capazes de exercer influência perante o eleitorado.</p>	<p>Impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher em campanha eleitoral.</p>	<p>Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.</p> <p>Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço), se o crime for cometido contra mulher:</p> <p>I - Gestante;</p> <p>II - Maior de 60 (sessenta) anos;</p> <p>III - com deficiência.</p> <p>Ou caso o crime seja cometido por meio da internet, de rede social ou com transmissão em tempo real.</p>
MANDATÁRIA	<p>impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.</p> <p>Assediar, constranger, depreciar, humilhar, perseguir ou ameaçar.</p>	<p>Impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher no exercício de funções pública (desempenho de mandato eletivo).</p>	<p>Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.</p> <p>Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço), se o crime for cometido contra mulher:</p> <p>I - Gestante;</p> <p>II - Maior de 60 (sessenta) anos;</p> <p>III - com deficiência.</p>

			Ou caso o crime seja cometido por meio da internet, de rede social ou com transmissão em tempo real.
--	--	--	--

Fonte: A autora, a partir da Lei nº 14.192/2021.

Embora, a legislação, a saber: Lei nº 12034/2009, Lei nº 14.192/2021 e Emenda Constitucional nº111/2021, tenham produzido avanços nas pautas de gênero, sabe-se que a ofensiva neoliberal tem incidido de forma a tentar diluir essas conquistas necessárias ao fortalecimento do pluralismo democrático nas instituições brasileiras, especialmente, quando o tema são pautas da agenda das políticas públicas de gênero, como rememora a autora BIROLI (2020):

[...] No caso do Brasil, a movimentação nesse sentido ocorre desde 2014, quando os itens referentes a igualdade e à diversidade racial e de gênero foram eliminados do Plano Nacional de Educação aprovado pelo Congresso no dia 22 de abril. Foi em 2018, porém, que o alcance dessa estratégia se tornou mais claro [...], o combate à ‘ideologia de gênero’ foi incluído no programa eleitoral do candidato presidencial de extrema direita Jair Bolsonaro. Seu discurso inaugural, em 1º de janeiro de 2019, destacou a intensão de liberar o país da ‘ideologia de gênero’, precedendo a adesão aberta a essa agenda por ao menos três ministérios – O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Ministérios das Relações Exteriores e o Ministério da Educação [...] (p.156).

Outro exemplo de retrocesso, pode ser visualizado no processo de tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 18/2021, proposta pelo senador Carlos Fávaro (PSD- MT), que institui um repasse de 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Contudo, é necessário evidenciar que o critério de criação e manutenção desses programas é condicionado aos interesses intrapartidários. E caso o partido não empregue esses 5% (cinco por cento) dos recursos, ele poderá ser acumulado em diferentes exercícios financeiros de forma a ser utilizado em campanhas eleitorais de candidatas. No que tange ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão fica a cargo do partido (de acordo com os seus interesses e legislação interna) estabelecer os critérios internos de distribuição do tempo, todavia, deve respeitar a reserva de no mínimo 30% (trinta por cento) independentemente do número de candidatas.

Destaca-se que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) também flexibiliza as regras de cotas eleitorais de gênero e/ou raça, inclusive, exerce efeito de anistia sobre as

prestações de contas de exercícios financeiros anteriores dos partidos, desde que não tenham transitado em julgado até a data de promulgação desta Emenda Constitucional. No mais, o art. 3º, da Proposta de Emenda Constitucional nº 18/2021 finaliza da seguinte maneira:

Não serão aplicadas sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução de valores, multa ou suspensão do fundo partidário, aos partidos que não preencheram a cota mínima de gênero ou de raça, ou que não destinaram os valores mínimos correspondentes a essas finalidades em eleições ocorridas antes da promulgação desta Emenda Constitucional (SENADO, PEC nº 18, 2021).

O conjunto de retrocessos propostos pelo Projeto de Emenda Constitucional para a agenda de promoção da participação feminina na política finaliza o seu conjunto de erosões, substituindo o verbo “preencher” por “reservar”, no trecho do Código Eleitoral que versa sobre o mínimo de vagas destinadas a cada sexo³⁴. Nesse sentido, é possível compreender que existe uma ofensiva neoliberal que busca redefinir o sentido da democracia e da desigualdade, sob três dimensões:

[...] institucional, econômica e moral – se constituem reciprocamente, em um processo no qual a racionalidade econômica e moral tradicional são simultaneamente reposicionadas, conformando o Estado e as subjetividades em sentido oposto ao da igualdade na diversidade (BIROLI, 2020, p. 143).

Nesse sentido, o neoliberalismo opera de forma a limitar a capacidade estatal e o neoconservadorismo moraliza o poder expresso na esfera pública e privada, trata-se de uma nova pressão que ameaça retroceder conquistas na agenda de promoção da participação das mulheres na política (BIROLI, 2020).

A discussão apresentada permite visualizar que as reivindicações das mulheres e feministas produziram avanços significativos no acesso aos direitos de cidadania, contudo, a promessa instituída pelo Pacto Social sobre uma liberdade civil universal, sem entraves ao exercício de cidadania, está longe de ser concretizada. A sociedade continua a reproduzir de forma sistemática as assimetrias e a violência contra as mulheres na esfera pública e privada³⁵,

³⁴

Disponível

em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01t325a925wb7mfiyezpfyvx1v7309549.node0?codteor=2054746&filename=PEC+18/2021+%28Fase+1+-+CD%29> e <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8985808&ts=1649787393619&disposition=inline>> Acesso em 16 abr. 2022.

³⁵ O direito das mulheres apesar de ser previsto em diversas legislações, carece de ser positivado na realidade cotidiana, para citar apenas um dos documentos que fazem a garantia do direito de igualdade

o que fortalece o emprego e atualidade do conceito de “cidadania sexual”, entendida como a existência de fronteiras sexuais no exercício da cidadania.

No próximo capítulo, eu convido o/a leitor/leitora a conhecer uma representação subnacional, mais especificamente, a observar aspectos que envolvem a representação política das mulheres em âmbito legislativo no município de Ivaiporã- Paraná, assim como, a compreender as expressões do poder local neste campo.

entre os sexos, cito a Constituição Federal de 1988, em seu art. 3º que preconiza: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

4. UM RETRATO LOCAL: AS MULHERES QUE REPRESENTAM

4.1 NOTAS SOBRE O TRABALHO DE CAMPO: O DESAFIO DA PESQUISA LOCAL EM PERÍODO DE PANDEMIA GLOBAL

O **objetivo** desta pesquisa visa compreender os desafios e possibilidades dispostos na trajetória social, histórica e cultural das mulheres que concorreram ao cargo de vereadora no município de Ivaiporã, que fica localizado na mesorregião norte central do Paraná, no período de 1988 ao ano de 2020.

Conforme é descrito na introdução deste trabalho, este estudo adota **metodologia** de estudo de caso, devido ao processo de triangulação de métodos (GIMENES, 2019), a saber, foi utilizada a análise documental, pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário e entrevista³⁶.

A pesquisa documental foi realizada a partir do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE-PR. Esta análise documental cumpria a finalidade de identificar o número de candidaturas femininas registradas no período de 1988 a 2020, para o cargo de vereador no município de Ivaiporã - PR. Momento em que foram identificadas 172 candidaturas femininas. Conforme pode ser visualizado na tabela abaixo:

³⁶ Conforme é descrito na introdução desta dissertação, o Projeto de Pesquisa, Cronograma, os Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), assim como os instrumentos de Pesquisa: Roteiro Semiestruturado de Entrevista e Questionário foram submetidos ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá, que emitiu parecer favorável, a saber nº 4.608.759 na data de 24/03/2021.

TABELA I - NÚMERO DE CANDIDATURAS POR SEXO

ANO	CANDIDATURA FEMININA	%	CANDIDATURA MASCULINA	%	TOTAL DE CANDIDATURAS
1988	11	9,2%	119	90,8%	130
1992	11	10,1%	108	89,9%	108
1996	14	19,7%	57	80,3%	71
2000	16	24,6%	49	75,4%	65
2004	15	19,2%	63	80,8%	78
2008	15	18%	68	82%	83
2012	36	31,8%	77	68,2%	113
2016	30	30,3%	69	69,7%	99
2020	24	32%	51	68%	75
TOTAL	172	19,6%	661	80,4%	822

Fonte: A autora, a partir dos dados do TSE e TRE.

A partir dos dados de frequência dispostos na tabela, fica evidente o impacto da Lei nº 12.034/2009, nas cotas eleitorais de sexo. A substituição do verbo reservar para o verbo preencher gerou em âmbito local impacto significativo, sendo possível afirmar que somente em 2012, a lei de cotas de sexo foi efetivamente cumprida em Ivaiporã - PR.

Após a análise das candidaturas registradas no período supracitado, foi possível reduzir a população de pesquisa para 132 candidatas, é importante explicar que algumas candidatas possuem histórico de disputa eleitoral, isto é, foram candidatas em duas ou mais eleições, o que justifica a redução do quantitativo de pessoas que seguiriam para a próxima etapa, a saber: busca ativa das candidatas, visando o convite de participação na pesquisa, através da manifestação de suas opiniões que seriam registradas em questionário.

Devo esclarecer que a elaboração do questionário, foi feita a partir da revisão bibliográfica que indicou temas que são recorrentes na literatura de Ciência Política, e que estão relacionados ao tema da sub-representação feminina em instituições de democracia representativa.

Na sequência, foi realizada uma análise de questionários disponíveis no banco de dados *online* do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP³⁷, a partir de três palavras-chave: Gênero, Participação e Representação.

37 O CESOP foi criado em 1992, e trata-se de um centro de pesquisas vinculado à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com o objetivo de resgatar, organizar e armazenar pesquisas por amostragem

No banco de dados do CESOP, foram identificados alguns questionários, sendo eles: “Mulheres na Política” do Senado Federal, realizada em setembro de 2014, produzido pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE Inteligência, em novembro de 2014 e 2018; os questionários sobre “Estudos Eleitorais Brasileiros” do CESOP/UNICAMP produzido em novembro de 2002 e 2010 e questionário de Pesquisa ESEB – CESOP/UNICAMP 2006. Os modelos supracitados, serviram de base para a construção do questionário utilizado no processo de pesquisa de campo dessa dissertação.

É preciso rememorar que o trabalho de campo ocorreu em um período atípico, durante a pandemia de COVID-19, o que impactou diretamente no processo de busca ativa das candidatas, coleta de dados e cronograma de execução dessa pesquisa.

Durante o processo de busca ativa foi possível a localização de 94 candidatas. A seguir serão apresentadas algumas estratégias que foram adotadas na tentativa de realização do trabalho de campo e em atenção ao cumprimento das recomendações e decretos sanitários de distanciamento social, vigentes no período de 2021 e 2022.

Em um primeiro momento, a aplicação dos questionários estava prevista para ocorrer entre 13 de abril de 2021 a 30 de novembro de 2021, sendo utilizada a estratégia de envio de formulário *online* para preenchimento pela candidata.

O envio do *link* de acesso ao formulário, foi encaminhado em endereços eletrônicos consultados e disponíveis ao público no *site* do Superior Tribunal Eleitoral. Entretanto, percebi que existia uma tendência entre as candidatas de Ivaiporã – PR, de não cadastrarem o endereço de *e-mail* que utilizam no cotidiano, sendo utilizado um mesmo endereço de *e-mail* para todas as candidatas vinculadas a um partido ou coligação.

Outro aspecto visualizado é que os endereços de *e-mail* utilizados em um ano por um partido/candidata, pode não ser o mesmo utilizado na eleição subsequente e, em algumas eleições, a informação sobre o contato da candidata não foi registrada, o que podemos considerar um reflexo de um período em que a *internet* não era algo popularizado, isto é, as pessoas pouco utilizavam endereços eletrônicos para a troca de mensagens.

Devo citar que existe uma melhoria no cadastramento dos endereços eletrônicos, a partir da eleição de 2016, em que os endereços de *e-mail* passam a variar de candidata para

realizadas no campo do comportamento político e social. O CESOP possui um importante centro de dados, que é composto por documentos de pesquisa cedidos de forma gratuita por pesquisadores e instituições nacionais e internacionais. Para ver mais, acesse: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/apresentacao> Acesso em 26 ago. de 2020.

candidata, não sendo o mesmo endereço apresentado para todos os membros do partido ou coligação, o que pode potencializar o acesso do eleitor ao candidato.

Verificou-se também, que existe algumas incorreções na redação do nome de parte das candidatas, assim como, na declaração de sexo de um candidato como sendo do sexo feminino, o que inclusive, gerou um constrangimento da pessoa contactada para participação na pesquisa que tem como foco "Mulheres e Poder Local", problema que consegui contornar durante o contato com a família. Essa incorreção também pode vir a gerar um enviesamento no processo de análise do cumprimento das Cotas de Legislatura pelos partidos e coligações.

Diante desse cenário, eu mandei um *e-mail* para o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, em 22 de abril de 2021, com o objetivo de verificar se os servidores do TSE poderiam fornecer alguma listagem mais estruturada sobre os possíveis contatos das candidatas, sendo respondido em 05 de maio de 2021, que os dados que estão disponíveis constam no Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Como não sabia o tempo que demoraria para receber a resposta descrita, optei em realizar busca dos perfis das candidatas nas redes sociais em período concomitante ao de aguardo da devolutiva do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Após a localização do perfil das candidatas, eu fazia a solicitação de conversa, confirmava se ela havia sido candidata ao cargo de vereadora em Ivaiporã – PR, me apresentava enquanto estudante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá- PR, apresentava um texto padrão que dimensionava a pesquisa em seus objetivos, recorte temporal, importância da participação e que as declarações seriam tratadas em anonimato, possíveis ganhos sociais, além de dar ciência sobre o parecer favorável, a saber nº 4.608.759, do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá, assim como o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE, para finalmente, apresentar o link do formulário *online* e, em alguns casos eu também enviei um arquivo em formato *portable document format – PDF* contendo as questões do questionário virtual. E me disponibilizava a aplicar o questionário por telefone, caso a candidata desejasse, assim como, pessoalmente. No processo de aplicação dos questionários, apenas uma das candidatas solicitou a aplicação por telefone, esta candidata é idosa, tendo concorrido a eleição na década de 1980. E outras 10 candidatas solicitaram a aplicação face a face. Veja a seguir, o quadro que sintetiza o número de questionários aplicados de acordo com a forma de execução deste instrumento de coleta de dados:

QUADRO II - FORMAS DE CAPTAÇÃO DE RESPOSTAS EM QUESTIONÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Formulário <i>online</i>	Por telefone	Face a face
9	1	10
Total de questionários aplicados		19

Fonte: A autora.

Destaco que o processo de aplicação do questionário de forma remota é um grande desafio, que foi necessário visando a segurança da pesquisadora, mas em especial das candidatas. E que a aplicação do questionário face a face só foi feita em um segundo momento, quando a pandemia apresentava taxas (em âmbito local) de menor contaminação e após o início do processo de vacinação.

Destaca-se que a busca ativa das candidatas empreendida de forma presencial ocorreu após a minha imunização com a primeira dose da vacina contra a COVID-19, sendo a busca ativa das candidatas feita após a minha testagem e resultado negativo para essa doença. Momento em que eu utilizava máscara e buscava manter os protocolos de segurança em atendimentos, expertise que desenvolvi no trabalho na Política Municipal de Assistência Social³⁸.

No mais, durante os contatos realizados de forma remota, em diversos momentos as candidatas apresentaram a informação de que não estavam mais morando em Ivaiporã- PR. E que nesse sentido, entendiam que sua participação era desnecessária, momento em que tentava sensibilizá-las sobre o processo de pesquisa, sobre a gratuidade da participação, do anonimato das respostas, além da possibilidade de reflexão sobre as estruturas político decisórias de Ivaiporã e como o ato de preenchimento do questionário poderia auxiliar no processo de identificação de desafios e de possibilidades desse campo na atualidade. Não foi incomum, a resposta negativa sobre a participação que apresentava o argumento de “*não quero mais saber de política*”, “*não me interessa mais por essas questões*”, “*não quero contribuir porque não moro mais nessa cidade*”.

³⁸ Infelizmente, nós não recebemos uma orientação sobre protocolos de segurança necessários para o desenvolvimento das pesquisas de campo pela Universidade Estadual de Maringá, no contexto de pandemia de COVID-19, o que seria interessante, pois existe um conjunto diversificado de estudantes que podem ter esse tipo de orientação oriunda de outros espaços/vivências sociais, mas pode existir aqueles que não tiveram essa oportunidade.

A dificuldade de participação na pesquisa, pode ser observada por prismas diferentes, primeiro ter constituído uma experiência pouco positiva no processo de participação política individual, o descostume de responder questionários e pesquisas, o receio da análise sobre as respostas que serão gravadas e como essas serão interpretadas pelo pesquisador. Assim como, outras questões relacionadas ao cenário caótico que estávamos vivenciando, afinal, não podemos desconsiderar ou subestimar os efeitos da pandemia de COVID- 19 na vida das pessoas e em sua saúde mental, sabe-se que muitas famílias tiveram que reestruturar totalmente as suas rotinas, que houve excesso de trabalho, que em muitos casos, recaiu sobre as mulheres.

Esse conjunto de dilemas me fizeram estender o número de contatos, assim como o período de coleta de dados dos questionários, sendo localizadas 94 candidatas, sendo feito o envio de um convite de participação a cada uma delas. O período de captação das respostas no questionário eletrônico ficou aberto de 13 de abril de 2021 a 26 de abril de 2022. Ao fim, do período de captação das respostas foram respondidos 19 questionários. Resumidamente, o trabalho de campo apresentado até aqui resultou no seguinte panorama de captação de dados:

QUADRO III- PANORAMA DE CAPTAÇÃO DE RESPOSTAS EM QUESTIONÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Candidaturas femininas registradas no período de 1988-2020	Candidatas	Candidatas localizadas	Questionários respondidos pelas candidatas
172	132	94	19

Fonte: A autora.

A partir da coleta de dados obtida, através dos 19 questionários preenchidos com as opiniões das candidatas é possível expressar a seguinte disposição geográfica das moradias dessas mulheres (no período de sua candidatura) segundo o perfil de raça/cor:

TABELA II - PERFIL GEOGRÁFICO E RAÇA/COR DAS PARTICIPANTES

TERRITÓRIO	BRANCA	PARDA	PRETA
VILA NOVA PORÃ	02	0	01
DISTRITO DESMEMBRADO - ARAPUÃ ³⁹	01	0	0
DISTRITO JACUTINGA	01	0	0
VILA SANTA MARIA	01	0	0
JARDIM ALTO DA GLÓRIA	0	01	0
CENTRO	08	02	01
VILA JOÃO XXIII	0	01	0
TOTAL	13	04	02

Fonte: A autora.

Do total de 19 participantes que preencheram o questionário, percebe-se que a maioria é branca e que reside na área central do município de Ivaiporã - PR. Destaca-se que existe uma candidata que morava no distrito de Arapuã, que foi desmembrado na década de 1990, e passou a ter *status* de município na atualidade.

A seguir será apresentado o perfil profissional das candidatas de acordo com a sua filiação partidária no período em que concorreu ao pleito:

TABELA III - PERFIL PROFISSIONAL E FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

ATIVIDADE REMUNERADA	MDB	PHS	PP	PSC	PSDB	PT	PTB	Republicanos/PL
AGRICULTORA	2	0	0	0	0	0	0	0
AUTÔNOMA	0	0	0	0	0	1	0	0
DIARISTA	0	0	0	0	0	0	1	0
EMPREGADA/PRIVADA	0	1	0	0	0	0	1	0
EMPREGADA/PÚBLICA	2	0	0	0	1	4	2	1
EMPRESÁRIA	0	0	1	0	0	0	0	0
LICENCIADA/CARGO- CONFIANÇA	1	0	0	0	0	0	0	0
DESEMPREGADA	0	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL	5	1	1	1	1	5	4	1

Fonte: A autora.

³⁹ Atualmente é um município, porque foi desmembrado do território de Ivaiporã - PR, na década de 1990.

Embora, o Movimento Democrático Brasileiro possua maior número de filiação partidária, isto é, 5 filiações, os trabalhos exercidos por essas mulheres estão relacionados a agricultura e o serviço público. Já a atividade remunerada mais executada pelas candidatas são cargos/empregos/funções públicas, sendo observável 11 representantes, percebe-se que deste montante de servidores públicos, há maior concentração de candidatas com filiação partidária no Partido dos Trabalhadores.

De forma, mais específica é possível avaliar que: 10 candidatas têm e/ou tiveram vinculação com instituição escolar, exerceram e/ou exercem o cargo de professora e/ou de diretora/vice-diretora de escola. Outra informação interessante, que pode ser identificada através da aplicação dos questionários, é a percepção de que 11 candidatas (das 19 candidatas que preencheram o instrumental) relataram que tinham um ou mais membros da família com histórico de candidatura para cargo eletivo^{40 41}.

Ao fim do questionário, havia um convite de participação para outra etapa de coleta de dados, que seria executado através de uma entrevista semiestruturada, sendo esse convite aceito por 10 candidatas, o que representa 52,6% do total de candidatas que responderam ao questionário. Contudo, não foi possível entrevistar as 10 candidatas, sendo executado apenas 8 entrevistas.

A execução de 8 entrevistas se justifica devido a manifestação tardia do aceite em participar dessa fase da pesquisa de campo, devo rememorar que devido a ampliação do prazo de preenchimento do questionário⁴², houve duas candidatas que acabaram manifestando em abril de 2022 o interesse de participação, contudo, caso as entrevistas fossem realizadas não haveria tempo hábil a análise do seu conteúdo. Por isso, foram realizadas apenas 8 entrevistas, sendo: 2 entrevistas com candidatas que atuaram como vereadora e, outras 6 entrevistas com candidatas que participaram do processo eleitoral, mas que não chegaram a atuar como vereadora.

É importante frisar que a entrevista seguiu um roteiro semiestruturado que foi encaminhado com antecedência para as participantes. As candidatas que participaram do processo de entrevistas, possuem (na atualidade) a faixa etária de 27 anos a 87 anos de idade e

⁴⁰ Inclusive, a participante 7 que será alvo de entrevista, porém não menciona essa informação na segunda fase da coleta de dados.

⁴¹ Informo que muitos dados obtidos através dos questionários, não foram contemplados na discussão dessa dissertação, mas que serão alvo de debate em artigos que serão organizados de forma subsequente a finalização desta dissertação.

⁴² Essas candidatas foram alvo da busca ativa em prazo estendido, após o mês de novembro de 2021. Sendo finalizada a resposta do questionário por elas no mês de abril de 2022.

foram denominadas como participantes: PARTICIPANTE 1; PARTICIPANTE 2; PARTICIPANTE 3; PARTICIPANTE 4; PARTICIPANTE 5; PARTICIPANTE 6; PARTICIPANTE 7; PARTICIPANTE 8. A seguir apresentarei alguns elementos do perfil individual de cada uma delas:

Participante 1 - é branca, católica, declara-se religiosa, morava em Arapuã, tinha renda pessoal de 2 salários-mínimos, trabalhava como agricultora e possuía no período do pleito ensino fundamental incompleto. Não tendo sido eleita.

Participante 2 - é branca, evangélica, declara-se muito religiosa, morava no Centro, era profissional liberal e foi vice-diretora de escola, possuía renda pessoal de 3 a 4 salários-mínimos, no período do pleito tinha ensino superior e pós-graduação. Não tendo sido eleita.

Participante 3 - é branca, católica, declara-se pouco religiosa, morava no Jardim Alto da Glória, era empregada em instituição privada, possuía renda familiar de 3 a 4 salários-mínimos, sendo deste total, a sua renda de 2 salários-mínimos, possuía no período do pleito ensino superior completo. Conseguiu ser eleita.

Participante 4 - é branca, católica, declara-se muito religiosa, morava no Centro, era servidora pública licenciada, tinha renda pessoal de 3 a 4 salários-mínimos, possuía ensino médio completo no período do pleito. Conseguiu ser eleita.

Participante 5 - é parda, católica, declara-se pouco religiosa, morava na Vila Nova Porã, teve experiência profissional ao exercer a função de professora, tinha renda familiar de cerca de 2 salários-mínimos, relatou estar desempregada no período eleitoral, no período do pleito tinha ensino superior incompleto. Não tendo sido eleita.

Participante 6 é branca, católica, declara-se religiosa, morava no Centro, era servidora pública - exerceu a função de diretora de escola, tinha renda familiar de 5 a 7 salários-mínimos, sendo deste total, a sua renda de 3 a 4 salários, possuía ensino superior completo no período do pleito. Não tendo sido eleita.

Participante 7, é branca, católica, declara-se religiosa, morava na Vila Nova Porã, exercia o trabalho de agricultora, tinha renda familiar de 5 a 7 salários-mínimos, sendo deste total, a sua renda de 3 a 4 salários-mínimos, possuía ensino superior e pós-graduação no período do pleito. Não tendo sido eleita.

Participante 8, é branca, católica, declara-se muito religiosa, morava no distrito de Jacutinga, era servidora pública - exerceu a função de diretora de escola, tinha renda familiar

de 10 salários-mínimos, sendo deste total, a sua renda de 5 a 7 salários, possuía ensino superior e pós-graduação no período do pleito. Não tendo sido eleita.

A seguir apresentarei uma breve contextualização sobre o município de Ivaiporã - Paraná, de forma a contribuir para que o/a leitor/leitora possa ter mais informações sobre esse território e, posteriormente, consiga identificar elementos que são citados pelas mulheres entrevistadas.

4.2 POLÍTICA E TERRITÓRIO: DESCENTRALIZAÇÃO BUROCRÁTICA E PODER LOCAL

O Estado brasileiro, assim como outros Estados-Nações, possui poderes ou órgãos de governo subnacionais. Todavia, somente no século XIX, começam a surgir processos eleitorais em âmbito local, o que abre a possibilidade de identificação desses territórios como “comunidades auto governantes” (DELLA PORTA, 2003). No Brasil, conforme explicitado anteriormente, esse processo começa a ser desenvolvido (de forma limitada) no período imperial, momento em que os cargos de juiz de paz e de vereador, responsáveis pela administração local das cidades e vilas, passou a ser preenchido através de eleição direta, entretanto, o voto era restrito ao cumprimento de alguns critérios de sexo, renda e, implicitamente, de raça (NICOLAU, 2004).

As eleições em âmbito local, passam a produzir de forma gradativa “[...] o princípio da legitimidade dos administradores locais com base não na confiança concedida pelo governo central, mas no consenso da comunidade” (DELLA PORTA, 2003, p. 255). Contudo, é importante destacar que a comunidade é aqui entendida como comunidade restrita, ou em outras palavras, àqueles que tinham direito do voto.

Nesse sentido, o princípio de legitimidade dos administradores em âmbito local pode ser um terreno de tensão, por isso, é necessário diferenciar governo local de descentralização burocrática da estrutura administrativa do governo nacional. Isso porque, um é eleito através do pleito, o que significa a aplicação de um princípio democrático⁴³, e o outro tem como função desempenhar/aplicar em nível local as normas e diretrizes estabelecidas pelo governo nacional (DELLA PORTA, 2003). Logo, pode-se concluir que descentralização administrativa não

⁴³ Não devemos compreender a democracia como um terreno neutro, ela é um terreno em disputa, seu sentido varia no tempo e espaço, a partir das apropriações discursiva dos atores do campo político.

significa, necessariamente, autonomia. Um exemplo citado nesta dissertação, que ilustra esse tensionamento entre a estrutura do governo nacional e local no Brasil, é a aprovação do voto feminino em âmbito estadual em 1927, no Estado do Rio Grande.

Um marco fundamental para a definição e ampliação do poder local no Brasil é a Constituição Federal de 1988, que atribuiu aos municípios o estatuto legal de ente federativo, logo, a República Brasileira passa a ser formada pela união indissolúvel de Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

A estrutura federativa brasileira permitiu aos municípios a construção de uma autonomia e função político administrativa descentralizada, gestão financeira e normativa, o que significa a possibilidade de “autogoverno”, entendido neste texto como a capacidade e função de legislar sobre assuntos de interesse local, expresso principalmente através da Lei Orgânica Municipal, que deve prestar observância aos limites constitucionais, assim como, legislar complementarmente sobre assuntos tratados em legislação federal e estadual. Nesse sentido, os municípios passam a ter a possibilidade de instituir quadro de servidores, criar e arrecadar impostos, elaborar, aprovar e executar orçamento municipal, assim como, criar e suprimir distritos (MEIRELES, 2017). A seguir, o/a leitor/leitora é convidado/convidada a conhecer alguns aspectos socioterritoriais do município objeto de pesquisa dessa dissertação: Ivaiporã – Paraná.

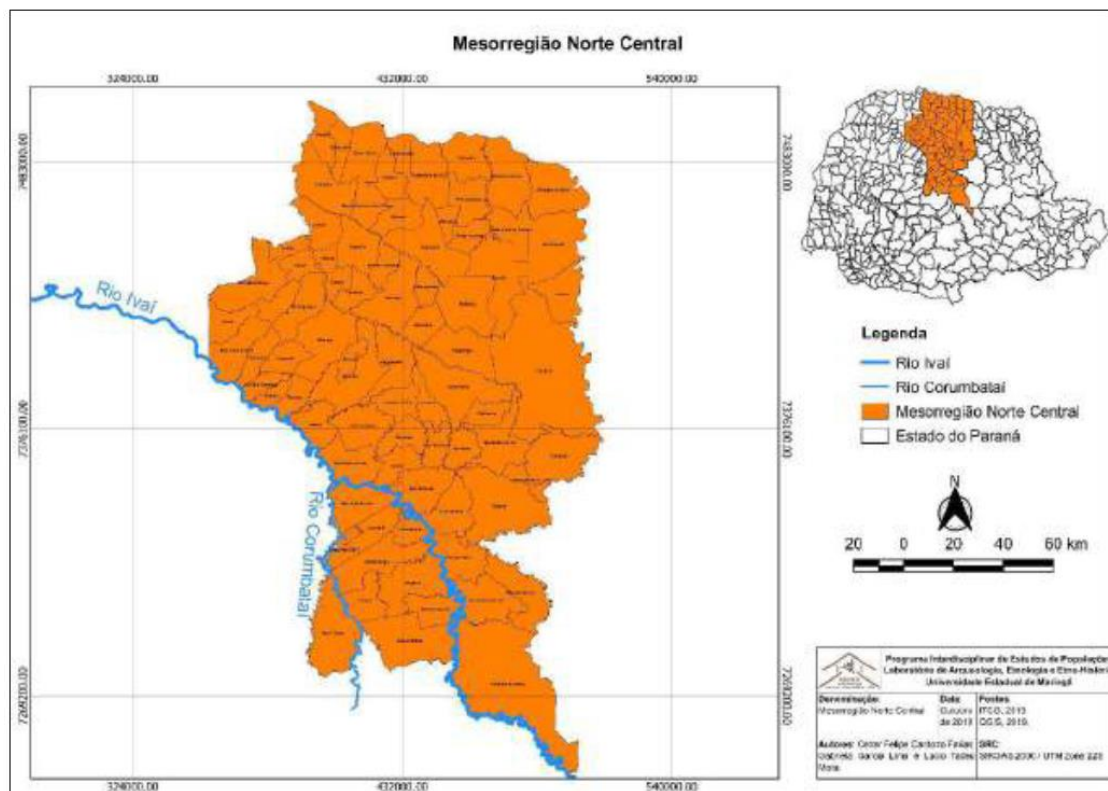
4.3 LOCAL EM FOCO: APRESENTAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE IVAIPORÃ-PARANÁ

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), a República Federativa do Brasil é composta por 5.568 municípios. Destes, 399 estão dentro dos limites do Estado do Paraná. O território paranaense é subdividido em mesorregiões, a saber: noroeste, centro ocidental, norte central, norte pioneiro, centro oriental, oeste, sudoeste, centro sul, sudeste, região metropolitana de Curitiba (PARANÁ, IPARDES, 2012)⁴⁴.

O município de Ivaiporã - PR está localizado a aproximadamente 384,07 quilômetros de distância da capital do Estado Curitiba, na mesorregião norte central, como poderá ser visualizado no mapa abaixo:

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Municipios-do-Parana>> Acesso em 11 de jan. 2022.

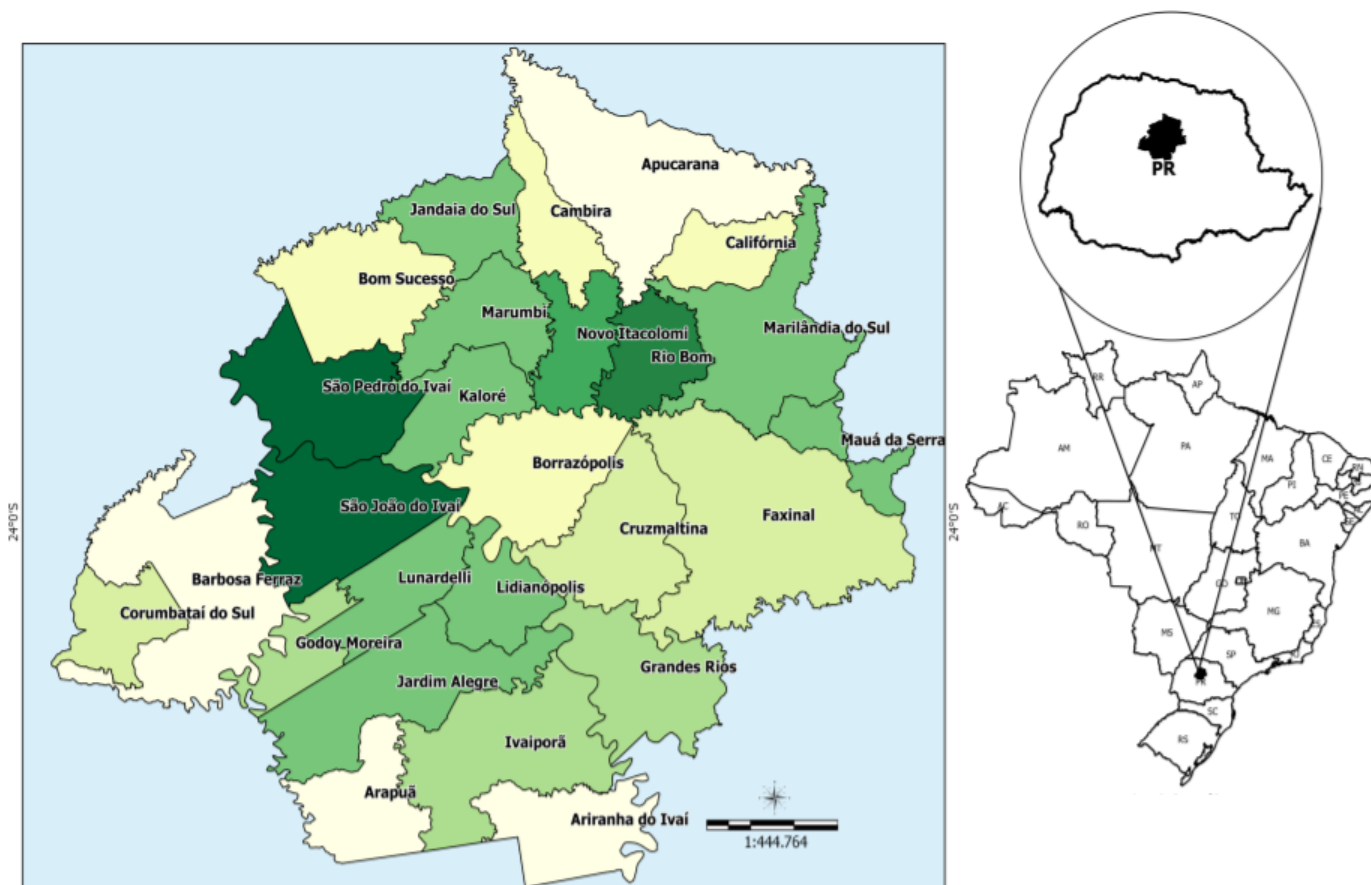
MAPA I - MESORREGIÃO NORTE CENTRAL DO PARANÁ



Fonte: FARIAS, Cezar Felipe Cardozo (2020). Disponível em: < <http://www.pph.uem.br/dissertacoes-e-teses/dissertacoes/cezar-felipe-cardozo-farias.pdf> > Acesso em 10 fev.2022.

O município de Ivaiporã –PR possui 31.816 habitantes (IBGE, 2010) é fruto do desmembramento do município de Manoel Ribas - PR, sendo instalado em 19 de novembro de 1961. Atualmente, Ivaiporã-PR integra, juntamente com outros 25 municípios, a Região do Vale do Ivaí, a saber: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Barbosa Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Corumbataí do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. A seguir observe a disposição geográfica dos municípios:

MAPA II - VALE DO IVAÍ



Fonte:

Disponível

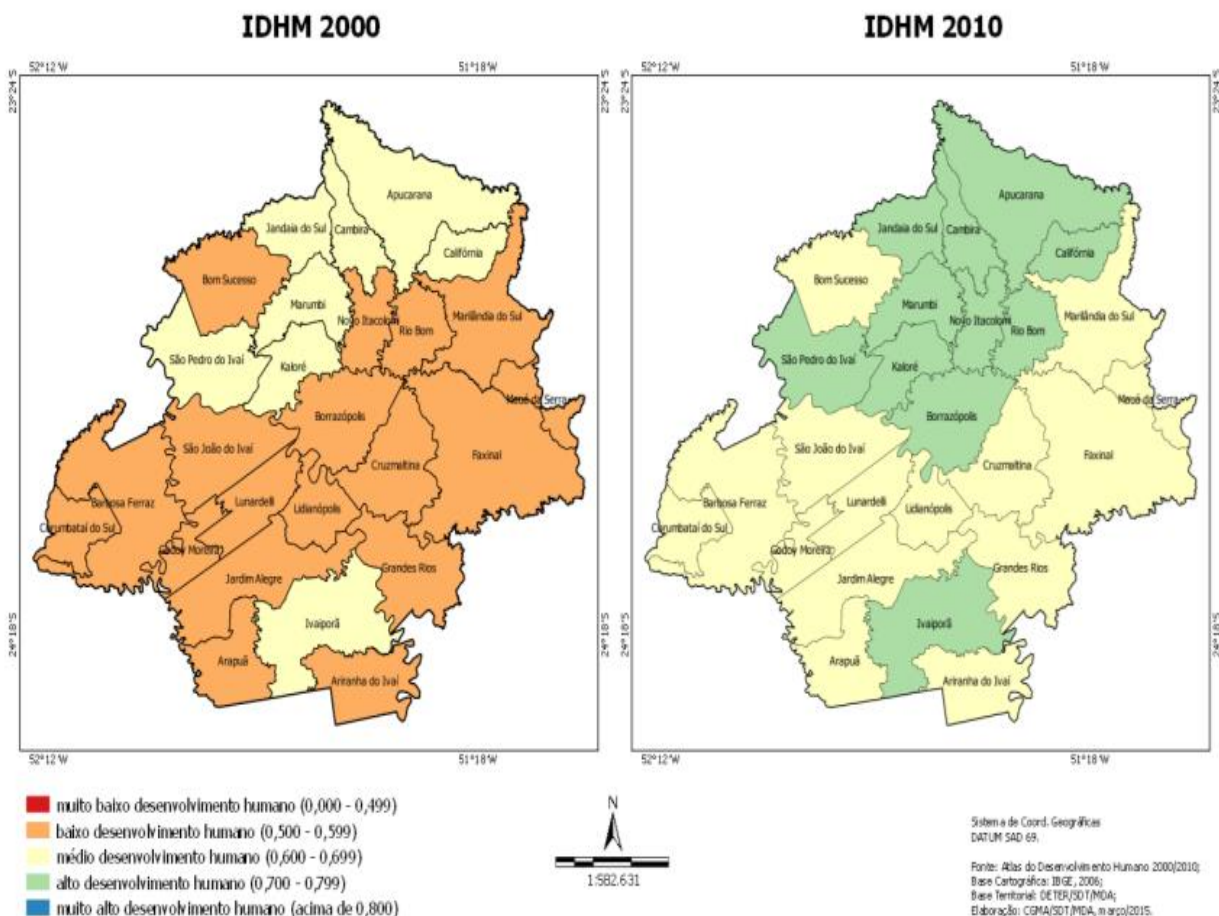
em:

http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_225_Vale%20do%20Ivai%20-%20PR.pdf Acesso em 07 fev. 2022.

Os municípios que compõem o Vale do Ivaí apresentavam, até os anos 2000, em sua maioria, baixo desenvolvimento humano, apenas os municípios de: Apucarana, Califórnia, Cambira, Jandaia do Sul, Morumbi, Kaloré, São Pedro do Ivaí e Ivaiporã apresentavam, neste período, médio desenvolvimento humano.

Já em 2010, esse quadro conjuntural se altera, momento em que esses municípios que anteriormente apresentavam médio desenvolvimento humano, passam a apresentar alto desenvolvimento, juntamente com outros três municípios que até então apresentavam baixo desenvolvimento humano, são eles: Rio Bom, Nova Itacolomi e Borrazópolis. Os demais municípios passam a apresentar médio desenvolvimento humano. Conforme pode ser visualizado no mapa a seguir:

MAPA III – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO VALE DO IVAÍ



Fonte:

Disponível

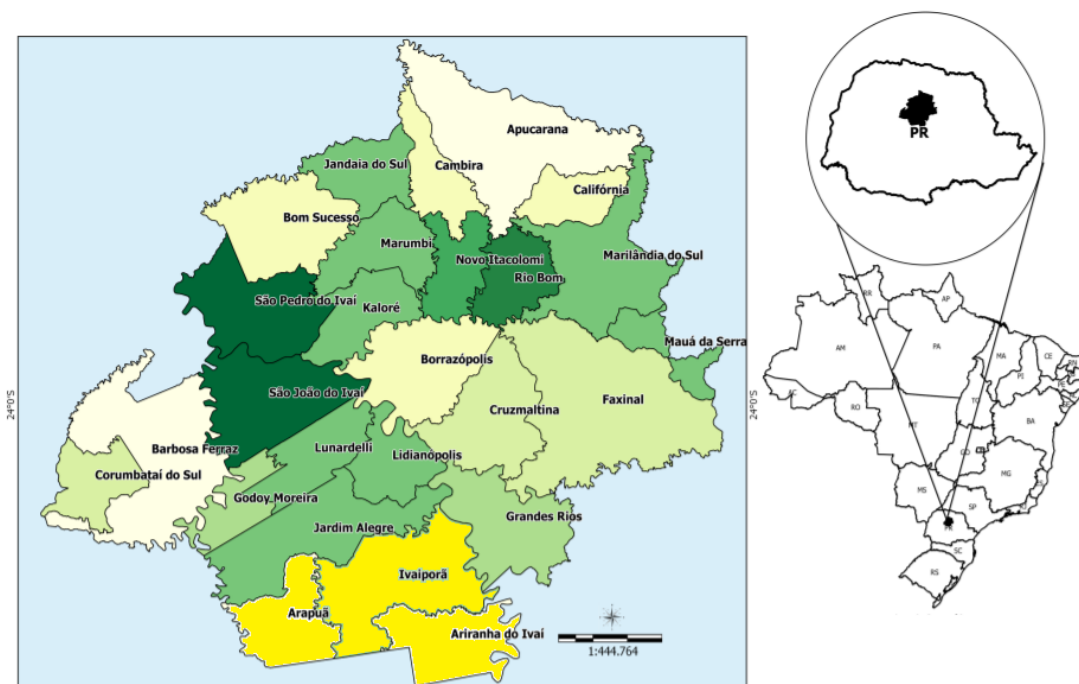
em:

<http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_225_Vale%20do%20Ivaí%20-%20PR.pdf> Acesso em 07 fev. 2022.

A partir da observação do mapa acima, visualizamos que o município de Ivaiporã-PR faz divisa com os municípios de Jardim Alegre, Grandes Rios, Ariranha do Ivaí e Arapuã, mas essa demarcação era diferente no início dos anos de 1990. Os municípios de Arapuã e Ariranha do Ivaí faziam parte do território de Ivaiporã, e passaram por processo de desmembramento após a realização de plebiscito. A saber, Arapuã tornou-se município em 1995 e Ariranha do Ivaí em 1997.

O município de Ivaiporã- PR, possui atualmente 430,916 km, mas na década de 1990 possuía cerca de 889,03 km de extensão territorial, que está representada no mapa abaixo:

MAPA IV - EXTENSÃO TERRITORIAL DE IVAIPORÃ INÍCIO DA DÉCADA DE 1990



Fonte: Mapa adaptado pela autora, versão original disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_225_Vale%20do%20Ivaí%20-%20PR.pdf Acesso em 07 fev. 2022.

Atualmente, o município de Ivaiporã possui três distritos, que são: Alto Porã, Jacutinga e Santa Bárbara. Este município fica situado na zona eleitoral 93, a população local tem a oportunidade de escolher os representantes que ocuparão os cargos de prefeito/ vice-prefeito e vereadores através de eleições diretas e secretas que ocorrem de forma simultânea a cada quatro anos. O município de Ivaiporã – PR, integralizou no ano de 2021 a 15ª legislatura. No próximo tópico, o/a leitor/leitora é convidado/convidada a conhecer um pouco mais sobre a configuração do poder legislativo nesse território.

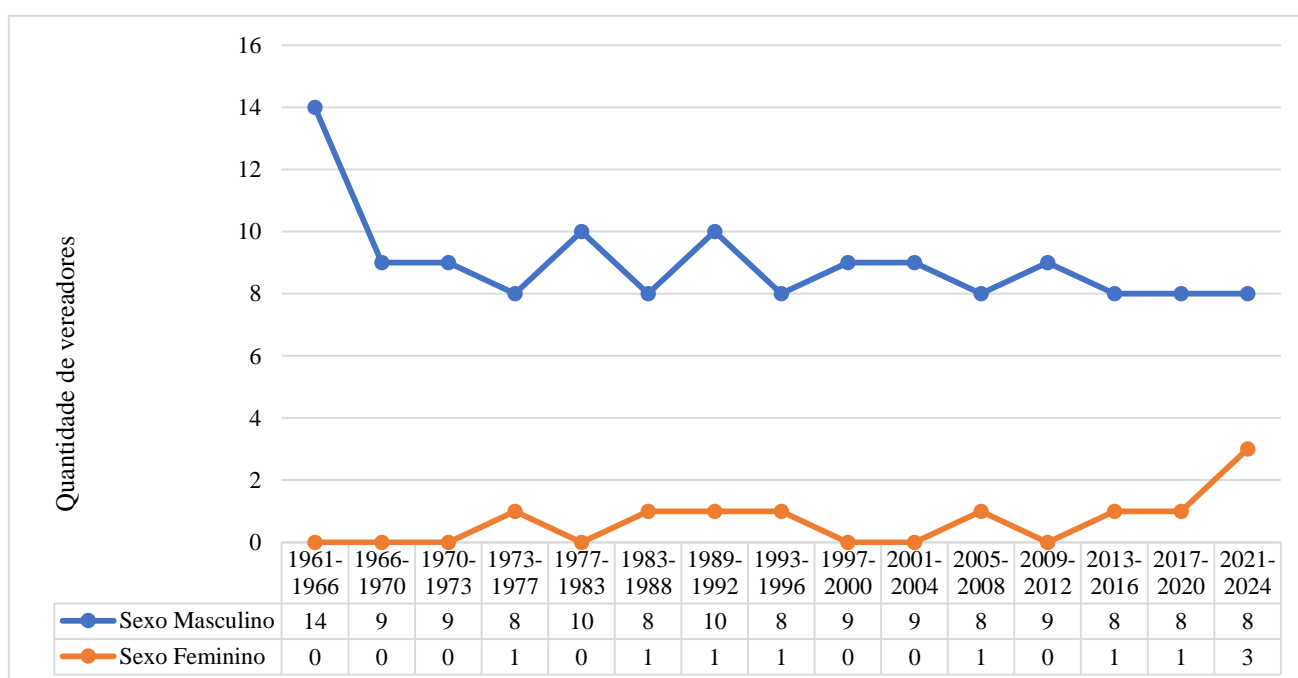
4.4 PODER LEGISLATIVO E O LOCAL: QUAL O SEXO DOS DONOS DO PODER?

Segundo a Emenda Constitucional nº 58/2009, que altera o artigo 29 da Constituição Federal de 1988, o município de Ivaiporã-PR, devido ao porte populacional, poderia possuir até 11 vereadores, mas atualmente o município conta com 9 vereadores. Desde 1961, Ivaiporã acumulou 15 legislaturas.

Ao longo desses 61 anos, o município contou com a participação de 145 vereadores no poder legislativo, destaca-se que esse número inclui os vereadores que foram substituídos em razão de licenças, falecimento, assim como, processo de cassação de mandato.

A apresentação quantitativa dos vereadores será geral, isto é, não será feita a exclusão daqueles que se elegeram repetidas vezes. Sendo desse total 135 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. A apresentação descritiva dessa participação de vereadores e vereadoras pode ser visualizada no gráfico a seguir:

GRÁFICO I - SEXO E LEGISLATURAS



Fonte: A autora, a partir de dados disponíveis no *site* da Câmara de Vereadores de Ivaiporã- PR. Disponível em: <https://www.cmivaipora.pr.gov.br/?pag=T0dRPU9EZz1PR0U9T0dVPU9UZz1PVE09T0RnPU9XU T1PV1U9T1dRPU9HTT1ZVEE9> Acesso em 08 mai. 2022.

A partir do gráfico, é possível perceber que a representação de pessoas do sexo masculino é predominante desde a formação do município. Um cenário que persiste na atualidade, mesmo após a implementação de cotas de representação em eleições municipais no fim da década de 1990. Sendo assim, podemos inferir que em sua maioria, os donos do poder possuem o sexo masculino no município de Ivaiporã- PR.

Verifica-se também que a participação de pessoas do sexo feminino foi iniciada em 1973, totalizando 8 legislaturas com a presença de mulheres na vereança. A legislatura que

apresenta maior número de representação de pessoas do sexo feminino é 2021. Todavia, apenas duas⁴⁵, das três vereadoras, exerceram as funções legislativas de forma simultânea.

A análise descritiva de dados gerais de participação encobre alguns aspectos que merecem destaque, especialmente, sobre a potencialidade de alternância e a intersecção de raça e questões de gênero. A seguir, vou apresentar alguns elementos significativos sobre a intersecção do gênero feminino e raça.

É necessário contextualizar que em 2021 uma vereadora, a mais votada entre o conjunto na eleição municipal de 2020, foi alvo de uma denúncia de infração político-administrativa devido ao descumprimento de regras de distanciamento social estabelecidas em decretos municipais, norma que era vigente durante um período em que os casos de COVID-19 eram mais alarmantes, devido as altas médias de contaminação e mortalidade.

Nesse sentido, foi instaurada uma Comissão Processante, que tinha o objetivo de averiguar as infrações cometidas pela então vereadora. Os trabalhos da comissão foram concluídos e o parecer foi apresentado em plenária, sendo aplicado a ela a penalidade de cassação de mandato. Sendo a cassação aprovada por seis votos favoráveis e três contrários.

Neste momento, a câmara contava com a participação de duas vereadoras eleitas dentro do limite de nove vereadores. Após o processo de cassação de mandato, foi necessária convocação de um vereador suplente para o cargo que estava em vacância, o que permitiu o registro de um feito histórico do município. Sendo a primeira vez, em 61 anos, que uma mulher negra toma posse como vereadora no município de Ivaiporã-PR.

Entretanto, a vereadora que foi alvo de processo de cassação recorreu junto à justiça eleitoral, sendo anulada a decisão, o que possibilitou o retorno as suas funções na vereança, e teve como efeito secundário, a destituição do cargo da vereadora suplente⁴⁶.

No que tange a alternância entre os representantes do sexo feminino, podemos visualizar no quadro abaixo a relação de pessoas e partidos que estiveram na composição de legislaturas:

⁴⁵ Em 2021, após a conclusão dos trabalhos de uma Comissão Processante, foi feito a cassação de mandato de uma das vereadoras, a vacância de sua cadeira viabilizou a inserção de um vereador que estava na lista de suplentes. Na ocasião, tratava-se de uma vereadora. Sendo assim, no ano de 2021, devido a rotatividade de vereadores, houve a possibilidade participação de três mulheres eleitas em uma mesma legislatura, todavia, a execução das funções dessas três candidatas não se deu de forma simultânea.

⁴⁶ É importante frisar que essa vereadora suplente era a terceira na ordem de classificação. O ano de 2021 foi atípico, registou a morte de dois vereadores, um por causas naturais e outro devido a COVID-19.

QUADRO IV – PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS DO SEXO FEMININO NAS LEGISLATURAS DE IVAIPORÃ – PR

LEGISLATURA	VEREADORA	PARTIDO	NÚMERO DE VOTOS
4ª Legislatura 1973/1977	Marlene Rother Góes	ARENA	553
6ª Legislatura 1983/1988	Maria das Graças Rocha Moraes	PMDB	801
7ª Legislatura 1989/1992	Maria das Graças Rocha Moraes	PMDB	449
8ª Legislatura 1993/1996	Maria das Graças Rocha Moraes	PST	566
11ª Legislatura 2005/2008	Lourdes José de Assunção Mancia	PT	495
13ª Legislatura 2013/2016	Nadir Maciel	PT	737
14ª Legislatura 2017/2020	Sueli Ramos dos Santos Gevert	PSB	542
15ª Legislatura 2021/2024	Gertrudes Bernardy	MDB	1059
	Josane Gorete Disner Teixeira	REPUBLICANOS	470
	Sandra Mara da Silva	MDB	496

Fonte: A autora, a partir de dados disponíveis no site da câmara de vereadores de Ivaiporã – PR. Disponível em: <https://cmivaipora.pr.gov.br/?pag=T0dRPU9EZz1PR0U9T0dVPU9UZz1PVE09T0RnPU9XUT1PV1U9T1dRPU9HTT1ZVEE9> > Acesso em 15 mai. 2022.

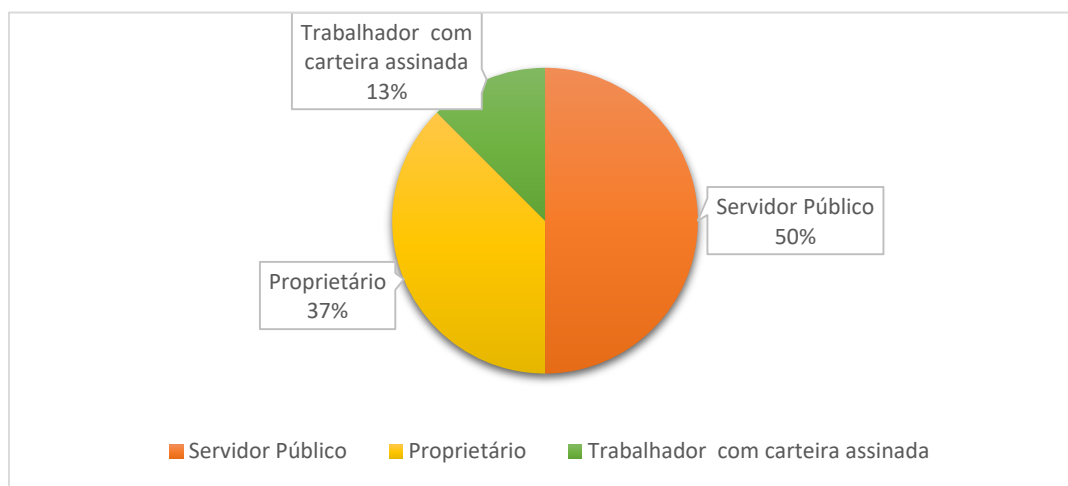
A partir do Quadro – II, podemos visualizar que nas oito legislaturas que apresentam a participação feminina, houve uma alternância/rotatividade de representantes em seis legislaturas.

O quadro supracitado, também apresenta a vinculação partidária das vereadoras. Quando é feita a consideração do processo de surgimento, extinção e ramificação dos partidos em consonância com o modelo de classificação ideológica deles, empregado pelos autores

Bolognesi, Ribeiro e Codato (2021), é possível inferir que as vereadoras eleitas em Ivaiporã - PR, estão predominantemente vinculadas a partidos de direita.

Outro aspecto que merece destaque é o tipo de trabalho ou profissão que era desempenhada por cada uma destas oito vereadoras, um ano antes de se tornarem candidatas, verifica-se a seguinte disposição:

GRÁFICO II – PROFISSÕES EXERCIDAS PELAS CANDIDATAS ELEITAS EM PERÍODO ANTERIOR À CAMPANHA POLÍTICA



Fonte: A autora, a partir de dados TSE.

A partir do gráfico, percebe-se que existe menor incidência de representantes que trabalham com carteira assinada (setor de indústria, comércio e alimentos), sendo predominante a participação de funcionárias do setor público. Contudo, essa apresentação de dados gerais encobre algumas especificidades que são úteis à análise das relações sociais, que são estabelecidas no campo político de Ivaiporã- PR.

Quando analisada a forma de investidura dos cargos dos servidores públicos listados, é necessário mencionar que uma das vereadoras teve seu cargo investido através de nomeação para o desempenho de função em comissão, o que Miguel (2003) expressa ser uma forma de aquisição do chamado capital delegado.

A nomeação para um cargo em comissão permite que o indivíduo se mantenha mais próximo à rede de apoio partidário, além de viabilizar o contato com a elite política, o que potencialmente gera uma vantagem no processo de disputa no campo político. Antes de exercer o cargo em comissão, essa vereadora exercia a atividade de empresária, o que também pode ser concebido como uma forma de obtenção de capital de tipo pessoal notável. Logo, o trabalho anterior permite a transferência do prestígio acumulado ao longo do tempo, e que foi produzido

no processo de interação popular em outras esferas da vida social. No mais, este tipo de capital também é caracterizado pela maior maneabilidade do tempo, o que também viabiliza uma vantagem na disputa eleitoral.

Outras duas vereadoras, também servidoras públicas, exerciam a função de docente, o que pode ser interpretado como uma forma de aquisição de capital delegado, reconhecido como um tipo de crédito que é retido por uma instituição, momento em que a comunidade escolar pode mobilizar outras pessoas com o objetivo de fazer com que ela atinja o êxito eleitoral.

A quarta servidora pública, exercia atividades em uma autarquia no ramo de atividade financeira e de crédito, e desempenhava um cargo de gerência, o que também pode ser concebido como uma fonte de capital político, entretanto, aqui, o tipo de capital seria notório, pois apesar da instituição ser pública, o prestígio social está mais vinculado a *persona* do que a instituição em que ela presta serviço, pois a autarquia não é vinculada diretamente ao poder público municipal, e sim a outra esfera de governo.

Com base no exposto, é possível inferir que servidores públicos tem propensão em adquirir repertórios em espaços distintos, que podem ser combinados no exercício da participação política em ambientes convencionais e não convencionais.

No mais, os servidores públicos possuem vantagens na disputa eleitoral, especialmente em relação à possibilidade de dedicação de tempo às atividades eleitorais, visto que existe a previsão legal da licença para disputa de cargo eletivo. O que é dificilmente viabilizado ao profissional assalariado do ramo da indústria e do comércio.

As outras três vereadoras aqui compreendidas como proprietárias de empreendimentos, também acumulam capital simbólico, neste caso de tipo notório. Destaca-se que apenas uma dessas três vereadoras atua exclusivamente em comércio de gênero alimentício em área urbana. As outras duas vereadoras congregam atividade na indústria, comércio e/ou na prestação de serviços terceirizados na área da saúde, e possuem atividades vinculadas à agricultura e/ou pecuária. Mas as três possuem o reconhecimento social pelo bom desempenho de atividades.

Nesse sentido, é importante observar que essas mulheres, detém um acúmulo de créditos simbólicos que podem produzir uma clivagem no campo político, e favorecer o êxito eleitoral.

Até aqui, fiz uma breve introdução à dinâmica do campo político de Ivaiporã – PR, de forma a adiantar alguns elementos que auxiliam na compreensão do desafio de participação das mulheres em espaços político decisórios.

A seguir convido o/a leitor/leitora a compreender, a partir de dados e relatos coletados junto às mulheres candidatas ao cargo de vereadora (entre os anos de 1988-2020), como essa

experiência se configurou para cada uma das mulheres que aceitou participar do processo de entrevista. Isto é, compreender como se deu a decisão de ingressar em uma disputa eleitoral, se havia histórico de participação ou militância política anterior a sua inserção na disputa eleitoral; discutiremos os apoios e as hostilidades que cada uma das candidatas identificou em seu processo de campanha buscando extrair alguns sentidos atribuídos a esse período marcante da vida de cada uma delas. Na sequência, buscarei compreender a partir do relato de cada uma, como foi o papel dos partidos no processo de financiamento de suas campanhas e preparação para o pleito; por fim, iremos tratar sobre o diagnóstico que cada uma delas faz do cenário atual e quais as suas projeções de participação.

4.5 –RELATOS DE TRAJETÓRIA: A MULHER QUE TRANSBORDA DO ESPAÇO PRIVADO AO ESPAÇO PÚBLICO

Entendo que observar as trajetórias das candidatas é um ato político, que não pode ser deslocado da decisão de disputa eleitoral. É na trajetória que se forja a convicção do ser e acessar este campo, com todas as suas regras e símbolos, que nem sempre estão evidentes, sendo um processo descoberta e redescoberta. Nesse sentido, eu convido o/a leitor/leitora a compreender as vivências que tecem a teia de relações políticas em que estão inseridas essas mulheres.

A participante 1, situa o seu processo de interesse e participação como algo forjado no cotidiano, e explica que ela e seu marido eram engajados com os problemas públicos da comunidade, porém havia uma divisão sexual do trabalho. Essa relação entre espaço público e privado também incide sobre os processos de participação deles na política. Conforme a participante 1 relata, o seu esposo tinha sua participação mais voltada a formas convencionais de participação, restava a ela, uma atuação mais comedida na linha do suporte, do fazer/materializar as decisões do esposo, conforme visualizaremos a seguir.

Segundo as palavras da participante 1, quando ela veio morar no: *“Paraná eu tinha de 13 para 14 anos, meu pai mudou para o Paraná, o Paraná era mato [...] não tinha Ivaiporã, não tinha nada [...]”*, e prossegue: *“Quando começou Ivaiporã, eu conheci o meu marido quando ele estava trabalhando na abertura das estradas, como aquela que passa por Arapuã, que passa pelo Alto Porã [...], o meu marido se candidatou, sabe? Ele se candidatou, ele foi um dos candidatos”* (PARTICIPANTE 1), mas posteriormente, esclarece que ele não foi eleito.

E continua: “naquele tempo, era uma questão de honra a gente ajudar o município[...], era muito difícil, não tinha Hospital, não tinha INSS⁴⁷, os pobres eram socorridos com ajuda. E eu fazia parte do sindicato, [...] o meu marido era sócio daquele Hospital do Trabalhador Rural [...]. A gente via muita necessidade, [...] a gente vendo aquela necessidade, achava que poderia fazer mais, e ter mais ajuda [...]. Eu também dirigi durante um tempo na paróquia, a pastoral da saúde. Quando estava vivo, eu socorria quem estava doente. E quando estava morto, eu socorria para enterrar também (risos)” (PARTICIPANTE 1).

A partir do relato da participante 1, percebe-se que ela apresenta engajamento na comunidade em instâncias sindicais e entidades religiosas, devo recordar que nessa época o Sistema Único de Saúde estava sendo implementado em todo o país, por isso, a vinculação sindical era algo essencial, visto que o trabalhador rural, por não ter carteira de trabalho assinada, ficava excluído do sistema de proteção social à saúde, que nesse período era condicionada ao registro em carteira, logo garantido a um conjunto restrito de profissões. Todavia, essa atuação nos espaços sindicais e religiosos pode ser considerada como uma fonte de produção de um capital simbólico de tipo delegado que pode ser transportado ao processo de participação política.

No mais, essa participante faz uma leitura interessante a respeito do impacto da ausência de serviços públicos na qualidade de vida da população, mas também aponta que essa ausência gera desvantagens para as mulheres, na medida em que: “Naquela época, não tinha condições, jamais uma mulher vai largar a família para entrar em política, porque isso é muito errado, de jeito nenhum. Hoje não. Naquele tempo não tinha creche, não tinha nada. Até as escolas tinha que pagar, tinha que pagar mensalidade para estudar, eu mesma paguei o ginásio, pagava por mês para poder estudar os filhos[...].” (PARTICIPANTE 1).

E explica que: “Quando o meu marido era vivo, eu só tinha a vontade de ter zelo pela minha família, família grande. Eu não tinha tempo, depois que o meu marido morreu, os meus filhos foram ficando grandes, então a gente tinha mais liberdade” (PARTICIPANTE 1). Relato que reforça a existência de um processo de divisão sexual do trabalho, assim como, de um controle do tempo das mulheres que se veem obrigadas a consumi-lo com essas atividades, sem muita possibilidade de escolha, ou seja, ausência do exercício de liberdade em poder deliberar sobre o seu tempo e indiretamente, sobre os diversos tipos de uso de seus corpos. Segundo Miguel e Biroli:

⁴⁷ A sigla INSS, significa Instituto Nacional do Seguro Social.

[...] o tempo livre, é o primeiro recurso para a atividade política. No caso das mulheres é uma exigência particularmente importante. A presença no campo político, sobretudo a ocupação de suas posições mais centrais, carrega exigências de disponibilidade de tempo que trabalham de forma objetiva contra aqueles que estão presos a outros tipos de compromisso. Como, dada a organização atual de suas unidades domésticas, o tempo se torna uma barreira importante para o início e progresso de uma carreira política, com frequência, limitam sua ambição devido a questões como a necessidade de permanecer morando na mesma cidade, que são bem menos presentes nos cálculos dos políticos homens” (2014, pp. 105 - 106).

A obstrução das possibilidades de participação que consideram o cálculo do tempo necessário para a dedicação à afazeres domésticos e de cuidado com os filhos e família fica mais evidente no seguinte trecho da entrevista: *“A mulher que deixa o filho na escola para entrar na política, olha ainda é um caso bem delicado, porque ninguém substitui a mãe, na família, na casa, ninguém substituí. O filho que se cria longe da mãe, ele cria uma dificuldade que ele carrega para o resto da vida, portanto é muito melhor a mulher se dedicar ao filho, não jogar o filho ao cuidado de outros”* (PARTICIPANTE 1).

Segundo essa consideração, fica evidente a dificuldade de uma mulher com filhos em idade infantil de participar de atividades políticas, é um tema que permanece delicado e complexo na atualidade, irei a apresentar como a participante 8 se sentiu dividida em relação a essa questão no próximo tópico. Ademais, é incomum verificarmos uma declaração contrária, que pontue a dificuldade de um homem em se dedicar às atividades políticas, mesmo sendo genitor de uma ou mais crianças.

A participante 1, justifica *“Eu acho que os homens têm mais facilidade, eles não têm tanto apego na família, nos filhos, nos afazeres. Os homens são mais desligados, desligados da casa. Já a mulher não, eu acho que isso favorece os homens”* (PARTICIPANTE 1).

Inclusive, no caso da participante 1, seu esposo concorreu a um cargo político, em um período em que os filhos eram pequenos, porém não é apresentado nenhuma ressalva sobre essa situação, ou sobre a dificuldade de se reorganizar a rotina. Percebe-se que esta não é uma função direta do homem.

Segundo essa perspectiva, a possibilidade de inserção da mulher na esfera pública, mais precisamente em atividades políticas, permanece em segundo plano, sendo primordial no imaginário desta participante o atendimento das demandas do trabalho reprodutivo, que é agravado quando existe a ausência de rede de serviços públicos que possam dar suporte à família.

A participante 1, expressa que sua inserção no campo político, isto é, a sua decisão em concorrer só foi possível, *“Depois que eu fiquei viúva, [...] aí eu me candidatei, depois que o meu marido morreu, eu concorri [...]. Quando eu me candidatei eu tinha uns 50 anos por aí [...]. Ter me candidatado mais velha foi positivo, não me faltava pique, ainda não falta, eu ainda gosto de política viu!”* (PARTICIPANTE 1).

Quando questionada sobre a presença de repertórios de participação entre os demais membros da família, a participante 1 esclarece que ela é a única, mas identifica que aprendeu a ser uma mulher destemida no processo de socialização primária, na instituição familiar, conforme pode ser visto no seguinte apontamento: *“O que me ajudou muito a ser eu mesma, que me ajudou muito a eu me valorizar e ser eu mesma, foi a minha avó paterna, a inglesa, aquela uma que eu convivi muito com ela. E ela que era assim uma pessoa decidida, e que não tinha...Para ela não tinha esse negócio de mulher ser menos do que homens, tudo tem um valor igual, então ela me ajudou muito, ela me ajudou bastante [...]. Ela sabia, tinha bastante estudo [...], não tinha a dificuldade de um homem querer rebaixar uma mulher que ela não desce a volta por cima [...]”* (PARTICIPANTE 1).

No mais, relembra que *“[...] Até hoje eu não conheço ninguém da parte da minha mãe que se jogou em política, eles eram mais reservados”* (PARTICIPANTE 1).

A participante 1 também considera que sua participação é uma espécie de contínuo do trabalho desenvolvido por seu esposo, conforme explica: *“[...] O mesmo trabalho dele eu abracei, porque quando ele estava vivo ele fazia essas partes, e eu tinha que ficar mais reservada cuidando da família, e ele que cuidava mais disso, mas eu já notava e achava importante esse trabalho”* (PARTICIPANTE 1).

Verifica-se na entrevista, uma certa expectativa social de extensão das atividades que são compreendidas como centrais e desenvolvidas pelas mulheres no espaço privado. Que acabam sendo recobradas quando as mulheres se inserem no espaço público. Conforme pode ser observado no seguinte trecho *“[...] a parte principal da mulher é a família, a sociedade, é a assistência social, é essas coisas assim tão maravilhosas que as mulheres se dedicam muito[...]*” (PARTICIPANTE 1).

Nesse sentido, percebe-se que existe uma manifestação do estereótipo de gênero que reforça uma cultura do cuidado como uma característica inerente ao sexo feminino. O que inclusive, não torna incomum o estranhamento ao ser verificado que algumas mulheres que

estão em espaços políticos decisórios têm como foco de trabalho as políticas de tipo “hard” (COSTA, 2019)⁴⁸.

O intervalo de 20 anos, entre a experiência de campanha da participante 1 e da participante 2, nos remete questões semelhantes, impostas pela divisão sexual do trabalho, o que pode ser considerado como um indicativo sobre o enraizamento dos papéis sociais de gênero na sociedade, além de reforçar o conceito de gênero como uma categoria útil de análise ainda em 2022.

Afinal, a transformação cultural dessas expectativas e das correspondências sociais de comportamentos segundo um padrão de feminilidade e masculinidade ainda é um desafio posto à participação das mulheres na esfera pública, que permanece sendo expressa como algo natural, como pode ser visualizado no trecho a seguir: *“Eu percebia que eles já tinham o intuito de inserir mais mulheres, eu lembro que geralmente tinha uma ou duas no máximo, que sempre queriam concorrer. Mas a grande maioria de mulheres não tinha nem vontade, nem pensavam nisso. E até quando eu recebi o meu convite, eu lembro até de duas que foram convidadas também quase que junto comigo. A ideia do partido era atrair comigo as mulheres, eles já tinham essa visão de que: ‘poxa, as mulheres são demais, a gente precisa delas. A gente sabe que vai ser algo especial, vai ser diferenciado, mulher sempre tem aquele lado de mãezona, cuidadora’. E a gente percebia isso até nas reuniões, por exemplo, homem chegava lá com aquele monte de homem, tudo desorganizado, colocava uma mulher para organizar a reunião tinha um cafezinho, o local estava limpinho, arrumadinho, estava organizado. Então eles começaram a perceber o pulo do gato, eles tinham sim, esse objetivo de atrair o público feminino para a política sim”* (PARTICIPANTE 2).

A trajetória da participante 2, apresenta um repertório de atenção aos acontecimentos políticos e sociais desde a adolescência, conforme rememora: *“Eu sempre gostei de política, eu acredito que isso se deve ao meu ambiente familiar, porque toda a minha família sempre foi envolvida com política, não necessariamente se candidatando, mas assim, eu me lembro desde muito pequena, desde muito jovem eu me lembro do impeachment do Collor, eu lembro, como eu sou do Rio, da campanha do Brizola que colocava um lençinho vermelhinho. Então assim eu cresci em um ambiente que favoreceu muito esse meu lado politiqueiro (sorrindo)[...]”* (PARTICIPANTE 2).

⁴⁸ Dissertação disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/34649>> Acesso em 10 fev. 2022.

Porém, explica que o processo de filiação partidária só ocorreu em Ivaiporã, sendo expresso que: *“Essa vontade surge por conta do meu namorado na época, que hoje é meu marido. Ele já era filiado nesse mesmo partido e como a gente estava sempre junto. A gente participava de tudo, eu via já o engajamento dele, do pai dele, da família dele [...]”* (PARTICIPANTE 2).

Sobre o processo de participação, anterior à candidatura, a participante 2, apresenta vinculação com instituições religiosas, escola, partido, conforme pode ser visualizado: *“Na época eu era vice-diretora de uma Escola aqui de Ivaiporã. Eu sempre fui muito ativa na igreja, eu sou líder de uma Igreja Evangélica também. Então, eu acredito que por conta de eu já participar desse partido as pessoas já sabiam que eu liderava muitas pessoas, que muitas pessoas me seguiam, muitas pessoas me ouviam [...]”* (PARTICIPANTE 2).

Quando questionado sobre outras formas de participação convencional e não convencional, ela explica que: *“[...] em relação a conselhos, [...] eu participava, mas era mais em relação a demandas atreladas ao Conselho Tutelar, visando os menores. Participei de algumas reuniões como membro, só participando na revisão de plano diretor, CONSEG que é a respeito da segurança pública. Mas só mesmo como ouvinte [...]”* (PARTICIPANTE 2), e complementa: *“Olha, na câmara eu participei assistindo também, mas assim, como uma cidadã preocupada quando eles queriam aprovar algum tipo de lei que eu não concordava, ou quando eles queriam mexer em relação aos professores, questões assim, mais particulares, também de ir lá e assistir a sessão, mas só dessa forma mesmo [...]”* (PARTICIPANTE 2).

Diante do exposto, embora o partido tivesse o intuito de trazer mais mulheres, a participante 2 já era filiada e possuía uma vinculação com parte dos membros do partido. Sendo a sua decisão de disputa eleitoral tomada na emoção, conforme ela descreve: *“O aceite do convite para candidatura foi mais na emoção mesmo, em 2008, bem novinha. E toda, (corrige) parte da minha família participa desse partido, então assim que fizeram esse convite eu disse que sim de cara sem nem pensar muito, se eu pensasse não teria aceitado na verdade, pra ser bem sincera, então ocorreu o convite, eu aceitei e depois eu só fui vivendo um dia de cada vez”* (PARTICIPANTE 2).

O convite foi feito pelo: *“[...] presidente do partido, aqui em Ivaiporã, e como eu sempre estava auxiliando. Ele já me conhecia de longa data também, partiu especificamente do presidente do partido”* (PARTICIPANTE 2). E explicita que: *“[...] aceitei o convite naquele momento por conta desses ideais de trabalhar com educação, de tentar trazer mais na área da*

saúde. E de ser o lado bom da política, mostrar que nós temos os dois lados né!” (PARTICIPANTE 2).

A participante 3, por sua vez, expressa, em relação à sua trajetória e repertórios familiares que teve acesso na infância e adolescência, que: “[...] *sempre gostei da política, desde pequena eu já tive tio que foi vice-prefeito em Ivaiporã, parentes que já foram prefeitos [...]*” (PARTICIPANTE 3).

Na sequência, explicita que: “[...] *meu interesse ficou mais forte quando eu comecei a trabalhar no conselho tutelar, trabalhei no conselho tutelar por quase 4 anos. Depois eu fiz Serviço Social também, foi onde eu conheci a teoria política, daí eu me interessei mais ainda quando eu trabalhei no lar Santo Antônio, na instituição de longa permanência para idosos em Ivaiporã*” (PARTICIPANTE 3). E complementa que: “[...] *Eu sempre assistia reunião da Câmara, quando eu não vinha aqui na Câmara, eu assistia através do rádio [...], fiz parte de conselhos, de vários conselhos, conselhos da saúde, então, sempre estava envolvida de uma forma ou de outra na política do nosso município*” (PARTICIPANTE 3).

Destaca-se que essa virada de participação, para a representação começa a ser desenhada a partir de um convite, conforme pode ser visualizado no trecho a seguir: “[...] *eu fui candidata em 1996, pela primeira vez, através do convite de algumas pessoas e, até porque eu tinha mesmo interesse[...]. Eu fui candidata 2016, faltaram 15 votos para eu me eleger. Eu pensei ‘vou me candidatar mais uma vez’, mas também será a última. Eu pensava, vai ser a última também, se não der certo também é porque já passou a minha vez, eu pensava assim. Foi quando eu fui candidata, consegui fazer 470 votos, sendo eleita a do partido a mais votada [...]*” (PARTICIPANTE 3). Porém, essa conquista não é decorrente do processo de filiação inicial, a participante 3 expressa que ela teve que mudar de partido: “[...] *Sim, foi convite do presidente do partido no município [...]. Eu fui convidada a me filiar neste partido, na realidade eu estava filiada em outro partido, só que na época o meu partido, que eu estava filiada, não deu grupo, aí a gente saiu desse partido, para onde daria grupo*” (PARTICIPANTE 3).

Essa mudança de partido é um aspecto que permeia todo o processo de entrevista da participante 3, por isso, faz-se necessário um esclarecimento sobre “as regras desse jogo”, as regras eleitorais empregadas no pleito podem ser consideradas um elemento importante à análise, pois contribuem para avaliação do resultado e possibilidade de inserção das mulheres na câmara de vereadores. Sabe-se que o debate sobre a forma de contabilização dos votos e o seu impacto na distribuição das cadeiras entre as/os candidatas/candidatos é pouco conhecida pela população em geral (NICOLAU, 2017).

Em geral, o acesso e subsequente distribuição de cadeiras entre as/os candidatas/candidatos e partidos é feita a partir da contagem do chamado conjunto de votos válidos, o que exclui os votos brancos e nulos. Os partidos políticos ou coligações precisam elaborar e apresentar à Justiça Eleitoral uma lista de candidatas/candidatos, a saber a nominata é utilizada como base para o cálculo de destinação de cadeiras para cada partido, mesmo os partidos que se organizam em coligação, necessitam apresentar lista única para se habilitarem ao pleito (NICOLAU, 2017).

Após o pleito, é iniciada a apuração, momento em que os votos nominais são somados ao total de votos obtidos pela legenda do partido. Caso exista uma coligação, o voto nominal é contabilizado na legenda, não sendo possível o beneficiamento de um partido individualmente. Nesse sentido, um voto em legenda ou em uma/um candidata/candidato específico de um partido terá destinação semelhante no processo de distribuição das cadeiras entre as/os candidatas/candidatos do partido ou da coligação, que seguirá a ordem de distribuição das/dos candidatas/candidatos mais votados de acordo com o conjunto de nomes descritos na nominata (NICOLAU, 2017).

Entretanto, partidos ou legendas que não atingem o quociente eleitoral, acabam sendo excluídos do processo de distribuição de cadeiras legislativas, sendo os votos obtidos por esse partido desprezados, por isso, quando a participante 3 fala sobre a necessidade de mudar de partido, porque não formou grupo, ela está falando de um processo de atenção às regras de quociente eleitoral, isto é, das regras básicas para se tornar uma/um candidata/candidato competitivo na disputa eleitoral.

Essa análise do sistema político reforça a expressão que segue: “[...] eu já fui candidata mesmo, que eu queria mesmo. Eu percebi que teve várias pessoas que foram convidadas para preencher as cotas, que precisavam de 30% de mulheres. Mas eu fui porque eu queria ser candidata mesmo [...]” (PARTICIPANTE 3). Quando questionada sobre a motivação desses convites estar vinculada a algum objetivo específico, em especial ao preenchimento da cota eleitoral, a candidata afirma que: “[...] Eu percebi sim, até nessa segunda vez eu acho que não, porque do nosso grupo sobrou mulher, teve mulher que teve que ficar fora” (PARTICIPANTE 3), mas depois corrige, “Não, foi só a cota mesmo, na época acho que era 4 mulheres e 10 homens, era 14 candidatos [...] Sim, sobrou mulher, no nosso grupo, eles tiveram que sortear ou ver quem queria mesmo, e quem queria ficar de fora, esse tipo de coisa [...]” (PARTICIPANTE 3).

A participante 4, explica que a sua inserção na disputa eleitoral para o cargo de vereadora se deu em virtude de convite, feito pelo então candidato a prefeito do município, explica que na ocasião: *“Não, não me sentia confiante em ser eleita, mas eu sabia, eu tinha um objetivo [...]”* (PARTICIPANTE 4).

Segundo a participante 4, seu objetivo sempre foi: *“[...] ajudar o executivo, a transformar a nossa cidade em uma cidade melhor para todos. Eu fui diretora da Assistência Social durante dois mandatos. E notava que os vereadores faziam muito assistencialismo e, para que? Para garantir uma moeda de troca, uma troca de favores. Eles não repassavam a informação para a população quais eram os seus direitos, o direito de ter uma cesta básica, o direito de ter o exame, o direito de ter uma consulta, o direito de procurar um serviço do município, então, muitas pessoas procuravam a Câmara de vereadores, e, os vereadores faziam essa intervenção e não colocavam para a população quais eram os seus direitos. Que eles tinham esse direito garantido, então, essa foi a minha maior vontade de ser candidata, para trazer para a população, que a população tem o direito, ela não precisa procurar vereador para ter esse direito garantido”* (PARTICIPANTE 4).

É interessante avaliar o avanço político na estruturação do sistema de proteção social brasileiro quando comparamos o relato descrito pela participante 1 e 4. Em um primeiro momento, a população estava condicionada ao custeio privado das suas necessidades de bem-estar social ou então, o acesso aos serviços estava condicionado a lógica de cidadania regulada pela carteira de trabalho, sendo atualmente, um direito universal o acesso a saúde e a assistência social a quem dela necessitar.

Nesse sentido, podemos compreender que a estruturação das políticas públicas em uma lógica de sistema de proteção social ampliado, viabiliza gradativamente o aumento das possibilidades de participação das novas gerações de mulheres.

A participante 5, por sua vez, explica que gosta de política, e que esse interesse foi se tornando mais forte na adolescência, por volta dos seus 16 anos. Explica que: *“No começo eu ia muito nas reuniões, antes mesmo de eu começar a votar. Eu sempre questionava alguns candidatos fazia algumas perguntas, alguns até ficavam até admirados, perguntavam ‘você vai votar esse ano?’ E, eu explicava que não, mas eu queria ficar por dentro do que estava acontecendo. Geralmente eu participava das reuniões que eles faziam nas comunidades [...]”* (PARTICIPANTE 5).

A participante 5 relata que participava pouco das reuniões que ocorriam na Câmara de Vereadores, e tece a análise de que: *“eu acho que deveria ser falado mais, deveria ser*

comentado mais, porque às vezes algumas pessoas têm interesse, mas, não vão por causa dos horários que não são divulgados”. E complementa que a divulgação deveria contemplar especialmente os temas, “[...] porque às vezes acontece uma reunião importante e a população fala: ‘Ai eu não fiquei sabendo disso eu não fiquei sabendo daquilo’, então eu acho que se fosse anunciado, acho que seria melhor” (PARTICIPANTE 5).

Relata que recebeu o convite de filiação pelos membros do partido, todavia: *“No início eu fiquei meio naquela dúvida quando eu recebi o convite para eu me filiar. Eu não sabia como funcionava, pra que servia esse negócio de filiação. Eu sabia sobre política, mas os pontos principais eu não sabia, então como meu pai já era filiado, eu cheguei conversei com meu pai. Até então, eu nem sabia que meu pai era filiado e eu conversando com ele, aí ele fala: ‘Eu sou filiado no partido’” (PARTICIPANTE 5).*

Nesse sentido, percebe-se que o desejo em conhecer e participar da política institucional foi despertado fora do ambiente familiar, isto é, o desconhecimento sobre a filiação do pai demonstra que esse assunto não era privilegiado nas reuniões familiares.

E embora, a participante 5 relate gostar de política e acompanhar as reuniões que ocorriam, especialmente, no bairro em que morava, a decisão em concorrer se deu de forma adversa ao amadurecimento do seu desejo sobre essa questão, explica: *“Foi muito engraçado, porque, até então, eu não queria, mas eu recebi o convite 2 vezes da mesma pessoa que era presidente do partido. Eu falei para ele que era muito nova, que eu não entendia muito dessas coisas. Eu falei: ‘Vamos deixar, na próxima eleição quem sabe eu me candidato’. E ele disse: ‘Não, você tem tudo pra se candidatar’. E eu falei ‘Não, eu vou deixar’. Uma outra pessoa veio até a mim e falou: ‘Você recebeu o convite 2 vezes, e você não aceitou? Por que você não entra?’”. E complementa: “Eu recebi esses dois convites na mesma eleição. Aí me ligaram dizendo que estavam precisando de uma mulher no partido: ‘Se não tiver mais uma, não tem como a gente seguir para a eleição’. Falei: ‘Está bem, dá meu nome aí, e depois a gente vê qualquer coisa’. E ele: “É, só até eu conseguir outra pessoa, aí a gente tira você e coloca a outra’. Eu falei: ‘Beleza’. Como se diz, eu fui mais para tampar buraco do partido” (PARTICIPANTE 5).*

A participante 5 descreve que se descobriu candidata em uma reunião interna da coligação partidária, conforme segue: *“A pessoa que me fez o convite me ligou dizendo ‘Vai ter uma reunião e você precisa ir lá’. Eu então, disse: ‘Tá’. Ele não tinha me falado que eu ia ser a candidata, só mandou eu ir, e eu fui. Eles começaram a anunciar quais seriam os candidatos do ano, de repente eles falaram o meu nome. Eu falei: ‘Pô! O meu nome, espera aí estão falando*

de mim'. Ele falou: 'Você é candidata, vai vai...' (me empurrando). Eu falei: 'Sou?'. Eles falaram: 'É'. Então eu fui, por isso, eu falo que foi de uma maneira engraçada, porque eu não esperava. Eu achei que ia entrar outra pessoa e eles iam me tirar. Eu era a mais nova do partido, eu tinha 21 anos, alguns ficaram me olhando estranho, porque eu era a mais nova do partido e a maioria era candidato já mais velho, que já participou de outras eleições" (PARTICIPANTE 5).

E finaliza, dizendo que firmou internamente o compromisso de que: "Já que eu vou para política, então eu vou direito, porque eles falaram que eu até poderia desistir, se eu desistisse, eles tinham uma substituta. Aí eu falei: 'Já estou aqui, eu vou com a cara e coragem' e eu fui" (PARTICIPANTE 5).

A participante 6 relata que gosta de política e complementa: "Ainda mais agora que a política está melhor, sabe por quê? Porque depois que esse Bolsonaro entrou, ele deu uma acabada, com esses corruptos" (PARTICIPANTE 6). E explica: "Eu gosto, eu acho que todo mundo deveria gostar de política. Mas eu acho que política está no sangue de cada pessoa. Eu sempre gostei de política, eu aprendi gostar, sabe por que eu aprendi gostar? A gente começa na escola. Eu fui estudar depois de casada. Porque eu tinha parado de estudar, porque o meu marido não deixava, aquelas coisas de antigamente. Mas depois ele abrandou e tudo. Na escola, ou você é líder ou você sofre as consequências, está entendendo como é que é? Eu estudei em Maringá, estudei em Londrina, estudei em São Paulo, por exemplo, em São Paulo eu estudei na Revolução, em 1960, mas pouco, porque a minha filha nasceu [...]" (PARTICIPANTE 6).

E explica que no período de Ditadura Militar, havia uma pressão, um "alarde" de medo instalado: "O medo assim de ter alguém infiltrado dentro da escola, aquelas coisas que eles falavam, mas é tudo mentira aquilo, viu? Era tudo mentira, não existia nada disso, eu não tinha medo de nada. A professora falava: 'Ah, toma cuidado!'. E eu dizia: 'Eu não tenho medo'. Tinha a matéria de estudos sociais, sociologia, que já era no segundo grau, a gente podia falar, mas tinha que falar muito baixinho e... Tomar cuidado no que falava, aí você vai gostando de política, você vê que as coisas estavam certas e erradas na escola [...]" (PARTICIPANTE 6).

A participante 6 relata que uma inspiração para entrar na política, foi conhecer a história do Álvaro Dias quando ainda estudava no município de Londrina, outra inspiração para ela, foi o seu esposo, devido a sua mobilização com os problemas da sociedade já no município de Ivaiporã. No mais, outra inspiração para o ingresso na disputa eleitoral foi a sua convivência com os estudantes, quando já estava trabalhando em uma Escola: "Eu queria fazer o bem para

a comunidade. O meu sonho era muito grande e é muito grande. Eu desde menina, já tinha esse sonho, sabe? Então, como educadora de uma escola de jovens e adultos de periferia, eu via tantos problemas, eu queria poder ajudar, sentia que eu podia fazer algo[...]” (PARTICIPANTE 6).

Mas também relata que: *“[...] eu sempre fui convidada para participar dos partidos aqui em Ivaiporã. Primeiro, porque quando eles estão fundando um partido precisa muita gente, né? Então, o Partido A⁴⁹ foi nós que fundamos, eu e o meu marido e outras pessoas, muita gente, inclusive que já morreu [...]. Eu estive envolvida em tudo quanto é partido, se você for procurar no fórum, eu fui filiada em quase todas os partidos, não tem um partido que eu fiquei, eu sempre fui me filiando, porque se eu apoiasse o candidato eu me filiava, sabe? Estudava bem, depois filiava, até para formar o partido mesmo? Porque precisava [...]*” (PARTICIPANTE 6).

Explica que, esses convites ocorriam em função do interesse dos candidatos a prefeito, na medida em que: *“Eles chamavam por causa de número, de interesse mesmo, eles sempre pegavam as mulheres que estavam no auge, está entendendo? Eles não iam pegar uma coitada que está lá, que nunca apareceu em lugar nenhum, né? Então como eu tinha muito destaque. Porque eu era diretora e era uma diretora muito relevante, assim, muito atuante. Então, eles me chamaram, mas o interesse deles não era na pessoa, era para ele ganhar eleição”* (PARTICIPANTE 6).

Ademais, percebe-se que a participante 6 não tem como valor central a fidelidade partidária, para ela a questão mais importante para se manter filiada a um partido são as pessoas que o compõe e não os valores que o partido expressa defender.

Foi possível identificar através da coleta de dados dos questionários, que 17 candidatas (de um total de 19 candidatas), declara ser muito importante ou importante a atuação passada dos representantes do partido, enquanto critério de escolha para a filiação. Já o programa/ideologia que o partido representa é apontado por 15 candidatas como algo importante ou muito importante para a seleção e escolha de filiação partidária.

A participante 6 explica o porquê de se posicionar desta forma em relação aos partidos, diz que a filiação: *“[...] nem é tanto a ideologia, sabe? Mas é a influência do próprio partido, sabe por quê? Teu partido tem hora que ele está no auge e tem hora que ele está lá embaixo, depende da pessoa que está lá em cima, como deputado, como o governador. Então, é isso aí,*

⁴⁹ Foi ocultado o nome do partido com o objetivo de preservar o sigilo da identidade da participante 6.

você está entendendo? Porque você não vai entrar no partido morto, o que adianta, né?”
(PARTICIPANTE 6).

Mesmo tendo feito este “cálculo” político ao se filiar ao partido, a participante 6 relata que durante as suas candidaturas não se sentia confiante, principalmente, quando se lançou pela primeira vez, explica que: *“Nunca fui, eu expus o meu projeto, mas eu não era confiante não, sabe por quê? Porque é política, né? Política você tem que confiar desconfiando!”*
(PARTICIPANTE 6).

A participante 7, por sua vez, contextualiza que desenvolveu o interesse por política recentemente: *“Eu comecei a me interessar mais no final de 2019. Eu sou uma pessoa da roça que não teve oportunidade. Então, eu trabalhei dos 7 aos 20 anos na roça, no braçal, eu sempre quis estudar. Então, eu não tive a oportunidade de estudar quando eu tinha 20 anos, eu tive que me casar, ir embora e buscar o estudo. Estudei, depois de casada. Eu batalhei muito porque é difícil você ter que trabalhar e estudar. Eu tive que pagar meu estudo, eu batalhei vários anos estudando, fiz uma graduação, duas pós-graduações, mestrado, fui estudar fora do país e eu sempre pensava em me qualificar e voltar para a minha cidade. Então, eu e meu marido a gente fez esse planejamento de todo o nosso profissionalismo ser aplicado no nosso berço, na nossa cidade. Então, nós moramos fora durante 13 anos [...]. Então, isso abriu muito a cabeça, a gente percebeu que o sistema é interligado, que a gente tinha que fazer alguma coisa porque nós temos que passar pela Terra e deixar uma parte boa. Então, o que eu pensei foi em voltar para a minha cidade, eu montei um negócio aqui e, por conta, dessa minha garra, dessa história de lutas e batalhas. Eu fui convidada a ser candidata a vereadora pela minha qualificação e pela minha história de vida, por isso, é que eu entrei na política”* (PARTICIPANTE 7).

E complementa que: *“Hoje, eu posso falar que eu gosto da política. Hoje, eu gosto porque eu aprendi a lutar por uma política boa. Eu não gosto daquela política corrupta, essa eu odeio mesmo, porque ela existe. E eu gosto de uma política pensando no benefício da população, eu só penso no melhor para o município e da população. Acho que é isso, é a minha luta e a minha entrega. É a entrega do meu tempo, do meu profissionalismo, é sempre pensando em deixar uma cidade, um Estado, um país melhor para os nossos filhos, por isso, eu entrei, porque se os bons não entram, eles dão chance para aquelas pessoas que não são qualificadas entrar. Então, a gente tem que se ajudar, tem que melhorar, [...]. É, o que eu defendo: ética, qualificação, responsabilidade, transparência, profissionalismo e a família”*
(PARTICIPANTE 7).

Nesse sentido, a participante 7 relata que só teve a ideia de participar de uma disputa eleitoral, a partir do convite que recebeu, comenta que: *“Eu tenho uma filha de 4 anos, então, eu quero que ela tenha esperança, porque você não me conheceu. Eu sou uma pessoa que viveu dois milagres. Eu tive um câncer gravíssimo a doze anos, e eu ressurgi das cinzas, eu tive que parar a faculdade, eu tive que fazer esse tratamento do câncer, eu fiquei careca, gorda, feia e doente. E eu consegui ressurgir de tudo aquilo. E eu tive, eu tenho muita força. Eu queria ser mãe, depois de 8 anos, eu fiz um tratamento de reprodução humana e graças a Deus e a esse tratamento eu consegui ser mãe. Então, eu tenho dois grandes milagres. Eu entrei também na política, porque eu sempre falava pra mim mesma: ‘Por que o poder só fica na mão de alguns?’, ‘Por que que eles não ajudam?’, ‘Por que que eles não se esforçam?’. Eu falava isso com meu esposo também: ‘Por que que é tão difícil? ‘Por que só fica naquele grupinho?’. Eu, eu não concordo com a reeleição, então, eu falei tem que ter renovação [...]”* (PARTICIPANTE 7).

Isso, não significa que o amadurecimento da decisão de participar de uma disputa eleitoral tenha sido algo simples, relata a participante 7: *“Em um primeiro momento, quando a pessoa me convidou, foi estranho, eu nunca tinha pensado, imaginado isso. Pensei também, que a minha mãe iria me matar, capaz, eu entrar na política, pensei que a reação dela seria ‘É louca, já fez de tudo, e ainda quer ser candidata a vereadora’, porque eu sou muito batalhadora, muito séria. Enfim, eu comecei (corrige) acho que fiquei desesperada no começo. Afinal, eu tenho um nome um sobrenome a zelar, eu pensei tem muita exposição, mas aí eu fui amadurecendo a ideia. Então, foi no final de 2019, que eu me decidi. Ter aceitado esse convite foi um ato de coragem”* (PARTICIPANTE 7).

Mas afirma com veemência: *“Eu só entrei na política, porque eu entrei nesse grupo político, porque eu me sinto representada, se o convite tivesse sido feito por outro grupo eu não entraria, porque eu não me sinto representada pelos demais. Pra mim, é muito importante saber quem é o candidato a prefeito, não tem como eu defender uma causa que eu não acredito”* (PARTICIPANTE 7).

A participante 7 não participava de sessões de Câmara de Vereadores ou mesmo movimentos de rua, ou outros espaços políticos, explica: *“Não, eu não gostava de política, eu jamais imaginei que estaria do outro lado, jamais, eu imaginei que um dia ... Eu até me emocionei, assim, uma emoção, de achar inacreditável. Ano passado, no dia que eu fui à máquina para votar. E quando eu vi na urna, após eu digitar o número, ver o meu nome, assim foi uma sensação inacreditável. Digitei, o meu nome apareceu, logo depois aquele barulhinho da urna. Eu falei pra mim mesma: ‘É muito doida’”* (PARTICIPANTE 7).

A participante 8 descreve que: “[...] eu convivi com muitas pessoas que gostavam de política, eram colegas de trabalho, amigos da família, que no decorrer da vida foram me provando que a política é importante e faz parte da nossa vida mesmo. Mais adulta, assim lá pelos meus 30 anos mais ou menos, quando eu já estava trabalhando mesmo, convivendo com muitos colegas envolvidos em política e ... Lendo muito, eu sempre gostei de saber o que estava acontecendo no mundo, e eu acho que isso também puxa a política [...]”. Mas explica que: “Eu acho que quando intensificou mesmo, quando ficou mais sólido, foi quando eu fiquei diretora de uma escola, e enquanto diretora eu sabia mais dos problemas das pessoas, vivia diretamente o sofrimento daquelas famílias e ... Aí que intensificou. Foi quando eu fui diretora de escola. Eu acho que precisava melhorar alguma coisa no município para as pessoas” (PARTICIPANTE 8).

A participante 8 de forma semelhante a participante 6 passaram por cargos de diretoria escolar. A participante 8 explica que a sua submissão ao processo eleitoral para o cargo de diretora atrelado a alguns apelos comunitários e de políticos, a fizeram tomar a decisão de pleitear outra forma de participação, com o objetivo de ampliar os recursos de gestão e enfrentamento aos problemas comunitários, veja: “[...] eu fui diretora na década de oitenta, os meus filhos nasceram eu tive que sair da direção para cuidar deles, porque eles eram gêmeos, muito fraquinhas, saí da direção, porque era mais fácil eu dar aula, do que ser diretora, eu sempre achei diretora mais difícil, ocupa cem por cento do tempo, dia e noite. E depois, na década de noventa, aí eu voltei, acho que uns dez anos depois. Eu voltei a ser diretora após ter sido feito uma nova eleição, em que eu fui eleita, e foi por aí (sorri) que eu fui amadurecendo essa ideia de ser candidata [...]. Eu gostava muito de política, mas eu não tinha ideia de ser candidata, aí começou. Começou o pessoal da comunidade na minha cabeça, aí entrei (sorri), mas eu não fui eleita (gargalha). Eu acho que se eu tivesse sido eleita, eu tinha feito história (sorrindo), eu tinha (sorrindo), nossa...” (PARTICIPANTE 8).

Percebe-se por este trecho descrito que a participante 8, gosta do trabalho de gestão, reconhece que é uma atividade que demanda maior disponibilidade de tempo, algo que ela reconhece escasso quando você possui as responsabilidades familiares do cuidado, ao longo de sua explanação é possível compreender que ela tentou conciliar afazeres de gestão do trabalho reprodutivo (doméstico) e do trabalho remunerado, mas que nos momentos em que ela se viu obrigada a escolher qual área ela iria dedicar mais atenção, isto é, dedicar tempo, a alternativa que prevaleceu foi o cuidado com sua família. Afinal, ela entende que a inquietude frente as demandas coletivas é algo que forma a sua personalidade, e que desde cedo a participação fez

parte da sua rotina: *“Aqui em Ivaiporã, os primeiros que ajudaram a fundar o partido, foram alguns dos meus professores quando eu fazia magistério, foi no colégio que eu comecei a pender para esse lado da esquerda. O partido, era bem sem estrutura no começo, era um ou outro que queria participar ...”* (PARTICIPANTE 8), ou seja, ela tinha uma articulação com o partido desde a sua formação escolar, e explica que a sua filiação no partido de esquerda não havia sido a primeira, *“[...] já estava na terceira filiação (gargalha). Mas quando eu entrei no partido de esquerda, daí eu não sei mais”* (PARTICIPANTE 8).

A filiação em partido de esquerda se deu após um amadurecimento de opinião, explica que quando surgiu o convite para participar de um pleito eleitoral, nos anos 2000: *“[...] eu já era filiada no partido”* (PARTICIPANTE 8). E complementa: *“[...] teve um convite, o tempo inteiro vinha gente aqui de Ivaiporã, era na naquela época do Pessutti. Os políticos daquela época viviam lá. O Padre Roque de Ponta Grossa e o Pessutti porque naquela eleição de 2000, o PMDB e o PT se uniram aqui em Ivaiporã. Então, eu não queria ser candidata, eu não queria sabe?! Aí eles apareciam lá em casa o Pessutti, o Padre Roque de Ponta Grossa e ficavam pedindo, pedindo sabe?! E aí, eu acabei entrando, mas eu não queria entrar porque eu estava em um partido que era o bicho, sabe, era o bicho papão”* (PARTICIPANTE 8).

Em relação a sua participação em outras instâncias, como reuniões de câmara de vereadores e movimentos sociais, ela explica: *“Eu gostava de ir aos comícios no tempo das campanhas eleitorais (fala animada), mas, eu não ia muito em reuniões de câmara, muito raro, alguma coisa assim ligada a escola que me levava, mas muito raro, meu envolvimento era ali na comunidade, ali na pastoral da criança, nas pastorais da igreja, ou reivindicar alguma coisa [...]”* (PARTICIPANTE 8).

Inclusive, relata ter se engajado na tentativa de desmembramento do distrito de Jacutinga, conforme segue: *“Eu participei dessa luta para que Jacutinga também passasse a ser município. Não deu certo, porque um certo vereador da época não apoiou, eu fiquei meio sozinha na luta, sabe? Não deu dessa vez politicamente... Ariranha e Arapuã ganharam, a gente seria o terceiro município, eu lutei muito, muito, muito, mas não deu”* (PARTICIPANTE 8).

A seguir, eu convido o/a leitor/leitora compreender, a partir do relato das participantes, como foi a caminhada após o aceite de candidatura, como o processo de campanha impactou na rotina, no sentimento de pertencimento a essa coletividade e partido, assim como o impacto da violência na vida e desejo de seguir candidata.

4.6 - ENTRE O APOIO E HOSTILIDADE: O PROCESSO DE CAMPANHA E OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO LEGISLATIVA

A palavra participação pode ser definida como a ação ou efeito de participar, isto é, de intervir, tomar parte, compartilhar, logo, a participação apesar de ser o fruto de um juízo individual é manifesta no contexto coletivo. Esse tomar parte de uma causa requer o reconhecimento do desejo de pertencimento e da possibilidade de intervir nas decisões que afetarão a coletividade, todavia, como foi contextualizado nessa dissertação a participação das mulheres no espaço público pode produzir sentidos variados, a seguir irei apresentar e discutir elementos que fizeram parte do processo de campanha das candidatas ao cargo de vereadora no município de Ivaiporã.

A participante 1, expressa que: *“A minha família é muito unida, e desde pequenininhos eu ensinei tudo, a cuidar da vida e trabalhar. Portanto, eu saía a família tocava tudo, aquele que estivesse na casa tocava o serviço. Quando eu saía, eu não levava ninguém comigo, porque eles ficavam cada um no seu lugar fazendo o seu trabalho, cuidando das criações e cuidando da roça. Eu não posso me queixar nem um pouquinho, porque desde pequenininhos eles se criaram tudo responsável, tudo trabalhando, desde que podia trabalhar eles já começavam a trabalhar, começava a ser responsável[...]”* (PARTICIPANTE 1).

Percebe-se que na década de 1988, a concepção do ser criança e adolescente era diferente da concepção atual. Devo rememorar que a doutrina da proteção integral foi introduzida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Nesse sentido, a doutrina vigente neste período era a da situação irregular, que reforçava a ideia de que as crianças precisavam ser introduzidas desde cedo no trabalho, logo, a infância era pensada como um período mais curto e com mais responsabilidades.

E complementa, que: *“No período de campanha, os meus filhos já se auto cuidavam, o meu caçula tinha 9 anos, quando ele (marido) morreu. E eles já eram tudo pessoa educada, acostumados a se cuidar e proteger. Eles me apoiavam também. Nós não tínhamos camisetas, mas as minhas noras pegaram as camisetas velhas e escreveram os nomes nas costas das camisetas das crianças, porque nessa época não tinha gráfica para fazer aquelas letras bonitas, então eu tinha uma nora meio esperta que começou a escrever atrás das camisetas das crianças para fazer a campanha. Eles me ajudavam também, eles me deram todo o apoio”* (PARTICIPANTE 1).

Com base no exposto, percebe-se que a realidade vivida pela participante 1 foi de grande ausência de infraestrutura, tanto de serviços públicos como privados, é positivo ver como a família se envolveu no processo de campanha, ao longo da entrevista ela apresenta em vários momentos que a força criativa suavizava de forma lúdica as dificuldades expressas no cotidiano.

Quando questionei sobre a receptividade da comunidade frente à candidatura da participante 1, ela declarou que: “[...] *eu me diverti muito, eu me diverti muito, muito. E tinha as pessoas que me divertiam também, me aplaudiam e tudo, era muito gostoso, era muito gostoso*” e complementa: “*Eu chegava e era bem recebida por todos, e se tinha alguém que não me gostava, eu não enxergava [...]. Eu nunca percebi o preconceito, tem gente que percebe, que até reclama, mas eu nunca percebi. Eu sempre entrei bem em todos os lugares [...]*”, mas explica: “*Sempre tem dificuldade, não dá pra dizer que não tem, só que todas as coisas têm um começo, meio e fim. Tudo passa! Tudo tem um tempo, o tempo de acontecer as coisas e o tempo também de acabar e isso a gente tem que encarar como uma realidade, é real. Se é real isso passa, o que a pessoa não pode é ficar escravizado dessas coisas, não pode se escravizar disso, tem que procurar um jeito de sair [...]*” (PARTICIPANTE 1).

De acordo com o relato, percebe-se que existiam dificuldades, mas a postura da participante 1, era ignorar essas situações. Ela pondera que: “*As coisas que vinham de forma atravessada eu levava na esportiva, é melhor levar na esportiva do que ficar criando ressentimento*” (PARTICIPANTE 1).

Sobre a relação com outros candidatos, ela comenta que os companheiros do partido, estavam “[...] *em uma carreira para o bem comum, todo mundo estava em uma mesma direção, então por que haver entre eles uma divisão? Porque se houver divisão, é porque vai ter divisão lá na frente também, eu acho que não pode, eles estão tudo na mesma direção e não pode, tem que se ajudar, claro que se a brasnha for para o meu assado é bom (gargalhada). [...]* Não tinha rivalidade, era tudo em uma direção só, mas talvez alguém tenha isso aí, mas eu não sentia, eu não olhava essas coisas, eu até acho que eu posso ser um pouco ingênua nesse ponto (risos)” (PARTICIPANTE 1).

Explica que, embora o seu marido tenha sido candidato, ela não teve um apadrinhamento político ou tinha angariado um capital delegado por ele, uma vez que afirma: “*Eu e o meu esposo nos candidatamos em partidos diferentes, a minha escolha foi influenciada pelos políticos, pelas pessoas que conviviam mais com a gente, que atendia mais a gente, e aquilo foi me levando para esse lado [...]*”, outro destaque é o processo de escolha, busca pela participação, que fica mais evidente no trecho que segue: “[...] *eu ganhei na convenção e entrei,*

eles fizeram a convenção e eu ganhei. Eu já era uma cara nova no partido” (PARTICIPANTE 1), isto significa que a sua participação é o resultado de uma convicção e de uma disputa interna entre os membros do partido, que só foi ocorrer a partir do momento em que ela ficou viúva.

Já a participante 2, quando inquerida sobre estar confiante no processo de campanha, ela expressa: *“[...] essa é uma pergunta engraçada. Eu nunca parei para pensar se eu estava confiante ou não. Quando eu aceitei o convite eu estava preparada para tudo, porque eu acho que quando a gente entra em uma campanha, a gente nunca tem certeza do que te espera. Então, eu fui mais assim na cara e na coragem, acho que confiante, (fez sinal de negativo com a cabeça) confiante eu acredito que não muito. Fui mais mesmo aceitando o desafio e encarando e vendo o que ia acontecer”* (PARTICIPANTE 2).

Diferentemente, da participante 1, a participante 2 concorreu já nos anos 2000, relata que os partidos tinham uma estrutura mais organizada, como pode ser visualizado no seguinte trecho: *“Era bem organizado, a partir do momento em que você aceitava ser candidato, na época a gente não tinha o WhatsApp ainda (risos), já tinha um secretário do partido que ficava responsável pela agenda, todo mundo tinha agenda, tinha reunião sempre, eles eram assim, muito transparentes em relação a tudo, [...] eu não tenho do que reclamar em relação ao meu partido [...]”* (PARTICIPANTE 2).

E embora, a participante 2 avalie o seu partido como organizado, surgiam compromissos de forma não programada, ela explica: *“os compromissos são dia e noite, os horários bem loucos, muito de última hora também, porque por exemplo, vai vir o deputado, aí foge um pouco dessa organização do partido, ‘ah vai vir o deputado Fulano de Tal, hoje’, então a gente fazia a agenda toda e se organizava, bem complicado. Ainda mais para a gente que é mulher, né? Que tem que fazer tudo e ainda participar dos convites políticos. Eu morava junto com a minha mãe, eu e a minha mãe aqui mesmo em Ivaiporã. Eu e a minha mãe dividíamos os afazeres domésticos, e a gente conseguia conciliar”* (PARTICIPANTE 2).

Novamente, verifica-se a centralidade do trabalho doméstico como um obstáculo no processo de participação, todavia, percebe-se que existe uma maior maneabilidade, pois a participante 2, explica que não tinha filhos, no caso ela tinha o suporte de sua genitora.

O que não significa ausência de trabalho, pois ela também relata que era vice-diretora de uma escola particular e exercia atividades vinculadas à advocacia, não sendo possível a requisição de uma licença remunerada para dedicação em tempo integral à política. É necessário pontuar que essa candidata relata o suporte familiar no processo de campanha, como pode ser visualizado: *“Sim, em todos os momentos da campanha, a gente estava junto, a família toda*

junto, e o tempo todo na verdade, eles são os meus maiores incentivadores de tudo em relação a minha campanha” (PARTICIPANTE 2), apoio este que recebeu de sua família e da família de seu namorado, que tinha uma forte vinculação ao partido.

Pode-se analisar que a participante 2, possui um lugar de fala privilegiado no campo político e, entende-se que esse não é um quadro geral entre as mulheres que se candidataram, conforme pondera: *“[...] era bem tranquilo, à época, todo mundo que participava, [...] a família acompanhava, eu acho que era isso também, a pessoa vai bem calçada não vai assim perdida sem saber onde está caindo, eu acho que foi assim algo mais tranquilo em relação as mulheres”* (PARTICIPANTE 2), infelizmente, o panorama descrito pela participante 2, sobre as candidatas apresentarem um grau razoável de conhecimento a respeito de sua candidatura e a sua implicação no campo político não é uma realidade unanime entre as candidaturas femininas no município de Ivaiporã, conforme pode ser visualizado em diversos trechos da entrevista da participante 5.

Destaca-se que a participante 2 relata que a família do seu namorado tinha uma forte vinculação ao partido. No mais, ela declara que tinha participação informal na estrutura do diretório do partido, conforme consta: *“[...] eu sempre fui envolvida, então como eu sou advogada, eu sempre cuidei dessa questão de lançar o registro de candidatura, [...] então eu não enfrentei, pelo fato de eu conhecer todos e de ter ajudado, todos eles até indiretamente, ajudando em questões eleitorais, como na exemplificação de condutas vedadas. Então, eu não percebi nada e nem sofri nenhum tipo de olhar torto [...]”* (PARTICIPANTE 2).

O histórico de militância dentro do partido, pode ser compreendido, inclusive, como uma forma de aquisição de capital de tipo delegado. Uma vez que, ela prestava serviços e consultoria de forma gratuita ao partido, no mais, a profissão de advogada também contribui para a imposição de uma autoridade, além da aquisição de um outro tipo de capital, a saber, o notório.

Quando questionada sobre a receptividade de sua candidatura na comunidade, especialmente em relação a identificação de algum estranhamento sobre a sua participação na política, a participante 2 relata: *“Como em qualquer meio, a gente que é mulher, a gente sabe [...]. Então é normal, eu encaro como é no nosso dia a dia e em qualquer lugar, qualquer posição que a mulher tenha de autoridade, até porque ainda é um terreno muito masculino, a política está melhorando, tem melhorado, mas ainda é um território de homens, se você for ver a grande maioria, a proporção de homens e mulheres é surreal, acontecia sim [...]”* (PARTICIPANTE 2). E explica que, em relação ao preconceito de gênero e idade, *“[...] eu*

acho muito legal é que as mulheres se sentiam representadas, então assim, as mulheres recebiam a gente muito bem [...]” (PARTICIPANTE 2), porém explicita que em alguns momentos “[...] eu percebia o preconceito maior em ser mulher e não em relação a idade não, era o gênero feminino mesmo [...]” (PARTICIPANTE 2).

A participante 3, acrescenta uma análise significativa sobre o acolhimento que recebeu após ter perdido a primeira eleição que concorreu, e identifica que esse incentivo foi muito importante para a sua decisão de concorrer novamente, conforme pode ser visualizado a seguir: *“Eu acho que foi assim ‘ah como eu cheguei tão perto, como faltou pouco para mim entrar’ e o incentivo das pessoas, eles diziam: ‘Participante 3, faltou pouco, na próxima você consegue, trabalha mais um pouquinho que você consegue’. Eu acho que foi um incentivo das pessoas, da população, dos meus amigos que me conhecem, que conhecem o meu trabalho, foram eles que me incentivaram a tentar mais uma vez” (PARTICIPANTE 3).*

Nesse sentido, a participante 3 expressa que não se sentiu diminuída nas relações estabelecidas no grupo político, mesmo em situações de divergência ideológica (convicções e padrões de direita/esquerda) relata ter construído com os colegas de partido uma relação saudável: *“[...] eu sempre me dei muito bem com todos, tanto as mulheres candidatas como os homens [...]. Eles tinham uma linha de pensamento diferente, mas sempre com muito respeito e sempre muito democrático, com alguma coisinha ali, mas sempre tudo de boa” (PARTICIPANTE 3).* E nas relações estabelecidas com os colegas de trabalho na Câmara de Vereadores, ela afirma que se sente respeitada, e que os seus projetos são acolhidos pelos demais, explica: *“[...] Todos votaram a favor dos projetos” (PARTICIPANTE 3).*

Apesar da participante 3 ter dado a declaração supracitada, ela deixa entrever em alguns momentos da entrevista algumas divergências que sugerem uma sobreposição/pressão exercida pelo poder executivo sobre o legislativo, especialmente no que tange a aprovação de projetos que, caso demorem a tramitar ou que não sejam aceitos, implicam em sanções informais exercidas pelo poder executivo através do desacolhimento de algumas indicações propostas pelo poder legislativo, independentemente da relevância da indicação, isto é, as indicações do legislativo não entram na agenda política do poder executivo.

Quando questionei sobre a sua atuação na Câmara de Vereadores, mais precisamente, sobre a localização sobre os seus temas de interesse, ela relatou que participa de algumas comissões, que embora tenha sido direcionada como ela diz: *“[...] infelizmente, foi carta marcada, quando eu fiquei sabendo ‘aquela pessoa era presidente da CCF⁵⁰, aquela era das*

⁵⁰ Comissão de Constituição e Justiça.

finanças, aquela era desse aqui, aquela desse aqui... Aquela era desse aqui...’ estava tudo decidido, inclusive a eleição para presidente da mesa diretiva [...]. Eu tive tanta sorte de cair nas comissões que eu gosto, que é a área da Assistência, da Saúde e da Educação. Eu gosto das comissões que eu participo [...]” (PARTICIPANTE 3).

Em relação às relações comunitárias, a participante 3 relata: “*[...] fui muito bem recebida aonde eu passava, sempre fui muito bem recebida*” (PARTICIPANTE 3). E complementa que: “*[...] eu fiz um rol de amizades maior, são pessoas que me acompanharam na minha primeira eleição, eu fiz um grupo e esse grupo continuou comigo esses 4 anos que eu fiquei fora. Quando eu fui candidata novamente, todas essas pessoas me apoiaram, me apoiaram novamente, fiz um círculo de amizade muito grande, sabe? O dia que saiu o resultado, estava todo mundo na minha casa, foi aonde eu fui grata, ainda falei: ‘nossa todos os que estavam aqui no dia que eu perdi estavam lá no dia que eu ganhei’. Há 4 anos, comemoramos a derrota (risos), depois comemoramos a vitória juntos*” (PARTICIPANTE 3).

Essa participante expressa, com palavras simples, um conhecimento sobre as regras dos sistema eleitoral, uma expertise que parece ter sido construída a partir das vivências dentro do campo, ao destacar que: “*[...] eu sempre falo eu sou muito grata ao grupo porque eu não me elegi sozinha, eu me elegi com os votos de todos os participantes, todos os candidatos, ninguém hoje em Ivaiporã, hoje nunca nenhum vereador se elegeu sozinho, que eu tenha conhecimento, porque nós precisamos de dois mil votos para você se eleger sozinho. E quem vai conseguir fazer dois mil votos? É muito difícil, então política é grupo[...]. Então, não tem nem o porquê de eu falar alguma coisa do partido eu só tenho respeito e sempre deixei claro que é um partido que não comunga com as minhas ideias, mas que eu tenho respeito, e tenho gratidão ao grupo sempre*” (PARTICIPANTE 3).

Na sequência, expressa gratidão pelo apoio recebido no âmbito familiar, conforme segue: “*[...] meu marido é meu maior incentivador. Por ele, eu há muito tempo que estava envolvida na política porque ele sabia que eu gostava. Ele também gosta de política*” (PARTICIPANTE 3). Relata o incentivo de outros familiares, dentre eles: tios e primos que também construíram carreira política, diziam: “*[...] quem não luta, não vence. Então, corre atrás, se é uma coisa que você gosta, você quer, corre atrás [...]*” (PARTICIPANTE 3).

A participante 3 explica que as suas dificuldades no período de campanha foram de ordem material, vinculadas a aquisição e manutenção do seu padrão de necessidades básicas: “*[...] eu tive dificuldade porque eu era comerciante. Tinha um comércio, estava difícil pra conciliar, eu tinha que cuidar da minha mercearia, eu tinha que cuidar da campanha, então eu*

senti bastante dificuldade [...]. E aí, eu senti a mesma dificuldade agora, sendo vereadora, inclusive, até vendi meu comércio, faz 15 ou 20 dias que eu vendi o meu comércio. Não só por causa de ser vereadora, mas até porque eu já queria ter vendido mesmo, depois eu estava bem cansada, mas ainda tem outro comércio, tem uma lanchonete, que a gente abre a noite. Agora eu estou com mais tempo para me dedicar e estudar. Não adianta você falar que é vereador, eu por exemplo, estou no meu primeiro mandato, eu tenho que ter conhecimento das leis, eu tenho que conhecer o meio, ter conhecimento do regimento, tudo isso aí, então, tem que dedicar tempo e, é o que eu estou fazendo agora, me dedicando mais” (PARTICIPANTE 3).

A participante 4 relatou que não encontrou dificuldades em conciliar as responsabilidades vinculadas a esfera privada e pública, conforme explica: *“Não, porque eu me afastei da vida privada para poder me dedicar à campanha. Bem, eu era sócia da concessionária, do meu ex-marido, então eu passei as cotas para os meus filhos e me afastei totalmente, para poder me dedicar a legislatura agora em tempo integral” (PARTICIPANTE 4)*, ou seja, durante a entrevista a candidata não apresenta em seu discurso menção ao trabalho reprodutivo, a vida privada é associada ao trabalho remunerado, uma característica diferente em comparação ao discurso apresentado pelas demais candidatas, que precisavam conciliar as atividades do trabalho remunerado e reprodutivo.

A condição de proprietária permite que a participante 4 disponha de mais tempo livre, assim como detenha experiências que ampliam o seu grau de capital cultural. Logo, o prestígio social acumulado no ramo profissional pode ser associado à representação do indivíduo no campo político. O autor Bourdieu (1989), ao tratar sobre o capital político, explica que em ambientes onde existe a necessidade de que o indivíduo atue de forma eloquente favorecem a acumulação do capital político de tipo notável, a acumulação deste tipo de capital é lenta, é necessário um período contínuo de dedicação, por vezes, leva-se uma vida inteira para a acumulação deste tipo de capital, no caso da participante 4, ela está a mais de 20 anos atuando na administração de sua concessionária.

Na sequência, a participante 4 relata que recebeu apoio familiar quando decidiu se candidatar, e destacou que esses familiares acreditavam em seu potencial, pois conheciam o trabalho que ela tinha desenvolvido enquanto Secretária Municipal de Assistência Social no município de Ivaiporã, segundo essa participante: *“Todo mundo sabia do trabalho que eu vinha fazendo, todo mundo acreditava muito no meu ideal, nas minhas propostas” (PARTICIPANTE 4).*

A observação feita pela participante 4 é sinalizada na literatura como uma forma de acumulação de um capital delegado que pode vir a ser creditado em função do exercício de funções em cargos em comissão ou função gratificada nos diferentes níveis federativos. Esses cargos viabilizam para o indivíduo estar mais próximo da rede de apoio partidária, além de viabilizar o contato com a elite política que potencialmente poderia favorecê-la em uma disputa eleitoral (MIGUEL, 2003).

A análise sobre a possibilidade de consolidação do apoio da rede partidária descrito no parágrafo anterior, coaduna com a informação apresentada pela participante 4, conforme segue: *“[...] o deputado federal que eu apoio é meu amigo, já há muito tempo, e foi ele que me deu todo apoio. Então, hoje eu faço parte também do diretório estadual e agora fui convidada para ser coordenadora da região sul do Brasil pelo partido. Eu falei para o presidente do partido ‘eu não tenho conhecimento político para assumir um cargo tão importante’, mas ele me disse que não quer alguém que entenda de política, ele quer alguém que tenha ideias inovadoras. Então, como eu fiz parte da comissão provisória do partido do Paraná e durante todo esse período, de quase um ano de reuniões, as minhas sugestões foram acatadas. Eles acharam que eu era merecedora de estar junto com eles”* (PARTICIPANTE 4).

O trânsito entre os “políticos profissionais” e a influência que a participante 4 relata possuir em relação a elite política do partido é um ponto fora da curva, especialmente se comparada com as demais entrevistas realizadas com as candidatas ao cargo de vereadora no município de Ivaiporã.

Esse reconhecimento por parte da elite política a coloca em um papel de destaque na cena local, o que torna a participante 4 uma importante articuladora do partido, conforme protesta: *“O partido geralmente apoia os seus candidatos, mas muitos candidatos acabam se elegendendo por um partido e logo em seguida, eles já pedem para se desvincular daquele partido, e vão para outro. Buscam outros deputados que não são do partido pelo qual se elegeram, para apoiá-los. Eu tenho fidelidade e comprometimento com o meu partido, talvez isso seja uma coisa minha, não sei como é feito em outros municípios, talvez essa seja uma questão minha, pessoal. Aqui, em Ivaiporã, eu cobro dos vereadores eleitos pelo partido que mantenham essa fidelidade e o comprometimento com o partido que ajudou a elegê-los”* (PARTICIPANTE 4).

Percebe-se nesse trecho que a participante 4 exerce um processo de mobilização de outras pessoas em prol do partido, o que também justifica o apoio político investido em sua pessoa na disputa eleitoral, como uma forma de retorno em relação ao tempo e dedicação

dispensados ao partido, o que a literatura denomina como uma forma de capital político, de tipo delegado (BOURDIEU, 1989).

É necessário frisar que essa é a primeira experiência de disputa eleitoral da participante 4, sendo assim, é esperado que ela se declare satisfeita com o desempenho do partido em relação a sua pessoa, o que é confirmado quando ela declara o seu excelente relacionamento com o diretório e demais candidatos, independentemente, do gênero do membro do partido.

E embora, a participante 4 possua alto grau de capital político ela atribui o seu êxito eleitoral a sua expertise enquanto gestora, isso porque ela apresentou durante a campanha: *“[...]alguns projetos que eu tinha em mente, que são fruto do meu trabalho na área social, que é a área que eu já tinha mais experiência e também na área administrativa, porque eu fui empresária por mais de vinte anos. Acho que foi isso, o meu diferencial, mostrar para a população porque eu estava me candidatando”* (PARTICIPANTE 4).

Sobre o seu processo de campanha política declara: *“Eu trabalhei das sete e meia da manhã até dez/onze horas da noite, sempre conversando, buscando, conversando, indo nos bairros, buscando o meu voto. Eu apresentava as minhas propostas e falava sobre a minha vontade de fazer e ajudar o executivo a transformar nossa cidade”* (PARTICIPANTE 4).

E embora, a participante 4 declare que uma das suas motivações para a sua inserção na disputa eleitoral tenha sido a luta contra a prática do clientelismo que favorece o processo de desorganização dos serviços públicos, assim como outras participantes, ela declara ter se decepcionado com o quadro político municipal, e explica que: *“Eu não sabia que estava em um campo minado, hoje eu entendo mais, hoje eu conheço mais como a política funciona, naquela época não conhecia. Ainda existe muita compra de voto. O cidadão vende seu voto por cinquenta reais, cem reais, duzentos reais e o político está comprando para poder se eleger, só que depois eles são esquecidos. Então, eu trabalhei muito em cima disso, fazendo essa conscientização, que o cidadão tem o direito de escolher para quem ele estava votando, porque essa pessoa iria representar a população por quatro anos”* (PARTICIPANTE 4).

Essa participante considera que existem algumas qualidades que são fundamentais para a classe política, conforme destaca a seguir: *“A maneira como as pessoas se apresentam é muito importante, porque eu tenho visto muitos políticos e políticas. As pessoas acabam não se colocando no lugar importante que elas estão ocupando, um lugar de importância mesmo, começando pela vestimenta, eu acho que quando você entra em qualquer cargo que seja, para fazer qualquer coisa que seja, por exemplo ‘hoje, você é uma estudante, você estuda, você tem que estudar, você não pode ficar brincando de estudar, não é verdade?’ Então, você não vai*

procurar o seu coordenador do seu curso de shorts ou de biquíni, não é verdade? Então, você vai se vestir adequadamente porque você vai tratar com o seu superior e isso é tudo. Eu acho que isso é uma questão de educação, de conhecimento das pessoas. Algumas pessoas acabam perdendo a credibilidade, por conta desses pequenos detalhes, são pequenos detalhes. Eu me senti muito constrangida no gabinete de um deputado, quando eu cheguei e chegou à prefeita de um outro município. Nós entramos, nós nos sentamos numa mesa, e a secretária me chamou de 'prefeita' e eu não era a prefeita, eu era secretária da Assistência Social, na época, eu falei: 'não...eu sou a secretária da Assistência Social...', a secretária disse: 'Desculpe, eu pensei que você fosse a prefeita...'. Porque a prefeita estava extremamente malvestida, em uma simplicidade, ela era uma pessoa simples, simples, simples, então, são pessoas assim que de repente estão em um trabalho dentro de uma igreja, sei lá, mas ela não tem um tino político, ela não tem o tino, sabe? De administrar. Não tem o tino, ela vai sair daquele mundinho que ela foi criada para viver a vida inteira e vai caindo em um mundo totalmente desconhecido, as pessoas que já estão muito, muito, muito à frente, então, elas não têm a credibilidade" (PARTICIPANTE 4).

O autor Goffman (1975) em seu livro a “A representação do eu na vida cotidiana” explica como esse marcador expresso pela participante 4, pode se transformar em uma ferramenta simbólica, sendo assim, elementos como “fachada pessoal” e “cenário” interferem no processo de interação, ou nas palavras da participante 4 na credibilidade, isto é, na legitimidade social necessária para o desempenho de determinado papel social por determinados atores.

A fachada pessoal seria o equivalente ao próprio ator, e que contempla diversos aspectos tais como: idade, raça, etnia, expressões faciais, conjunto gestual, vestuário, altura, peso, entre outras características, que se relacionam com subcategorias tradicionais, como: “aparência” e “maneira”. A fachada pessoal permite que os atores possam fazer alguns julgamentos que antecipam algumas fases do processo de interação (GOFFMAN, 1975).

Todavia, esses estereótipos de aparência e maneira não podem ser visualizados como algo impossível de ser modificado, afinal, como foi pontuado no início desta dissertação, ao longo de anos diversos estereótipos acabaram sendo utilizados como justificativa para o afastamento das mulheres da vida pública. A própria participante 4, relata em outro momento da entrevista o impacto desses rótulos no seu trabalho legislativo, conforme segue: “*eu tive que me posicionar mesmo, eu sentia assim 'ela é sensível, ela é frágil, ela é bonitinha', mas aí eu fui mostrando, fui mostrando o que eu vim fazer*” (PARTICIPANTE 4).

Ainda sobre a rotina na Câmara de Vereadores a participante 4 declara ter um ritmo de trabalho intenso *“Eu venho todos os dias, eu cumpro o horário aqui como uma funcionária, porque eu sou paga com o dinheiro do povo, então, eu faço o meu horário, eu venho de manhã e despacho o que eu tiver que despachar, e depois eu vou fazer visita nas obras, eu acompanho todas as obras do município, eu faço vídeos, eu vou postando na rede social, para que a população esteja informada de tudo que está acontecendo em todos os lugares, eu ando o dia inteiro, a minha agenda se você ver é completíssima, [...] eu não posso ficar vindo na Câmara de vereadores apenas no dia da reunião, eu tenho que saber tudo o que está acontecendo no município [...]”* (PARTICIPANTE 4).

Essa relação expressa pela participante 4 com as redes sociais, é um dado interessante, que favorece a problematização de um dado obtido na aplicação dos 19 questionários, onde 15 mulheres afirmaram utilizar todos os dias as redes sociais, todavia, no processo de entrevista essa foi a primeira vez que as redes sociais são mencionadas enquanto uma ferramenta de trabalho político, o que sugere que talvez seja necessário aproveitar o melhor o potencial que as redes sociais possuem para a apresentação do dia a dia do político em âmbito municipal, obtendo maior alcance dos eleitores.

A participante 4 complementa sobre o seu trabalho legislativo: *“Sempre exponho meus projetos, sempre exponho as minhas opiniões, graças a Deus nunca tive rejeição, [...] teve um ou dois casos ali de adversários políticos que falaram que: ‘que é essa mulher não sabe o que ela está fazendo’ ou ‘ela está falando coisa...’, mas na outra seção, eu vou com a lei, com o regimento interno, eu falo: ‘eu sei sim, o que eu estou falando, diz aqui na lei, no artigo tal, tal, tal’, mas graças a Deus, a mídia protege muito hoje o nosso direito de expressão, e lógico, quando você fala com fundamento, nós estamos protegidos”* (PARTICIPANTE 4).

Em relação a função que exerce enquanto presidente da Câmara de Vereadores, a participante 4 declara que: *“Pra mim tanto faz eu estar com o presidente ou não, o meu trabalho vai ser o mesmo, eu vou trabalhar da mesma forma, porque, eu me dedico em tempo integral para a Câmara de vereadores, porque nós não podemos brincar com o dinheiro público. Então, a partir do momento que você assume um cargo público você tem que fazer valer”,* e complementa: *“Eu não concordo e falo em plenário e em todos os lugares. Eu não concordo que o vereador receba um salário, que é merecido e que não é baixo, para vir só nas reuniões da Câmara de vereadores que é apenas uma hora, uma hora e meia, duas horas por semana, e aí no restante do tempo ele fique cuidando do seu comércio, ou cuidando da sua empresa e*

outras coisas, se for para ser vereador dessa forma, então ele não precisa receber salário[...]” (PARTICIPANTE 4).

A participante 5 relata sobre a sua experiência de participação *“Eu fiquei pensando nossa tem a minha faculdade tem as reuniões à noite como que eu vou fazer, eu fui conciliando conversei com alguns professores da faculdade expliquei como que estava sendo, eu me surpreendi porque a maioria dos meus professores da faculdade me apoiaram: ‘Vai em frente’; ‘Segue’; ‘Isso aí, a gente torce por você’.* Eu fiquei muito contente com os amigos que também me apoiaram. *E eu fui em frente, mas, eu fiquei naquela de conciliar a minha vida, política e faculdade, mas eu consegui conciliar tudo graças a Deus, deu tudo certo”* (PARTICIPANTE 5).

A declaração da participante 5, sobre ter conseguido conciliar as atividades, não significa que a candidatura tenha sido um período fácil ou ausente de desafios, ela relata no trecho a seguir como sentiu a sobrecarga de trabalho, devido ao acúmulo de responsabilidades da vida pública e privada, especialmente, porque era chamada a participar de reuniões inesperadas, e que isso trazia alguns prejuízos para a sua participação e rotina: *“Durante o dia, geralmente, tinha uma reunião, às vezes, eles ligavam do nada e diziam: ‘Tem reunião com os políticos, tal horário, em tal lugar’.* Então tinha que ir independente da hora, eu tenho a minha motinha, eu pegava minha motinha e ia, teve até uma vez que eu estava lavando o banheiro, estava lavando com água sanitária⁵¹, me ligaram e falaram, isso era 12h00, eles falaram que as 13h00 eu teria uma reunião, porque tinha dado uns probleminhas e aí precisavam de todos os candidatos, eu falei: *‘Nossa, mas não dá pra mim ir’.* E eles disseram: *‘Olha, é 13h00 a reunião, vê se você consegue vir’.* Aí eu fui, cheguei lá com a minha mão toda cheirando água sanitária. O pessoal nossa que cheiro de água sanitária, eu falei: *“Olha, sou eu, eu estava fazendo serviço”.* Então, eu conciliava minha casa, política e faculdade foi bem puxado. Eu até brincava que eu precisava de uma agenda porque estava bem corrida minha vida” (PARTICIPANTE 5).

Ao relacionarmos o trecho citado acima, com o trecho citado na entrevista da participante 4 sobre a credibilidade da fachada pessoal, podemos verificar que a dupla (por vezes tripla) jornada de trabalho das mulheres, que precisam conciliar atividades na esfera pública e privada pode gerar alguns constrangimentos no processo de participação, o que poderia ser mitigado caso as mulheres pudessem exercer maior controle sobre o seu tempo, ou seja, caso elas pudessem diminuir a carga de trabalho doméstico.

⁵¹ A participante 5 utilizou uma metonímia, que eu substituí pelo nome do produto.

Outra questão importante, presente no relato da participante 5, versa sobre o trabalho necessário para conseguir conciliar a sua relação amorosa com o período de candidatura, ela contextualiza: “em 2015 eu comecei a namorar, em 2016 eu saí candidata e meu namorado, hoje, meu marido ele falava bem assim: ‘Nossa! Você quase não me dá atenção por causa da faculdade, agora tem a política, o que vai sobrar pra mim?’”. A gente se via aos finais de semana, e eu o arrastava comigo, então eu consegui conciliar tudo [...]” (PARTICIPANTE 5).

A participante 5 descreve a sua rotina de campanha da seguinte forma: “De manhã eu cuidava da minha casa, já aproveitava e fazia o que tinha de trabalho da faculdade, o restante do dia era só política. Eu até consegui uma menina para trabalhar comigo. Aí o que eu fiz, conversei com ela para todos os dias, meio período das 13h00 às 17:00: ‘A gente vai sair entregando os santinhos’. Porque de manhã ela estudava, então não tinha como, então de manhã quando dava eu ia sozinha, eu sabia que a tarde todos os dias ela poderia ir comigo. No período da tarde era bem corrido. Era só política na minha cabeça. E quando eu tinha prova, eu pedia para ela ir sozinha, porque eu tinha que estudar para as minhas provas da faculdade. Teve até alguns professores que foram contra nesse ponto e diziam: ‘Você vai ficar envolvida na política e a sua faculdade? O importante é a sua faculdade, pensa bem!’”, mas eu consegui conciliar a faculdade com a política” (PARTICIPANTE 5).

A participante 5 relata ter recebido críticas em algumas reuniões quando não pôde comparecer em razão das provas da faculdade: “Alguns criticaram, diziam que por eu ser a mais nova, não estava indo na reunião ‘Que responsabilidade era essa?’. O locutor e alguns candidatos justificaram, porque minha mãe chegou e já tinha comunicado. E como algumas pessoas gritavam, falavam. Foi quando o locutor falou que eu estava em prova, que eu não tinha ido por conta da prova. Para eles eu tinha que ter deixado a minha vida pessoal, para eu ter uma outra vida, digamos profissional” (PARTICIPANTE 5).

A participante 5 explica que no começo essas cobranças corroboravam para ampliar a sua insegurança enquanto candidata, isto é, a forma como alguns membros do partido a tratavam a deixou desmotivada em relação a sua campanha, porém felizmente, ela também recebeu apoio de parte dos candidatos, conforme poderá ser visualizado nos trechos que seguem: “No começo eu fiquei insegura, porque eu recebi muitas críticas, uma porque eu era menina, outra porque eu era jovem. Teve uma vez, que a gente fez uma reunião no meu partido e eu fui conversar com alguns candidatos que já foram vereadores e alguns deles me disseram uma coisa que eu não gostei, ele falou que para eu ganhar eu teria que participar de todas as igrejas, participar de todas as religiões, porque assim que começa a política, independente da religião que você

tem, você tem que ir. Se tem uma festinha em algum lugar, você ficou sabendo, você tem que ir. Eu era contra, porque eu falava: 'Eu não vou numa igreja, nunca fui em uma igreja evangélica, não é agora que eu vou atrás'. Então, eu sempre procurei ser eu mesma por mais que eu recebia críticas por ser a mais nova, todo mundo falava que eu era menina, nem falavam que eu era jovem, era menina. Essa era a principal crítica que eu recebia” (PARTICIPANTE 5).

E complementa: *“Alguns candidatos diziam ‘A gente vai te apoiar’. Em algumas reuniões nos bairros alguns candidatos diziam: ‘Olha se não for votar em mim, vota nela, ela é uma menina nova e precisa disso, juventude na política’” (PARTICIPANTE 5).*

Essa participante também relata que havia uma divisão interna entre os candidatos: *“Cada um tinha suas panelinhas, eu ficava neutra. O diálogo também era diferente de um e de outro, os sinais que eles faziam nas conversas. No início, eu não entendia, porque um grupo era de um jeito e porque um grupinho era de outro jeito” (PARTICIPANTE 5).*

Questionei se ela havia descoberto o significado dos sinais supramencionados. Ela explicou que sim: *“Uma pessoa chegou em mim e perguntou se eu sabia qual era o significado disso aí (gesto de abrir e fechar as mãos), na inocência eu falei: ‘Eu sei que geralmente quando está tendo blitz alguém avisa, porque está tendo blitz, e pode gerar multa se tiver alguma coisa irregular’. Ai eles disseram que: ‘Não, isso aqui (fez o sinal) na política, tem outro significado, quer dizer que fulano vai votar’. Eu falei: ‘Como assim fulano vai votar. Qual significado?’. E explicaram: ‘É que alguém está comprando voto’, às vezes, eles citavam até nome das pessoas: ‘Olha, a Maria vai votar em mim, vai votar em mim” e fazia o sinal, ou seja, ele ia comprar o voto de Maria. A partir disso, eu fui entendendo um pouco desses sinais” (PARTICIPANTE 5).*

O autor Goffman (1975) versa em sua obra sobre a possibilidade de segregação do auditório a respeito de informações que devem ser repassadas a pessoas específicas, o que potencialmente pode diminuir a probabilidade de criar problemas no ciclo de crença de determinado indivíduo ou grupo de pessoas, a utilização de códigos ou símbolos pode ser visualizado como um instrumento que corrobora para atingir o objetivo de evitar problemas no processo de interação, no caso, o ocultamento de informações parece cumprir com a finalidade de diminuir a circulação de dados sobre o emprego de práticas ilegais na disputa eleitoral.

Infelizmente, a participante 5 relata ter vivenciado episódios graves de hostilidade contra a sua pessoa, ações que inclusive ameaçaram a sua integridade física, o que na atualidade é caracterizado como violência política de gênero, a partir do marco legal da Lei nº

14.192/2021. Conforme segue: “[...] algumas pessoas já tinham me falado ‘Olha, não confia em tal fulano, que tal fulano é isso, não confia em tal beltrano por causa disso’. No ano que eu me candidatei, eu não sabia que um primo meu estava se candidatando pela segunda vez, mas a gente só ficou sabendo na hora da reunião. Ele também me falava: ‘Olha, não confia em tal pessoa, não confia em tal pessoa, cuidado com o assunto, cuidado com quem você anda porque às vezes as pessoas não querem te ajudar, não é todo mundo que quer te ajudar!’” (PARTICIPANTE 5).

E explica o episódio de violência sofrido: “[...] no dia da eleição, eu falei para o meu pai que eu voltava a pé, como todo ano eu volto a pé, eu falei: ‘Eu vou a pé e volto, porque eu moro aqui na Vila’. Meu pai falou: ‘Não, eu vou te levar de carro que é melhor, porque se não vão falar que você tá fazendo compra de voto e tal’. Então eu respondi: ‘Tá’. Ai eu fui e tinha um outro candidato que era de um outro partido que todo mundo já tinha me falado que era para eu tomar cuidado com ele, porque ele não tinha gostado da minha participação, as pessoas me falavam que ele me chamava de: ‘Menina, menina, quero ver se tem capacidade, que não sabia o que eu estava fazendo ali’. Então, no dia que eu fui votar, essa pessoa que era contra, jogou o carro dele de frente com o carro que eu estava, ele viu o nosso carro e jogou de frente. A sorte que o meu pai jogou para o lado e eu fiquei sabendo que ele fez aquilo de propósito, porque ele queria acertar no carro, só que eu tive bem menos voto que ele. Quando ele quase bateu o carro, eu falei para o meu pai: ‘Pai, eu queria desistir’. Meu pai falou ‘Não! Você não vai desistir!’. E não era a primeira vez que ele tinha feito aquilo, ele já tinha feito 2 vezes isso comigo. Um dia, eu estava dirigindo, ele quis jogar o carro em cima de mim, na hora eu não percebi, a moça que estava do meu lado falou: ‘Você viu quem era?’. Eu falei: ‘Não!’. Ela disse: ‘É o fulano’. Eu falei: ‘Não acredito!’. Essa mesma pessoa tentou jogar o carro em cima de mim uma outra vez, foi uma coisa, em um ponto bem perigoso. Eu achei que foi perigoso, não sei qual era o motivo dele para ele querer fazer isso. Era a primeira vez que eu estava participando, eu não tinha ideia, não sei se é porque todas as reuniões que a gente tinha nos bairros alguns candidatos falavam de mim, não sei se era porque eu tinha o apoio” (PARTICIPANTE 5).

A situação descrita pela participante 5 é extremamente grave, porém infelizmente não é um fato isolado, pode ser visualizado nas manchetes de jornal⁵², assim como, pode ser

⁵² Veja reportagem: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/07/13/violencia-politica-segue-como-ferida-aberta-no-brasil-recebi-foto-da-minha-irma-com-a-cabeca-ensanguentada-relembra-anielle-franco.ghtml>

verificada em um estudo sobre a trajetória política de mulheres na cena local de um município de pouco mais de 32 mil habitantes.

É inaceitável que a política, em pleno século XXI, permaneça sendo um ambiente marcado pela hostilidade e ódio ao diferente, a violência na política carece de medidas mais duras para o seu real combate, porque rompe acordos civis, fere os direitos humanos, ultrapassa os limites do que é aceitável em uma disputa política em uma sociedade democrática.

A violência política expressa uma mensagem urgente sobre a necessidade da troca daqueles que se habilitam enquanto possíveis mensageiros, isto é, se um candidato banaliza a vida, ele fere o principal papel do Estado na Modernidade, ele não será capaz de cumprir a função de gerenciar as condições de bem-estar do outro.

A participante 5, expõe: *“No dia da eleição, eu tive vontade de desistir. De ligar e falar: ‘Não quero’. Meu pai disse ‘Olha, se você ganhar, você vai ter que assumir’. Eu disse: ‘Se eu ganhar e assumir, eu vou ter que sair daqui, não vou poder morar na mesma casa, porque se na política ele está fazendo isso comigo, imagina se eu chegar a ganhar?’. Na hora que eu soube que eu tinha feito 38 votos, menina você não tem ideia, o tamanho da minha felicidade, eu pensava, graças a Deus, ele não vai fazer nada comigo. Eu queria ganhar, mas depois de tudo que aconteceu [...]”* (PARTICIPANTE 5).

A participante 5 relata que a pessoa que exerceu ação violenta contra ela, apesar de ter angariado mais votos, não chegou a ser eleito: *“Ele não chegou a se eleger, ele inclusive é um funcionário da prefeitura. Eu até comentei com o presidente do partido. O presidente do partido falou que eu tinha direito de fazer um Boletim de Ocorrência se ele ganhasse. Eu falei ‘Não vou fazer um BO, eu não quero fazer nada para ele, ele deve ter um motivo dele, não sei qual é o motivo, mas se ele chegar a me ameaçar, eu vou atrás, vou fazer um BO sim’ [...]”* (PARTICIPANTE 5).

Diante dessa consideração, é importante frisar que a participante 5 poderia ter feito o boletim de ocorrência, não é um requisito para a formalização da denúncia o êxito do objetivo da ação da pessoa que viola o direito da mulher, ou seja, não é necessário o acesso a vantagem esperada quando foi selecionado como meio de ação para a resolução de conflito o assédio, constrangimento, ameaça, perseguição como forma de cercear o direito político da mulher em campanha ou desempenho de função pública (mandato eletivo).

A participante 6 relata que apesar de gostar de política acabou se decepcionando com este campo, na medida em que se sentiu injustiçada, conforme destaca: *“Eu me decepcionei, porque veio um rapaz na minha casa para contar que eu fui roubada, que eu tinha sido eleita*

[...]” (PARTICIPANTE 6). A participante 6 comenta que durante o processo de apuração da votação da primeira candidatura, isto é: “[...] no escrutínio eles me roubaram [...]. Esse rapaz me falou o tanto de voto que eu tinha, não me lembro mais, mas era muito voto que eu ia ter, viu? Era para eu ter sido vereadora [...]” (PARTICIPANTE 6).

E complementa: “Eu falo aqui de boca e sem medo, sabe? Era o pessoal de instituição financeira⁵³ que fazia o escrutínio, mas a Fulana⁵⁴ estava sempre metida, então, isso era corrupção. Isso me decepcionou muito, então, cheguei à conclusão de que após tudo isso, que aquele meu sonho se encerrava ali [...]” (PARTICIPANTE 6).

O relato da participante 6, não pode ser desprezado, embora seja difícil a sua comprovação, visto a existência apenas de um relato testemunhal. Afinal, a história das eleições brasileiras amarga relatos sobre fraudes ocorridas no processo eleitoral, especialmente no período em que era feito o emprego da cédula manual. É necessário compreender que a urna eletrônica é reconhecida atualmente como um instrumento seguro, que dificulta a incidência desse tipo de fraude, ou seja, que visa evitar situações como a descrita pela participante 6. Contudo, a implantação da urna eletrônica em pleitos no Brasil foi gradativa, começou a ser feito em 1996, em um primeiro momento, apenas as capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores utilizaram esse recurso, em 1988 outras cidades passaram a ter acesso, todavia, somente nos anos 2000 é que todos os municípios brasileiros passaram a utilizar a urna eletrônica (NICOLAU, 2004). Isto é, a suposta situação de fraude eleitoral descrita pela participante 6 ocorreu em período anterior à implantação da urna eletrônica como instrumentos de captação da preferência do/da eleitor/eleitora no território nacional.

Outra questão importante descrita pela participante 6, que seria um contraponto à teoria de Bourdieu, a respeito do crédito de capital de tipo delegado, pode ser visualizado no seguinte trecho: “[...] as mães dos meus alunos. Elas não votaram para mim, sabe por quê? Eles não votaram em mim, porque eles não queriam que eu saísse da escola, olha que gente besta! Eu fui em uma reunião, e elas falaram, uma levantou e falou que não votou para mim, porque eles tinham medo de que eu saísse da escola, eu falei: ‘Gente não tem nada haver isso, não é emprego, o cargo político é para colaborar. Não é um emprego, o emprego é aqui, meu ganha pão é aqui’” (PARTICIPANTE 6).

Explica que no processo de campanha que percebia: “[...] algumas piadinhas sim, sabe? Mas nunca que eu levasse a sério, eu sempre relevei” (PARTICIPANTE 6). E complementa:

⁵³ Foi ocultado o nome da instituição financeira.

⁵⁴ Foi ocultado o nome da pessoa citada, com o objetivo de preservação de sua imagem, visto ser uma acusação séria, que exigiria o contraditório.

“a rivalidade existe, como eu te falei ontem? Não é o caso de preconceito, de ser homem ou mulher, rivalidade mesmo, para tomar o seu lugar, isso aí é outra coisa, né? E acontece tanto de mulher ou homem, é tudo pra tomar um o lugar do outro. Seja ele quem for, seja branco, preto, mulher ou homem eles querem ganhar, é lógico né?” (PARTICIPANTE 6).

Em relação a receptividade da comunidade, ela explica: *“[...] eles me serviam muito bem, sabe por quê? Eu conheço todo mundo, qualquer lugar, mas também eu conheço muita gente, a gente tinha uma vida atuante. Eu ia em festa, em tudo quanto é lugar, sempre fui, na Laranjeira, no Alto Porã, até em Arapuã eu ia. Fui em muita festinha em Arapuã, aqui mesmo em Ivaiporã [...]”* (PARTICIPANTE 6).

Sobre possíveis problemas identificados no período de campanha, a participante 6 explica que em relação ao trabalho remunerado, ela conseguiu tirar licença, porque na ocasião era servidora pública, expressa: *“[...] sempre teve licença, quem trabalha em serviço público, ele tem esse direito, sabe? A hora que você quiser, você fala, leva os papéis da candidatura, você já é afastado. Então, nisso aí, não tem problema, agora, é lógico que, na vida privada você tem, né? Muito... Filho principalmente, tem outros compromissos, envolve várias coisas né? Até dinheiro, até o financeiro, envolve tudo, isso aí é problema, viu?”* (PARTICIPANTE 6).

A questão financeira também é um problema expresso pela participante 1, é válido explicitar que o financiamento de campanha, atualmente, pode ser feito de forma mista, combinando recursos privados (doações) e públicos, o que diminuiria as diferenças de poder econômico entre os candidatos.

Sobre as demais dificuldades visualizadas pela participante 6 no processo de campanha, ela complementa que sobre o ciúme do esposo: *“Ah, nos últimos tempos não. Ele não era mais assim, ele já tinha sido, na primeira candidatura, mas depois não. Acho que se acostumou até comigo, com o meu jeito! Confiava. Com ele eu não tive muitas dificuldades, mas muitas mulheres têm, foi aquilo que eu te falei, a pessoa até para trabalhar numa campanha, ela tem que desafiar a família [...]”* (PARTICIPANTE 6).

Embora, a participante 6 tenha apresentado o seu desânimo e parecer de não mais concorrer ao pleito, depois o suposto caso de fraude eleitoral, ela comenta que se viu obrigada a rever essa decisão, após o apelo feito por um sobrinho, conforme consta: *“E agora recentemente, eu entrei na política, eu já tinha encerrado a minha carreira, mas por força das circunstâncias, do meu sobrinho ser candidato e, ele veio me pedir para participar por falta de*

mulher. Por falta de pessoas que aceitassem concorrer, eu entrei para ajudar, para formar número [...]” (PARTICIPANTE 6).

E explica que existe uma dualidade na relação estabelecida com os demais candidatos do partido e fora dele, conforme segue: *“[...] a relação era boa, é boa aparentemente você está entendendo? Agora você tem que ser falsa tem hora, porque você não pode estar brigando com todo mundo. Então, você tem que aparentemente estar bem. Porque virou as costas, a pessoa está me lascando, metendo o pau e o escambau, é assim [...]” (PARTICIPANTE 6).*

E relata ter percebido a hostilidade durante o processo de campanha: *“No comício até que era legal, se você tivesse estômago de pôr a cara e ficar numa boa, mas você via que você não era bem-vinda. Menina! A gente sente, você não sente quando você está em um lugar? Ainda mais quando a gente é rival, está disputando o mesmo cargo, não tem essa de ser amigo. Assim, tinha o nosso grupo, mas nada daquilo era verdadeiro, é tudo falso. É tudo falso mesmo! Não adianta você pensar que um candidato vai te ajudar, porque não vai! Mesmo o meu sobrinho, que estava junto comigo, às vezes eu ajudava ele, mas ele não me ajudava” (PARTICIPANTE 6).*

Já a participante 7 relata que encarou esse desafio, como mais um dos tantos que ela já teve em sua vida profissional, explica: *“[...] Eu encarei como algo profissional [...]. Eu entrei muito tímida na primeira reunião que teve, foi um evento dos pré-candidatos, porque eu era nova, as pessoas não sabiam o meu nome, quem eu era. Era o meu primeiro dia na política, mas se eu tirei o meu tempo para participar, eu estava de fato comprometida com isso, eu iria até o fim” (PARTICIPANTE 7).*

Quando questionado se a participante 7, teve alguma dificuldade no processo de campanha, ela afirma que esperava enfrentar situações desafiadoras, mas não seria a primeira vez, conforme destaca: *“Eu tenho 40 anos, eu aprendi a lidar com o preconceito, porque quando você é filha de agricultores, quando você estuda e também tem que trabalhar na roça, com aquela mão encardida, e tem estudar na cidade, a gente sempre era aquele grupinho, que era da roça. Eu era a caipira, que falava errado, eu ainda falo errado, as caipirices não saem, porque é um DNA caipira, que a gente tem. E ele não sai da gente [...]. Na faculdade de agronomia eu enfrentei, e enfrento ainda, o preconceito do homem, do agrônomo, porque ainda é um meio de trabalho voltado para homens” (PARTICIPANTE 7).*

E declara ter se preparado internamente para acessar o campo político: *“Eu sabia que ao entrar na política eu teria que enfrentar preconceitos, principalmente, dentro da casa da gente, eu sabia que eu ia ouvir: ‘Ah, você está louca, mulher correta e da igreja, metida em*

política?!’, então pensei: ‘por que não?’. O mundo é cheio de preconceito em relação a mulher, mas a gente tem que quebrar esse paradigma” (PARTICIPANTE 7).

Relata que após ter se decidido em relação a candidatura, ela comunicou a família de forma gradativa, explica: *“eu fui contando aos poucos. Mas a minha mãe sabe que eu gosto do diferente, do desafio e, do meu profissionalismo. E que, eu vou atrás daquilo que motiva. Hoje, o que me motiva é o desafio. Eu assumo os desafios como uma guerra, na guerra a gente perde ou a gente ganha, na maioria das vezes a gente perde, então não é fácil. Eu entrei e saí de cabeça erguida. Eu entrei para fazer a diferença, ajudar um grupo a ter peso com o meu nome e sobrenome, que tem um peso na cidade, porque o nosso nome tem uma credibilidade [...]” (PARTICIPANTE 7).*

Em relação ao apoio que recebeu da família ampliada, a participante 7 declara: *“Os meus irmãos acabaram ficando neutros em relação a minha candidatura, eles não se envolvem e, eu também não forcei ninguém. Os meus pais até que apoiaram bastante” (PARTICIPANTE 7).* Já em relação ao seu núcleo familiar e trabalho na propriedade rural, ela explica que: *“Eu tinha uma menina que cuidava da minha filha, família, e tenho um funcionário que me ajudava no trabalho braçal, mas é bastante serviço, então eu tinha que ajudar lá. E tinha que fazer uma campanha. Meu marido foi meu braço direito, ele me ajudou muito e em tudo” (PARTICIPANTE 7).*

Já em relação a receptividade de sua candidatura na comunidade, a participante 7 relata que foi melhor do que ela esperava, pois em um primeiro momento ela imaginou que tivesse mais preconceito de gênero na política, explica: *“Olha, no meu olhar, eu achei que foi muito bonito, quando eu ia no comércio, tinha muita gente que apoiou, homens, mas também mulheres apoiando outras mulheres. Foi uma eleição bem diferente, assim, que a mulher começou a se destacar, e era bonito de ver muitos, (corrige) alguns apoiando” (PARTICIPANTE 7).*

Embora, ela também deixe entrever alguns desafios: *“Eu percebi que as pessoas não gostam de vereador, eu ouvi muito: ‘vereador não serve pra nada’, ‘eu só gosto de prefeito’. Nem de vice-prefeito eles gostam, só gostam de prefeito, deputado, governador e presidente. Para eles o vereador não faz nada, eu posso te afirmar, a população não gosta de vereador, a população não vê com bons olhos o vereador, eles dizem que vereador não faz nada, ou que faz, só para o seu público... Eu ouvi muito isso. Eles também não gostam de ser invadidos, porque nas visitas nas casas, não é uma pessoa que passa, são inúmeros que passam, é uma correria de muitos que passam nas casas” (PARTICIPANTE 7).*

Para a participante 7 essas cobranças e hostilidades não estão vinculadas a questão de gênero, e sim a forma como a política tem sido conduzida em âmbito local, com práticas clientelistas. E que isso atrapalha aqueles que se propõem a fazer algo diferente.

Contudo, essa hostilidade não é identificada por ela como o maior problema do período eleitoral, em uma escala, a participante 7, apresenta como o principal desafio de campanha a falta de tempo, atrelado, com as restrições sanitárias devido a pandemia de COVID-19: *“Eu segui uma linha minha de ações de campanha, dentro daquilo que podia, mas com a pandemia a gente teve pouco tempo. E como eu fiquei fora muito tempo, as pessoas não me conheciam, não reconheciam aquela menina que saiu daqui, e agora estava voltando como a participante 7. Hoje, eu vejo a diferença, tem muita gente, inclusive, que não sabia que eu era candidata a vereadora, porque a gente estava no meio de uma pandemia e não podia fazer nada. Não podia fazer reunião, evento, não podia fazer nada, que antes podia. Essa foi a grande dificuldade da eleição do ano passado. Esse contato que a gente não poderia ter com as pessoas”* (PARTICIPANTE 7).

E complementa que: *“Eu fiz uma folhinha dizendo quem eu era, para ser distribuída, eu mais tarde encontrei um senhor que me disse que: ‘A única pessoa que eu tive coragem de votar, foi em você, fazia anos que eu não votava’.* Eu vim diferente, em uma pegada mais na linha do profissionalismo, mas é difícil porque a gente via que tinha uma política errada, de corrupção, que a gente soube que foi feito por colegas, isso é desleal, a gente não consegue concorrer com isso. Mas eu sei que eu dei o meu melhor” (PARTICIPANTE 7).

Percebe-se que nesta campanha, devido a pandemia, a internet e os materiais gráficos se tornaram ainda mais importantes no período de campanha. A pandemia também foi um desafio para pessoas como a participante 7, que não tinham histórico de participação política local, atrelado a essas questões novas, temos os problemas já conhecidos como a compra de votos que foi denunciada pelas diversas mulheres entrevistadas.

Além dessa situação, a participante 7, comenta sobre como foi conciliar vida pública e privada: *“Foi bem puxado, não é para qualquer um, porque eu sou uma pessoa muito forte, eu suporto tudo, eu suportei tudo. Eu estou tão acostumada a bater, que eu vejo as dificuldades, os desafios, mas eu não ligo mais. Eu tive inúmeros, inúmeros desafios, mas eu sabia que era uma fase. Eu tive apoio, mas eu acordava muito cedo para colher, na campanha você tinha que estar linda e plena para entregar os panfletos nos bairros. E em alguns momentos, eu fui humilhada e xingada devido as ações dos maus políticos, foi muito difícil (riso nervoso), não é*

para qualquer uma... Mulher, para aguentar esse batidão, tem que ser forte” (PARTICIPANTE 7).

E explica: *“Eu vejo a campanha como um show, tem uma pessoa que toca guitarra, outro bateria, o prefeito é o vocalista, enfim, nos que somos candidatos a gente vê o show e os bastidores. Então, nem sempre aquele que a gente entende ser o melhor ganha, porque quem decide é a maioria [...]”* (PARTICIPANTE 7).

E complementa sobre o processo de interação dos bastidores do grupo político: *“A gente sabia quem era os cabeças da legenda, os favoritos do partido, tem uma divisão sim, essas pessoas tinham mais destaque, até porque eram mais conhecidos. A gente que é novo também vai descobrindo, que tem uma parte invisível da política que a gente passa a entender”* (PARTICIPANTE 7). E explica que em geral: *“Não tinha apoio entre os candidatos, era concorrência esmagadora, nós somos concorrentes, é uma corrida de cavalo, todo mundo correndo para o mesmo lugar dentro e fora do partido”* (PARTICIPANTE 7).

A participante 8, relata: *“Eu não tinha, assim esse interesse de subir (fala com altivez de peito aberto), até porque eu combatia esse grito do dono do poder [...]. É dentro de mim, eu sempre dei, eu dou trabalho para mim. Hoje, eu estou quase que nocauteada pela vida sabe? (gargalha). E cuidando de neto, aposentada, mas é de dentro de mim, eu sempre tive essa vontade de lutar sabe? Eu sofro por isso, viu? É sofrido, porque você quer fazer, e não é só você que manda, que tem o poder para fazer”* (PARTICIPANTE 8).

E explica como era o contexto eleitoral do distrito: *“Em Jacutinga era acostumado a correr muito dinheiro de compra de voto, sabe?! Festa de Leitoa no Tacho, de Churrascada, era muito desleal a minha candidatura e a dos homens entende? Eu competi contra dinheiro e compra de voto, contra Leitoa no Tacho, churrasco, bar, porque naquela época os candidatos iam nos bares e pagavam bebida. Foi bem complicado, mas eu trabalhei bastante, teve muita gente do meu lado também. Mas eu precisava de muitos votos, por causa do partido que eu estava, o partido de esquerda precisava de muitos votos, mas teve o eleito do meu partido, e eu acho que os meus votos ajudaram a elegê-lo vereador. Eu me senti feliz. Porque os meus votos contribuíram para uma pessoa que eu confiava muito. Eu achei que ele era um ótimo candidato, eu o achava melhor do que eu, então eu fiquei satisfeita (risos)”* (PARTICIPANTE 8).

Contudo, achar que o outro candidato era melhor, não significa que ela não tenha se dedicado à sua campanha, explica: *“[...] eu trabalhava achando que eu tinha chance, eu fiquei suplente, até que o pensamento não era tão errado (risos)”* (PARTICIPANTE 8).

Sobre a receptividade de sua candidatura na comunidade descreve: *“Eu era muito bem tratada, muito bem tratada, o que eu mais ouvia dos homens, que eu sabia que era eleitores de outros candidatos da oposição, era assim: ‘Ah participante 8, cuida da escola, você é tão boa diretora, cuida da escola, cuida da escola, deixa a política para esses homens’. Eu ouvia muito de cabos eleitorais de outros candidatos homens [...]. Porque eu visitava todo mundo, mesmo quando eu sabia que a preferência do voto seria em outro candidato. E era quando eu adentrava dentro desses territórios, é que eu sentia mais ... Ouvia isso, mas sempre com educação. Eles teciam um elogio para que eu permanecesse na escola”* (PARTICIPANTE 8).

A participante 8 também expressa que percebia que algumas mulheres estavam condicionadas ou suscetíveis a acatar a preferência expressa por seus companheiros a respeito do candidato que deveriam votar, relata: *“Eu ouvi de muitas mulheres: ‘Você tem coragem’. Sentia acolhimento, mas eu também sentia que muitas mulheres só votavam em quem os maridos delas votassem. Eu sentia isso muito claro, uns 50% das mulheres, mesmo sendo conhecida minha, me aprovando, me tratando bem, era o marido que mandava. Isso ainda é um problema, o marido mandar em quem a mulher vai votar, é um problema que está quietinho ali, que ninguém está percebendo, mas que tem muito voto de cabresto do marido, isso ainda tem”* (PARTICIPANTE 8).

Conforme foi visualizado ao longo do capítulo teórico e histórico desta dissertação, o pacto social é também um pacto sexual, que afasta as mulheres da esfera pública (PATEMAN, 2020), sendo possível na atualidade a observação de processos de cerceamento da opinião e expressão das mulheres na esfera pública, assim como no controle sobre os seus desejos e corpos, a cultura da cidadania sexual (BIROLI, 2018) ainda tem raízes que precisam ser arrancadas da nossa sociedade.

A participante 8, informa sobre a relação estabelecida entre os membros do partido, que: *“[...] era uma amizade, era uma família era uma coisa incrível (fala sorrindo), muito bom, eram pessoas honestas mesmo, que queriam o bem um do outro [...]. Eu sentia que no meu partido tinha um acolhimento, a forma como os membros se tratavam. Eram amigos mesmo. Eu não sentia aquele ciúme que acontece, quando a gente coliga, a gente percebe que tem em outros partidos. É um tal ciúme, um tal de passa rasteira. Eu vi isso muito bem quando o partido de esquerda se coligou a outros partidos. E as reuniões, eram reuniões sinceras, onde eram levantadas as soluções para os problemas do povo menos favorecido. Eu me sentia bem, porque eu tinha confiança na intenção do grupo e no que eles faziam”* (PARTICIPANTE 8).

Explica que o momento mais difícil de sua campanha foi a tentativa de conciliar vida pública e privada: *“Eu tinha meus filhos (fala de forma sentida), eles tinham onze ou doze anos e eles ficaram doentes, aí toda essa campanha que eu fiz, foi horrível (olho enche de água, silêncio) porque eles estavam doentes. Eu me lembro que eu descia todo o carreador, porque é sítio, porque lá para você pedir voto, você tem que descer o carreador, eu descia o carreador chorando, quando estava chegando perto da casa, eu enxugava as lágrimas e colocava um sorriso no rosto e sustentava aquilo. Os meus filhos tiveram uma depressão muito grave, os dois, eles são gêmeos. Um teve, daí o outro teve. Então, é muito difícil você conciliar a casa e a política, mesmo quando você tem o apoio da família, é difícil (se emociona). E eu tinha apoio da minha família, meu companheiro me apoiava [...]. Explicar as minhas propostas, falar eu não achava difícil. Nossa! Eu tinha planos, eu tinha coisas para dizer, eu sabia das coisas que o distrito precisava, e eu tinha planos e projetos para isso. Eu gostava bastante”* (PARTICIPANTE 8).

E retoma a relação de campanha e filhos: *“Eu chorava pela doença dos meus filhos [...]. E quando apareceu essa doença, era bem na campanha, mas também, foi a última. Eu carregava isso, eu me sentia dividida, de sentir que eu deveria estar com eles. E isso, era um julgamento meu, as pessoas da comunidade não sabiam, eu passava quietinha, poucas pessoas sabiam o drama que eu estava vivendo em casa”* (PARTICIPANTE 8).

Um ponto marcante deste trecho da entrevista, é o sentir-se dividida elevado a sua força máxima, afinal, em outros momentos essa candidata também expressa que esteve em situações que teve que se dedicar a tarefas múltiplas, sem dúvida esse momento de campanha deixou fortes marcas na participante 8. Emoções que transbordam pelos seus olhos ao acionar as sensações vivenciados no período.

Uma experiência forte ao ponto de ressignificar a política eleitoral, como um processo de esvaziamento do desejo de participar e temos de reviver a dinâmica de campanha, conforme aponta: *“[...] eu fui candidata em um outro ano, mas eu não trabalhei, nessa segunda vez eu fui mais para poder completar, tive menos votos, porque eu estava cuidando da minha família, tinha saído da direção da escola para cuidar dos meus filhos novamente. Eu vi no começo muita compra de voto, eu fui vendo aquilo, e eu não me sentia forte para combater aquilo novamente”* (PARTICIPANTE 8).

Ao fim deste tópico, é possível perceber como a campanha política dessas candidatas é atravessada por questões complexas como: a doença, a violência, a ausência de recursos, entre outros. Ao mesmo tempo que revela: o acolhimento, a descoberta de qualidades inesperadas,

algumas possibilidades de formação de capital político. Assim como, reafirma como o conhecimento das regras que compõem o campo político, por vezes, são decisivas para o sucesso das ações empreendidas, a seguir convido o/a leitor/leitora a conhecer a partir do relato das candidatas se o partido/coligação empreendia ações de sensibilização sobre o financiamento de campanha.

4.7 - FINANCIAMENTO DAS CANDIDATURAS FEMININAS: AFINAL, QUEM PAGA A CONTA?

Sabe-se que o financiamento das candidaturas é um ponto central no processo de campanha, pois amplia a possibilidade de alcance de divulgação do conjunto de temas, ações e projetos que compõem a agenda política do candidato. Essa visibilidade do candidato e das intenções que pretende promover, caso eleito, pode vir a favorecer as chances de êxito eleitoral.

Segundo o resultado obtido através da aplicação dos 19 questionários, foi declarado pelas candidatas que o recurso predominante utilizado no processo de financiamento de campanha em 11 casos foi aquele vinculado ao Fundo Partidário/Eleitoral e, nos demais 8 casos a fonte de financiamento foi de recursos próprios. A seguir será apresentado elementos sobre o processo de financiamento de campanha das participantes.

Em relação aos materiais de campanha, a participante 1, declara que quando o seu esposo concorreu: “[...] a gente fazia bilhete e jogava de noite, hoje é através do celular. Naquele tempo não. Eles faziam aqueles versinhos, fazia aquelas coisas e jogava pelas estradas e portas. Era até divertido, como não tinha outro meio, então era esse. Esses santinhos eram feitos tudo a mão” (PARTICIPANTE 1).

Atualmente, essa prática de distribuição de santinhos é regulada pelo Código Eleitoral, por meio do art. 243: “Não será tolerada propaganda: [...] VIII – que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito” (BRASIL, CÓDIGO ELEITORAL, Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965).

A participante 1 explica que a sua experiência enquanto candidata foi diferente daquela experienciada quando o seu marido concorreu, pois: “Quando eu entrei na política já estava mais sofisticado, estava melhor, já tínhamos um carro para ir às reuniões, já tinha melhorado bastante, já tinha o santinho [...]” (PARTICIPANTE 1).

Devo rememorar que neste período, década de 1988, o município de Ivaiporã – PR, possuía quase o dobro da área territorial que possui na atualidade, pois Arapuã e Ariranha do

Ivaí, eram distritos de Ivaiporã, somente na década de 1990, esses territórios foram desmembrados e ganham o *status* de município.

Essa questão supracitada é mencionada pela candidata, como pode ser visto através do seguinte relato sobre o processo de campanha: “[...] *era bem sacrificado, era complicado porque eu morava em um sítio que faz divisa com Nova Tebas, para você ver, Nova Tebas, pra eu ir até o Jacutinga, você já imaginou? A distância que era, e também para ir em outros lugares onde era feito os comícios, eu acho que eu não sou normal, eu sou anormal (risos). Olha parece que eu não tenho medo, por isso que eu digo que eu não sou normal (risos)*” (PARTICIPANTE 1).

No que tange ao processo de campanha, essa candidata relata que: “*Eu fiz a campanha com o meu carro próprio, era um Fusquinha meio velho[...]*” (PARTICIPANTE 1). Contudo, essa independência foi alcançada somente após o falecimento do esposo, pois segundo essa participante: “*Era difícil naquela época, as pessoas virem para a cidade, depois de algum tempo é que começou a passar ônibus [...]. Quando o meu marido morreu, eu tive que aprender a pegar o volante*” (PARTICIPANTE 1).

Sobre a contribuição financeira do partido e/ou coligação, a participante 1 declara que: “*Eu recebi os santinhos de graça, e recebi um pouco, uma micharia de gasolina, só isso. A maior parte do processo de campanha ficava por conta do candidato, mas eu não tinha caminhão, eu só ia nos comícios, porque na época do meu marido eles faziam até churrasco naqueles comícios. Agora, no meu tempo, já era aqueles comícios no caminhão, eles montavam aqueles aparelhos no caminhão e fazia aqueles comícios nas praças, nas ruas e lugares. Fazia aquela reunião, e é naquela reunião que a gente tinha que ir, onde tinha uma reunião a gente tinha que estar lá, junto, para apoiar o candidato e estar presente*” (PARTICIPANTE 1).

Destaca-se que não era incomum a realização dos chamados “*showmícios*”, todavia, atualmente essa é uma conduta vedada, conforme a Resolução nº 236/2021, do Tribunal Superior Eleitoral⁵⁵:

Art. 17. É proibida a realização de showmício e de evento assemelhado, presencial ou transmitido pela internet, para promoção de candidatas e candidatos, e a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral, respondendo a pessoa infratora pelo emprego de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso de

⁵⁵ Disponível em: < <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Dez/23/diario-da-justica-eletronico-tse-edicao-eleitoral/resolucao-no-23-671-de-14-de-dezembro-de-2021-altera-a-res-tse-no-23-610-de-18-de-dezembro-de-2019-q> > Acesso em 24 mai. 2022.

Quando questionado se ela se sentia confiante durante o processo eleitoral, ela relata que: *“Eu tinha confiança, eu recebi bastante voto, eu não fui mal votada, não fui mal votada, só que o município de Ivaiporã naquela época era muito grande, e dinheiro para investir nós não tínhamos, era só a cara e a coragem, e para sair era bastante sacrificado[...]”* e complementa que: *“O que mais dificultava, era o dinheiro (gargalhada), o dinheiro que precisava para bancar as coisas e que não tinha. Isso é que fazia falta, porque às vezes a gente tem que pensar na casa e lá fora também. Eu acho que o ponto de dinheiro é que fez falta, porque eu poderia ter um carro bom, uma vez a gente estava com aqueles carros velhos andando por aí, e às vezes tinha dificuldade, [...] as vezes enguiçava, era aquela trabalhadeira, mas sempre a gente encontra anjos que na hora do apuro socorre a gente [...]”* (PARTICIPANTE 1).

E considera que, caso houvesse uma melhor distribuição de recursos eleitorais, ela *“[...] poderia colocar um cabo eleitoral me ajudando, um cabo eleitoral em cada lugar. Aí sim, eu acho que eu poderia me eleger [...]”* (PARTICIPANTE 1).

A participante 2, traz outro tipo de *feedback* sobre o processo de financiamento de campanha: *“Não vou me lembrar ao certo de porcentagem, mais foi praticamente tudo pelo partido, eu não desembolsei quase nada, teve algumas coisas que a gente emprestou, porque tem aquela questão de você alugar um local para ser a sua sede, um empresta o fogão, você assina um termo, o outro empresta uma geladeira, a gente ajudou muito com isso, questões financeiras, você tem que colocar gasolina/combustível no seu carro e ir até as reuniões, ou você tem que uma coisa ou outra, acaba uma reunião, na época podia ter lanche. Hoje em dia é quase tudo vedado, então uma ou outra coisa, a gente acaba tirando dinheiro do bolso, mas a grande maioria foi o partido, que dividia em cotas iguais. Eu fui bem ajudada, bem financiada pelo partido. Em relação ao conhecimento sobre o financiamento de campanha, era tudo bem transparente, tinha reuniões que eles colocavam em exposição para todos os participantes”* (PARTICIPANTE 2).

A partir do relato da participante 1 e 2, percebe-se que ao longo dos anos, o processo de financiamento passou a ser mais estruturado, contudo, existem diferenças discrepantes no processo de financiamento de campanhas. Segundo análise empreendida pela Organização das

Nações Unidas - Mulheres (ONU Mulheres)⁵⁶, em 2020, foi destinado às candidaturas femininas 28,5% do total de R\$ 2,2 bilhões do Fundo Eleitoral Público, que é a soma do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e o Fundo Partidário. Enquanto as candidaturas masculinas receberam cerca de 71,4% do total de recursos. No mais, é preciso mencionar que 61,2% deste total de recursos foi utilizado em candidaturas masculinas que disputavam cargos no poder executivo municipal, o que também nos apresenta disparidade no processo de financiamento entre os poderes executivo e legislativo.

Essa disparidade de financiamento de campanhas masculinas e femininas, exige o empreendimento de ações mais efetivas, com o objetivo de diminuir o foço existente entre candidaturas femininas e masculinas, o que pode ser ilustrado pela sanção da Emenda Constitucional nº111/2021, que entre outras medidas, altera as regras de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), momento em que os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro. Espera-se que essa medida produza efeitos na distribuição de financiamento em nível municipal, um cálculo eleitoral que não chegou a ser aplicado, mas que já corre risco de desmantelamento devido a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 18/2021, do senador Carlos Fávaro (PSD- MT).

Ademais, a participante 3, ao comparar suas experiências de candidatura em eleições municipais, declara que: *“Não, ninguém me falou nada na primeira vez, agora na segunda, a gente já fez a prestação de contas, já vem dinheiro direto para as mulheres. Uma verba direto para as mulheres, e que a gente usou para a campanha. [...] Eu acredito que tem mais publicidade, mais transparência. Está bem legal, essa forma que eles agiram dessa vez”* (PARTICIPANTE 3). E complementa, *“[...] o próprio candidato a prefeito que ajudou na questão de panfletagem, santinhos que eles falam?”* (PARTICIPANTE 3), o candidato a prefeito também teria doado parte do material gráfico utilizado pelo partido, não tendo ficado nítido se essa doação foi feita com recursos próprios, ou de parte do recurso que foi destinado para o financiamento de sua campanha ao cargo de prefeito.

A participante 4, explica de forma sucinta que não conhecia no começo da disputa eleitoral o funcionamento e regras do financiamento de campanha, mas explica que sua campanha foi financiada através de recursos do Fundo Partidário/Eleitoral.

⁵⁶ Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/166419-onu-mulheres-analisa-financiamento-publico-de-campanhas-femininas-em-2020>> Acesso em 24 mai. 2022.

A participante 5 descreve que ao se descobrir candidata em uma reunião interna da coligação partidária, não conseguia parar de pensar sobre como seria feito o custeio de sua campanha e de suas necessidades básicas: *“Na hora eu fiquei pensando, meu Deus, e como fica a minha vida agora. Porque eu era estagiária remunerada, fazia um mês que eu tinha saído do meu estágio. E até então, quando você se candidata, dentro de 2 meses você não pode trabalhar[...]. E eu precisava porque eu estava fazendo faculdade. Eu tinha que procurar uma maneira, aí muitos: ‘Fica tranquila, a gente vai te ajudar’. Até então, eu não sabia se os santinhos era a gente que tinha que pagar, depois o pessoal me explicou como é, que vinha um dinheiro para estar ajudando”* (PARTICIPANTE 5). E complementa sobre sua experiência: *“Os estágios da faculdade eu poderia fazer, eu só não poderia ter um trabalho, só não poderia ter um vínculo empregatício. E eu estava procurando um emprego, eu falei: ‘Então, já que eu estou sem eu vou continuar’, porque eu teria que escolher ou a política ou um emprego, então eu falei ‘Vou pra política, porque já que eu estou aqui, eu vou em frente, eu entrei na chuva é pra me molhar’”* (PARTICIPANTE 5).

A candidata explica que o conhecimento que adquiriu sobre o processo eleitoral ocorreu especialmente a partir da sua busca espontânea. Contudo, durante a entrevista a participante 5 apresentou em seu discurso a indiferenciação entre o processo de preparação à participação e o processo de análise do histórico do candidato para a validação da candidatura, coisas que são diferentes, ambas com importância. Conforme segue trecho da entrevista: *“[...] então a reunião preparatória a gente tem, só que a gente só teve depois que a gente foi apresentado. No dia que a gente foi apresentado nessa reunião vai todos os candidatos e você tem direito a levar convidados, mas não são muitas pessoas, eu poderia levar no máximo 5 pessoas. Você chega e eles apresentam você como candidato e eles falam que precisa arrumar a papelada, explica quais são os processos que você precisa passar, então eles olham o seu histórico judicial pra ver se tem alguma coisa ali irregular, eles olham o teu histórico da polícia lá da delegacia, pra ver se tem alguma coisa, se já foi preso, olha o histórico eleitoral, tem muita coisa que eles olham, muitas coisas que eles pedem, muitas papeladas que eles pedem, pra eles estarem analisando, você precisa fazer uma carta de quais são os bens que está no seu nome, você precisa descrever quais são os bens, os valores que você tem, a onde você mora e com quem você mora. Então, é um processo importante e um processo bem delicado [...]”* (PARTICIPANTE 5).

Percebe-se pelo relato da participante 5, que ela obteve algumas orientações de forma não sistemática a respeito do como agir ou se apresentar durante o período eleitoral, conforme

relata: *“Eu conversei com as pessoas que já eram mais velhas de partido sobre a eleição, e eles me explicaram como que funcionava, foi quando eu fui tendo um ou outro conhecimento, ou seja, a política não é da mesma maneira que a gente conhece, ela é totalmente diferente”* (PARTICIPANTE 5).

A respeito do financiamento de campanha, a participante 5, relatou que: *“Veio um dinheiro do TSE que foi direto para cada candidato, no ano que eu participei foi R\$ 2.000 para cada candidato. A gente podia aceitar patrocínios, os meus pais me deram patrocínio da música da propaganda, que naquele tempo eu paguei R\$ 350,00, foi o único patrocínio que eu tive”* (PARTICIPANTE 5). Na sequência complementou que: *“Eu fui muito criticada porque eu tentei ser muito certinha, porque o que você não usa, você tem que devolver [...] até quem estava cuidando da papelada da coligação falou: ‘Você vai devolver R\$ 800,00? Você é a que mais devolve o dinheiro, geralmente devolvem R\$100, 200, 300, agora R\$ 800,00, você não gastou nada! Acho que você não vai ganhar um voto’. Eu disse: ‘Vai ter, nem seja só o meu’”* (PARTICIPANTE 5).

A participante 6 relata que já trabalhou em diversas campanhas eleitorais, mas explica que nunca recebeu nada para isso, inclusive, na campanha em que ela concorreu na primeira vez também não recebeu nada, expressa o seguinte: *“[...] não recebi nada, não tem fundo, não existe, esse fundo não funciona [...] Foi do bolso do meu irmão, não saiu nada de fundo eleitoral. Meu irmão não recebeu um tostão de fundo eleitoral, tem gente que fala: ‘Aí é mentira...’. Eu digo: ‘Mentira? Então vai lá e vê’. Eu sei das coisas dele”* (PARTICIPANTE 6). Explica que somente: *“[...] nessa campanha agora, que eu tive ajuda, na última campanha que eu recebi, eles me disseram: ‘Oh, você tem esse dinheiro aqui para você gastar com combustível e tem que prestar conta’. Você está me entendendo? O que eu recebi por exemplo, acho que foi uns três mil reais, por aí, assim, picadinho, sabe? Foi isso, nunca recebi um tostão do meu irmão⁵⁷, nem de ninguém”* (PARTICIPANTE 6).

A participante 7 relata que: *“No nosso grupo político, tudo era muito organizado, tinha agenda. Às vezes, aparecia alguma coisa inesperada, do nada, um deputado que vem no município e que a gente tem que ir conversar, mas em geral era bem planejado, organizado. Até foi contratado um senhor que ajudou nesse processo de organização política, uma pessoa com experiência em campanhas eleitorais”* (PARTICIPANTE 7). E confessa que: *“Eu não sabia como funcionava o financiamento de campanha, mas a gente foi treinado, nós passamos por vários consultores, quer dizer, palestrantes. A gente teve treinamento pra tudo, desde a*

⁵⁷ Foi candidato ao poder executivo municipal.

apresentação, desde mexer com a parte financeira, sobre o que pode e o que não pode, nós realmente fomos treinados, por isso, que eu falo a campanha foi excelente e as mulheres. Nós as mulheres, nós nos ajudamos muito, os homens não, somente as mulheres. As mulheres candidatas são muito unidas” (PARTICIPANTE 7).

Com relação ao partido, a participante 8 relata: “[...] eu ouvia as pessoas dizer: ‘Eu até gostaria de votar em você, mas nesse partido não!’. Se eu fosse de um partido de centro, de outro partido da nossa coligação, eu tinha sido eleita. Eu tenho certeza que ser de um partido de esquerda, me ajudou a não ser eleita. Naquela época ser desse partido me prejudicou, naquela época sim, mas depois ele foi desmistificado, tivemos até prefeito eleito pelo partido. Eles diziam que era um partido comunista, a mesma coisa de hoje, é mais ou menos a mesma coisa que é hoje... Mas é um partido que me representa, embora tenha tido muitas falhas, foram cometidos muitos erros, muitos erros. Eu ainda acredito mais nesse partido, é só observar as votações nas câmaras de deputado federal e estadual. O partido de esquerda sempre está com o povo. Está na luta do interesse do povo. Repara nas votações, você pode ver na reforma trabalhista e nas demais reformas que estão tendo, esse partido está sempre do lado do povo. Do lado da elite, desse liberalismo voraz, estão os outros. Eu acompanho, sempre acompanhei, as manifestações e opiniões que dos políticos, eu sempre analiso a vida dos candidatos, e claro que tem crime no partido de esquerda, mas nos outros partidos tem muito mais” (PARTICIPANTE 8).

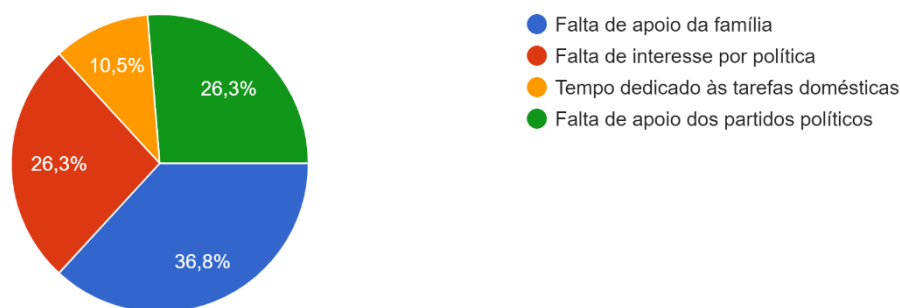
Sobre o financiamento de campanha a participante 8, expõe que os membros do partido tratavam sobre o assunto: “Eles falavam sobre o financiamento de campanha, inclusive, falavam que não tinha dinheiro (risos). Nós não tínhamos verba. Eu me lembro que quem trazia muita verba para o partido eram os deputados, e nós não tínhamos, eram os deputados que traziam verba para os partidos aqui de Ivaiporã. E pro nosso nada, então, quando eu fui candidata a única coisa que eu recebi do partido foram os santinhos, mais nada. Mais nada, só os santinhos. A gente arcava com a nossa gasolina para fazer a campanha. Era bem complicado. As vezes os colegas me levavam, as vezes eu ia a pé fazer as visitas” (PARTICIPANTE 8).

De acordo, com os relatos percebe-se que existe uma grande variação a respeito do processo de financiamento das campanhas políticas das mulheres, o que pode estar relacionado ao recorte temporal dessa dissertação, a saber 1988-2020. A seguir o/a leitor/leitora é convidado/convidada a conhecer o desejo presente e os planos políticos das participantes.

4.8 - PARTICIPAÇÃO E FUTURO: QUE CAMINHOS ELAS PRETENDEM FORJAR?

Entendo ser oportuno indicar, que após entrevistar, ler e reler as entrevistas em diversos momentos eu ouvi dessas mulheres o quão desafiador foi esse processo de participação, como foi necessário se redescobrir e enfrentar julgamentos e inseguranças pessoais e sociais sobre a participação das mulheres no campo político. Contudo, no momento quando é questionado qual o principal fator que dificulta a participação das mulheres na política institucional, verificamos que as mulheres acabam individualizando os problemas, como algo de ordem pessoal. De acordo com o questionário aplicado com 19 candidatas, é possível visualizar que as mulheres indicam que o principal motivo para a ausência de participação feminina na política seria a falta de apoio da família, na sequência, segue empatado a falta de interesse político e apoio dos partidos e por último, a ausência de tempo devido a necessidade de se dedicar as atividades domésticas.

GRÁFICO III - PRINCIPAL MOTIVO QUE AFASTA AS MULHERES DE UMA DISPUTA ELEITORAL



Fonte: A autora, a partir da aplicação de 19 questionários.

Aspectos que são confirmados e aprofundados ao longo das entrevistas conforme pode ser visualizado a seguir: A participante 1 indica que a participação das mulheres em uma disputa eleitoral requer: “[...] vocação política, se não tiver a vocação não adianta. [...]. E se ela tem marido, é um peso, se esse marido não apoia [...]. Ela tem um grande peso. Ela tem que ter uma grande vocação [...]. Além dela ter o marido, que às vezes enche o saco (risos), ela ainda tem a personalidade dela de mulher, que enxerga muita coisa e que tudo isso atinge ela [...]” (PARTICIPANTE 1).

E entende que também pode existir um processo de desvalorização da capacidade política das mulheres, conforme segue: “[...] elas se acham incompetentes, [...] elas acham que isso aí não é coisa de mulher, isso é coisa de homem. Ai nesse ponto elas acham que não tem capacidade, algumas né?! Parte boa das mulheres pensa assim, isso é coisa de homem, isso não é coisa de mulher, então tem essa dificuldade, mas tem aquelas que se lançam, mas tem essas umas que passam essa dificuldade” (PARTICIPANTE 1).

E reconhece o lastro histórico desse preconceito, na medida em que expressa: “Essa ideia vem de muito longe, muito longe, até que hoje muitas mulheres já se libertaram, mas vem de muito longe isso aí, vem de muito longe no começo, se for para estudar a raça humana [...]. Isso aí também vem um pouco da educação familiar, vem uma parte boa da educação familiar, como se educa a mulher e como se educa o homem, [...] a mulher se cria mais para o lar, mais para a família, se cria mais para essas coisas, e hoje em dia, as mulheres... Tem mulheres que estão ganhando mais do que homens, antigamente não” (PARTICIPANTE 1).

Entretanto, considera que “[...] a mulher que se candidatou, ela fica mais, mais reconhecida, mais dona de si mesma eu acho, ela cresce, ela fica mais conhecida, fica mais valorizada, ela se reconhece mais, se valoriza mais e se sente mais valorizada e eu acho isso muito bom [...]” (PARTICIPANTE 1). Uma percepção que ela construiu em sua vivência de participação, em contexto que pode parecer adverso para as candidaturas femininas, a saber: fim da década de 1980.

A participante 1, ao aceitar o desafio de se candidatar, destaca que foi “[...] só a cara e a coragem [...]” (PARTICIPANTE 1), mas não apresenta ressentimento sobre a sua experiência, ao contrário, valoriza o processo de participação, isso não significa ingenuidade como ela pondera em um trecho da entrevista, afinal, ver o lado positivo não equivale a fechar os olhos para os problemas conjunturais.

Ao ser indagada como pensa em sua participação política no futuro, ela afirma: “Nessa idade, com 86 anos (gargalhada) [...]. Agora não dá, vamos deixar um pouquinho pra lá, para os mais novos” (PARTICIPANTE 1), mas afirma que se mantém atenta à política, enquanto cidadã.

A participante 1, ainda acrescenta que as mulheres têm alta capacidade para a participação na política, e explicita os avanços conquistados em matéria de representatividade na câmara de vereadores, ao afirmar que: “[...] duas mulheres já são melhores do que nada. E a mulher quando ela pende para a política, quando ela tem capacidade na política, quando ela tem vocação para a política, uma mulher vale por duas. Porque ela enxerga os miúdos, porque

ela enxerga os pequenos, ela enxerga os detalhes, o que o homem tem dificuldade de ver, por isso que eu digo que uma mulher vale por duas, mas se tivesse mais, até que era bom!” (PARTICIPANTE 1).

A participante 2, avalia que atualmente, a principal dificuldade de participação das mulheres permanece sendo a jornada informal de trabalho, ou seja, aquela que é produzida a partir de uma divisão desigual das responsabilidades (o que inclui a chamada carga mental) e atividades desenvolvidas na esfera privada, ou do chamado trabalho reprodutivo.

Assim, essa participante destaca: *“Eu vejo muito a questão de as mulheres terem outros ofícios, por exemplo ter que cuidar da sua família, cuidar dos seus filhos, ter que trabalhar, eu mesma na época não era casada e eu não tinha filhos então: ‘bora lá’. Eu ia para toda reunião com sol e chuva, de tarde, de manhã, de noite. A meu ver, a maior questão de uma representatividade menor de mulheres, é porque a nossa jornada não tem nem como a gente comparar com a de um homem. [...] Pode ver, geralmente, as mulheres que se candidatam, que ganham, que fazem a campanha a valer e ganham, ou elas são divorciadas/ou os filhos já estão crescidos/ ou são empresárias que, aí já tem alguém que vai cuidar da casa delas, porque ela tem uma empregada na loja dela. São pessoas que mais conseguem se desvencilhar dos compromissos, até por conta do financeiro delas”* (PARTICIPANTE 2).

O comentário apresentado pela participante 2, em relação ao perfil de mulheres que possuem candidaturas competitivas, devido a ter alguém que auxilia nos trabalhos domésticos, pode ser visualizado através do processo de aplicação dos questionários vinculados a essa pesquisa, pois 11 das 19 candidatas que responderam ao questionário de pesquisa relataram que contavam com o auxílio de uma funcionária para o desempenho das tarefas domésticas. É importante destacar que, dos 19 questionários aplicados, apenas 3 candidatas não tinham filhos.

E que 10, das 19 candidatas possuíam no período de campanha filhos com idade inferior a 18 anos. Sendo que 8, das 10 candidatas que declararam ter filhos com idade inferior a 18 anos, informaram que a divisão dos cuidados com as crianças/ adolescentes era igualitária, entre ela e o companheiro, ou seja, havia maior disponibilidade de tempo, o que viabiliza as condições de engajamento no processo eleitoral.

A questão do tempo disponível e o cuidado são temáticas sensíveis ao debate feminista, especialmente ao feminismo negro que há anos presta denúncia sobre o processo de terceirização dos cuidados dos filhos às empregadas, babás e diaristas. Logo, o que está em debate é um duplo problema de democracia, afinal,

O acesso desigual a cuidados necessários e a posição de quem cuida compõem dimensões de desigualdades de gênero, classe e raça que, como aqui argumento, constituem problemas de democracia por pelo menos dois motivos. As relações de cuidado demandam tempo e, em sua forma privatizada, dinheiro. Estamos, portanto, falando de recursos que são também importantes para a participação política, o que permite estabelecer uma conexão com os padrões de inclusão, no debate público e na agenda política, das experiências, das necessidades e dos interesses de quem cuida e de quem encontra barreiras para ser cuidado [...] (BIROLI, 2018, p. 54).

Percebe-se que as condições de participação não estão dadas, existe muito a ser realizado, o ônus da reprodução social precisa ser partilhado por toda a sociedade. A destarte, não podemos ignorar os avanços sociais obtidos, sob risco de que o desprezo os leve ao descarte, a título de exemplo, temos a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 18/2021⁵⁸, do senador Carlos Fávaro (PSD- MT) que visa retroceder parte das conquistas de ações afirmativas para a participação das mulheres em espaços político decisórios.

É necessário visualizar e compreender que apesar dos entraves, nós não estamos no mesmo ponto de partida, que as representantes do feminismo comportado da década de 1930. Assim como faz a participante 2, é necessário refletir que: *“Eu penso que mulher tem interesse sim, [...] mas o que eu vejo é que os entraves são muito grandes, em todos os sentidos, de você não ter tempo, ou de até você não ser ouvida porque você é mulher, porque a gente sabe que hoje já mudou muito, porque lá atrás, eu vou falar da minha casa, a minha mãe sempre foi apolítica, contra, contra no sentido de contra mesmo. Meu pai sempre engajado e sempre falando, e minha mãe sempre falava assim: ‘Oh, vai ter eleição domingo, escolhe aí os meus candidatos’, na época era cédula ainda, que a gente marcava. Eu lembro, de eu indo com a minha mãe na seção dela, e eu votando por ela. Eu novinha estava carregando uma responsabilidade de: ‘nossa, o que é melhor pro Brasil, o que é melhor pra a minha cidade’ (sorrindo). Então eu vejo que as mulheres, nem faz tanto tempo, porque a minha mãe nem é tão velha assim, mas as mulheres eram assim: ‘você é dona de casa e deixa a política que é coisa pra homem’, então de repente a gente está tentando quebrar esse tabu, mas as mulheres são interessadas sim”* (PARTICIPANTE 2).

As mudanças geracionais são expressivas, porém ainda insuficientes, por isso existe a necessidade falarmos mais sobre o assunto, a ponto de popularizá-lo, precisamos expandir esse debate para além dos muros da universidade. De modo, a problematizar e ressignificar as

⁵⁸ Infelizmente, a PEC 18/2021, foi tramitada e aprovada se tornou Emenda à Constituição nº 117 de 05 de abril de 2022. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/norma/35647460>> Acesso em 28 mai. De 2022, após a Publicação Original [Diário Oficial da União de 06/04/2022] (p. 1, col. 1).

experiências vividas, assim como buscar o processo de mudança das estruturas e figuras que centralizam o poder neste campo.

A participante 2, indica que o “[...] interesse muda, com o tempo, a gente se decepciona demais, a gente participa de reuniões de comícios e a gente vê que infelizmente sempre vai ter a parte podre, sempre vão ter aqueles políticos ou pessoas que estão por traz dos grandes empresários que estão olhando para o próprio umbigo, eles não estão nem ai para fazer o melhor para a população, eles querem trazer uma obra que vai passar na frente da fazenda deles, eles querem adquirir uma máquina que vai para a empresa deles, eles querem utilizar as verbas públicas, do poder [...]. Nesse meio eu conheci essa banda podre, mas eu conheci pessoas que realmente tem o coração bom, que não são corruptas, não se deixam corromper e, assim, hoje o que me dá esperança é que eu conheço bastante gente e eu vou te dizer que a grande maioria são os bons, as boas pessoas, os bons políticos que querem realmente o melhor para a sua cidade, para o seu Estado, para o país” (PARTICIPANTE 2). E complementa que: “Hoje, eu não me candidataria, posso mudar mais pra frente, mas se me convidassem para a próxima campanha, minha resposta seria não” (PARTICIPANTE 2).

A participante 3 considera que historicamente era comum o discurso e um agir das: “[...] mulheres que não se interessam. Talvez, por não ter conhecimento ou por não gostarem da política, eu vejo muita mulher que fala: ‘aí eu nem gosto disso, eu não sei como você gosta disso’, entendeu? [...]. Mas eu acredito muito na mudança. Nesses últimos 8 ou 10 anos para cá, a gente já está vendo essa mudança e eu acredito mais ainda em mudanças, muito mais mulher, mais representatividade feminina, eu acredito que vai acontecer” (PARTICIPANTE 3).

E rememora que na eleição de 2020, foi a eleição com maior presença de candidaturas femininas, assim como, 2021 já é a legislatura com maior número de assentos ocupados por mulheres na Câmara de Ivaiporã – PR, sussurra: “[...] Devagar, nós estamos ocupando o espaço, espero que na próxima campanha tenha umas cinco” (PARTICIPANTE 3).

Declara ser uma: “[...] eu sou uma grande incentivadora da representatividade feminina, que aumente cada vez mais. Tem que ter mais candidatos mulheres, para mesclar um pouco a Câmara” (PARTICIPANTE 3) e complementa que: “[...] se eu tenho a oportunidade de votar em mulheres, eu voto em mulheres [...]” (PARTICIPANTE 3). E justifica que: “[...] eu acho que o olhar da mulher é mais amplo, entendeu? Eu acho que a mulher é mais sensível a tanta coisa. Eu acho que isso faz a diferença em muitas coisas [...]” (PARTICIPANTE 3).

Apresenta também o desafio que tem enfrentado no processo de representação enquanto vereadora, “[...] devido a esse jogo que tem na política. Muitas vezes você acaba se filiando em um partido não por ideologia, mas por não ter opção, por não ter uma chance de se eleger, ou para você montar um grupo político. Você acaba se filiando em um partido que não é sua ideologia, mas nem por isso você deixa de ter a sua ideologia, deixa de batalhar pelo que você pensa, entendeu? [...]” (PARTICIPANTE 3).

A participante 3, relata que embora ela atualmente esteja vinculada a um partido de direita, ela se reconhece como uma pessoa de comportamento político e defensora de uma ideologia de esquerda. Nesse sentido, reforça que: “[...] O presidente do partido nunca veio aqui na minha sala me visitar, eu só conversei com ele na época de campanha praticamente, ele nunca veio aqui me fazer uma visita ou me cobrar alguma coisa ou me trazer alguma coisa, mesmo que seja uma emenda para o município [...]. Então, é bem independente, eu não sei se porque quando eu fui candidata, eu deixei claro, que eu não comungava com muita coisa do partido, sabe? Que eu era uma pessoa que tinha uma ideologia diferente, mas sempre respeitando [...]” (PARTICIPANTE 3).

Quando perguntei quais os planos para o futuro, em relação a sua participação política ela relata “[...] Eu acho que hoje é muito cedo para falar ainda. Se fosse hoje, eu acho que não voltaria a participar. Só se eu ainda me surpreender. Porque é muito difícil, até porque eu fui candidata de oposição. Infelizmente, eles ainda veem a gente como oposição. Mas eu não me vejo como oposição, eu me vejo como uma pessoa que tem posição, que é bem diferente de ser oposição. Uma pessoa que fala o que pensa, que tem uma ideologia e que não diz ‘amém’ pra tudo. E hoje, as pessoas estão acostumadas, principalmente os prefeitos, a ter aquele vereador que é de ‘cabresto’, ‘Você vai fazer isso, você vai votar isso, você vai fazer aquilo’. Não, eu vou fazer o que eu acho que é certo e, principalmente, tudo que é bom para o nosso povo. Então, você acaba ainda tendo muita dificuldade em conseguir muitas coisas. E isso frustra um pouco, porque você acaba sendo barrada. Mas tem umas pessoas que tem mais conhecimento que eu que me fala: ‘Não, Participante 3 você vai ver ainda, você vai gostar’ eu gosto, só que de repente eu estou assim passando por um momento que não está legal, entendeu? Eu tenho que mudar algumas coisas, estou batalhando para mudar. De repente, eu até mudo de opinião, mas hoje, eu não sei se eu seria candidata” (PARTICIPANTE 3).

O desejo dessa candidata para o futuro se expressa, ou se resume na palavra mudança, “Eu queria assim, que as pessoas mudassem, principalmente as mulheres, que acreditassem mais nas mulheres e que não existisse esse negócio de ‘vereador é da base’, porque aqui o

prefeito fala muito de ‘vereador da base’. Não existe base, você ganhou a eleição você está aqui num grupo. Política é grupo, aqui ninguém faz nada sozinho, nós precisamos de 9 votos, nós precisamos de 5 votos, 6 votos. Eu nunca me considerei de oposição, então eu acho isso muito chato” (PARTICIPANTE 3).

Sobre os frutos de sua participação na câmara de vereadores de Ivaiporã, ela pretende deixar alguns projetos, cita: “[...] *Sim, com certeza, esse projeto da procuradoria da mulher também que a gente está batalhando. Que agora eu vou ter mais tempo para me dedicar [...]. Eu acredito que vai ser bem legal, sabe? Eu quero batalhar pelo Projeto de Libras enquanto disciplina obrigatória nas escolas municipais, nem que seja um projeto à parte [...]*” (PARTICIPANTE 3).

A participante 4 por sua vez ao analisar a conjuntura local, considera que muitas mulheres que se candidatam até possuem o “[...] *interesse político, mas muitas têm pouca representatividade e talvez não mostraram a garra que deveriam mostrar, o empenho que deveria mostrar. Não foram buscar o voto”* (PARTICIPANTE 4).

Podemos analisar através da entrevista da participante 3 e 4 (que são candidatas que tiveram a oportunidade de exercer um mandato eletivo), que ao serem questionadas sobre o que as levou ao êxito eleitoral, argumentam sobre o “empenho/ garra” que tiveram no processo de campanha.

A participante 4 é um pouco mais incisiva nessa análise do argumento do empenho na candidatura e compara: “*Eu chegava a cobrar as outras, falava assim ‘vamos, vamos, vamos, vamos’ então, algumas diziam ‘Ai, ai, hoje eu não quero, estou cansada’, ‘Ai, hoje não’. Eu acho que tudo que a gente abraça tem que abraçar com muita vontade, para você conseguir. Então, nesse ponto eu sempre fui muito guerreira de falar: ‘Se eu entrei, eu vou entrar porque eu vou, eu não quero ser a última, nem a do meio, eu quero ser a primeira’”* (PARTICIPANTE 4).

Nesse sentido, para a participante 4, a baixa inserção das mulheres na câmara de vereadores local não é um problema, conforme declara: “*Não, não considero um problema, tem mulheres, muitas mulheres que foram candidatas, mas as mulheres tinham pouca representatividade”* (PARTICIPANTE 4).

Todavia, ela também expressa que historicamente: “*As mulheres não tinham a voz que elas têm hoje. A mulher atualmente pode estar em qualquer lugar, ela pode falar, se eu estiver no meio de vinte homens não tenho problema nenhum em ser mulher. De estar lá e discutir com*

todos os vinte homens e fazer valer a minha ideia, minha opinião, entendeu?”
(PARTICIPANTE 4).

Em relação aos projetos que ela busca defender em sua atuação no poder legislativo a participante 4, explica que o seu foco é a prevenção, pois: *“eu acho que a prevenção é o melhor caminho, para uma sociedade melhor, porque se a gente alimentar bem as nossas crianças, a gente educa bem as nossas crianças, nós vamos ter adultos mais educados, adultos mais saudáveis e a melhor idade nós temos que cuidar daqueles que são a história do nosso país”*. E complementa sobre os projetos para o futuro: *“[...] eu gosto de administrar, eu gosto de executar, cada um tem um dom, e o meu dom não é legislar nem criar leis, e sim, desenvolver projetos, eu sei buscar recursos. Eu sei como fazer para que os projetos sejam executados e aqui dentro do legislativo é muito difícil. Por isso, eu quero me candidatar para o executivo”*
(PARTICIPANTE 4).

A violência vivenciada durante o processo de campanha deixou marcas na subjetividade da participante 5, que explica que uma das razões pela escolha de não se lançar em uma recente disputa eleitoral, está relacionada ao receio de nova exposição a situação violenta: *“Eu fiquei com receio, nessa última eleição que teve, eles me chamaram de novo para sair candidata, só que aí eu soube que ele ia sair candidato de novo, aí eu falei: “Se o fulano for participar, eu não vou, porque às vezes pode acontecer...”. E aí eu não participei”* (PARTICIPANTE 5).

Embora, tenha vivenciado circunstâncias adversas ela declara *“[...] continuo filiada ao partido, depois que passou a eleição, eu soube que ainda tem reuniões só que não me chamaram. E eu também não vou, porque eu não sei onde fica as reuniões, porque se eu soubesse eu ia para participar para estar mais por dentro”* (PARTICIPANTE 5). E manifesta que: *“[...] futuramente eu penso, eu penso em entrar mais uma vez, porque agora eu já sei, já entendo um pouco mais da realidade [...], então estimulou meu conhecimento um outro conhecimento de política [...].”* (PARTICIPANTE 5). A percepção da participante 5 pode ser relacionada a análise de Pateman (1992) sobre a função educativa da participação, que preconiza que na medida em que os indivíduos passam a participar eles vão desenvolvendo qualidade que os tornam cada vez mais capacitados para fazê-lo.

Sobre o quadro atual da política municipal a participante 6 pondera: *“Ainda tem muita coisa errada por aí. Que não é nada transparente, mas em vista, assim, do que era no tempo do coronelismo, né? Mudou bastante, né? Mudou. É, mas ainda há coisa errada”*
(PARTICIPANTE 6).

Sobre a possibilidade de candidatar-se na próxima eleição, a participante 6 relata que: *“Na minha concepção, não, uma que a minha idade já está avançada né? Eu também tenho que pensar em mim, não é verdade? Você sai, você passa nervoso, foi bom para mim fazer campanha dessa última vez, porque eu voltei no meu peso normal, fiquei andando, né? Essas são as partes boas, viu? Eu também gosto de conversar, então, eu chego numa casa aí eu demoro demais, porque eu a pessoa oferece um cafezinho, apesar de eu não ter muito costume de ficar tomando cafezinho. Mas às vezes até tomo, e eu gosto de fruta, onde tem fruta eu estou”* (PARTICIPANTE 6).

A participante 6 termina a sua entrevista com a seguinte consideração: *“Acho que toda mulher tem que participar, ganhando ou não, para mim é uma experiência de vida. Mas eu acho que todo mundo tem que passar por isso, tem que tentar pelo menos. Quem tem objetivo de fazer uma coisa para o próximo, porque se for lá só para ganhar o salário, igual muita gente faz, aí não adianta, porque vereador não é isso, sabe? O vereador não é funcionário, isso não é emprego, ele está lá, para ajudar a população, precisa ter perfil de ir lá ver o que as pessoas estão precisando, de ir na Vila, no bairro, porque o cara ganha, e ele nunca mais aparece no lugar que ele foi pedir voto. Isso é uma grande reclamação hoje? É reclamação geral de todo mundo, as pessoas dizem: ‘Ah deixa ele aparecer aqui. Ele ganhou e nunca mais colocou os pés aqui!’”* (PARTICIPANTE 6).

A participante 7 relata que a sua experiência de participação em uma campanha política permitiu compreender uma outra faceta da sua personalidade, que estava oculta devido ao preconceito que ela dizia nutrir sobre os assuntos políticos, trata-se de uma nova potencialidade descoberta através do autoconhecimento, e que ela pretende explorar, conforme explica: *“Hoje olhando de fora, eu gostaria de participar na próxima eleição, mas na organização, não como candidata, eu gostei, eu me descobri na política, na gestão, nesse meio. Nasceu uma nova participante 7, que hoje eu vejo que eu estou na, digamos, na organização, eu chamo de comissão de frente. Nas próximas campanhas eu quero estar nessa comissão de frente. Eu gosto da batalha e da disputa, eu sou uma pessoa muito competitiva comigo mesma, eu quero dar o meu melhor”* (PARTICIPANTE 7). E complementa: *“A linha de frente é também muito importante. Porque uma campanha não anda sozinha. A campanha começa um tempo antes e ninguém faz nada sozinho, nem uma campanha política. A gente tem pessoas que foram contratadas como parceiros jurídicos e eles eram o nosso Norte no desespero, às vezes em uma postagem, em uma frase errada e, isso é muito importante, principalmente em uma campanha*

séria, de um grupo sério. Eram pessoas profissionais, e eu gosto de gente assim” (PARTICIPANTE 7).

A participante 8 faz o seguinte diagnóstico sobre a conjuntura municipal: “[...] *é um problema não ter muita mulher na política, nós tínhamos que ter pelo menos uns 50%. Porque o nosso olhar é muito importante, eu acho o olhar de todos importante, mas eu acho que a mulher tem mais sensibilidade para perceber o que tem que melhorar, no que tem de ser trabalhado, principalmente para enxergar os problemas, senti os problemas. Então, 50% de mulheres iriam ajudar muito[...]” (PARTICIPANTE 8).*

E explica na sequência que: “*Eu acho que existem vários motivos para que as mulheres não participem, não é fácil ser mulher e política, não é fácil, porque você tem que conciliar, porque a gente já vem de uma jornada dupla que é a casa e o trabalho e aí mais a política, seria mais uma... Nós temos um excesso de responsabilidade, é esse excesso de responsabilidade que tem atrapalhado a mulher a entrar na política” (PARTICIPANTE 8).*

No mais, pondera que: “*E se tem mulher que não se interessa por política, é porque elas não foram trabalhadas para isso. Não foi dado condições para elas, e quando eu digo condições é ter uma vida menos atribulada, em casa para falar a verdade, o marido pode até ajudar, mas a maioria das coisas é a mulher que acaba fazendo. Que tem que ficar pensando se tem isso, que tem que fazer aquilo. Eu vejo esses dois problemas, que é o excesso de responsabilidade das mulheres e a falta de acolhimento, porque eu vejo, se eu não tivesse sido acolhida como eu fui, eu não teria sido candidata. Tem que ter um acolhimento e um trabalho voltado para as mulheres, eu já me interessava, mas eu acho que tem que desenvolver um trabalho para fazer as mulheres a se interessar, embora eu ache que muitas já se interessam. E dar condição, condição de tempo” (PARTICIPANTE 8).*

Sobre o contexto atual, a participante 8 relata: “*Eu não me candidataria novamente (risos), eu recusei muitos convites depois”.* E complementa que: “*Eu permaneço filiada ao partido de esquerda e algumas vezes eu participo das reuniões do diretório, eu já participei também como membro do diretório nos últimos anos. Agora não, agora eu não estou. Agora eu estou bem afastada, eu tenho um neto que mora comigo, então nesses últimos sete anos, eu me dediquei mais ao meu neto, não participei diretamente da política, mas o olhar está atento. E se for preciso gritar eu grito ainda (risos)” (PARTICIPANTE 8).*

A participante 8 finaliza a sua explanação dizendo que: “*Eu espero que a gente tenha a nível de Brasil, alguma política pública que possa dar subsídio para essas mulheres que gostam de política, que querem entrar na política, poder entrar! Tem que ter mais igualdade de tempo*

... Eu sei lá, de direitos. Eu queria que tivesse isso, porque eu vejo o olhar e a opinião da mulher como algo muito importante, o olhar só do homem empobrece a política. Espero ver política públicas nesse sentido” (PARTICIPANTE 8).

Diante do relato expresso através das entrevistas é possível visualizar que a vocação é um ponto mencionado, contudo, as questões estruturais que dificultam a participação acabam ocupando maior centralidade na ordem de argumentos elencados por essas mulheres.

5 CONCLUSÃO

O objetivo dessa dissertação foi compreender os desafios e possibilidades dispostos na trajetória social, histórica e cultural de mulheres que concorreram ao cargo de vereadora, no período de 1988- 2020, no município de Ivaiporã – PR.

Ao fim da pesquisa, foi possível compreender que o município de Ivaiporã - PR, necessita avançar em políticas públicas de gênero com o objetivo de diminuir as assimetrias que envolvem a participação das mulheres na esfera pública, em especial, no campo da política representativa. Devemos compreender que a participação das mulheres está relacionada a um conjunto de fatores estruturais que podem favorecer e determinar experiências que podem aproximá-las da política e, consecutivamente, permitir que elas desenvolvam repertórios e interesses por esta esfera político decisória.

Através da análise das entrevistas e dos questionários aplicados foi possível identificar que existe uma associação entre mulher candidata e família que apresenta um ou mais membros com histórico de candidatura para cargo eletivo, sendo que dos 19 questionários aplicados, 11 candidatas acabaram sinalizando essa característica. Informação semelhante pode ser visualizado em trechos da coleta de dados das participantes: 1, 2, 3, 5, 6 e a participante 7 citou no questionário, apesar de não relatar isso em entrevista.

Outro dado importante sobre o perfil de participação das mulheres candidatas, a saber: experiência profissional no campo da educação. Foi possível verificar através das entrevistas das participantes 2, 5, 6 e 8 que elas exerceram e/ou exercem o cargo de professora e/ou de diretora/vice-diretora de escola. Em relação as 19 candidatas que responderam ao questionário, 10 tem e/ou tiveram vinculação com instituição escolar nos termos supracitados.

Um indicativo de desafio cultural e histórico, apresentado nesta pesquisa é a persistência de um traço de corrupção (prática de condutas vedadas e compra de votos na política local), esse assunto é apresentado nas entrevistas das participantes 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, que participaram de processos eleitorais no período de 1988-2020. Em um primeiro momento a luta contra a corrupção na política foi mencionada como uma bandeira de enfrentamento, contudo também foi apontada como um fator que leva a redução do desejo de participação.

Ao analisar as entrevistas, é possível visualizar outro desafio social vinculado a rivalidade entre os candidatos. Em geral, as participantes expressam que a rivalidade existe no processo de campanha, porém não se materializou como uma forma de violência política entre candidatos, algumas das participantes chegam a mencionar que o discordar era respeitoso

(participante 1, participante 3, participante 8), com exceção da participante 5 (candidata parda e que vivia em bairro afastado da área central de Ivaiporã), que cita três episódios violentos que sofreu durante a campanha eleitoral, o que culminou na recusa em participar de um segundo processo eleitoral. Logo, podemos sugerir que a violência política de gênero é outro desafio à participação em instâncias da política representativa. Inclusive, os dados obtidos sugerem a necessidade de explorar a temática, visto que parece haver uma dificuldade cultural em se perceber em situação de violência política, o que pode vir a contribuir para que a violência nesse campo seja naturalizada. No mais, é necessário que toda candidata saiba como e em quais circunstâncias é possível proceder com a formalização de uma denúncia deste tipo.

A partir dos dados coletados nessa pesquisa, existe uma indicação de que em âmbito local, a hipótese da literatura sobre a valorização dos recursos pessoais como elementos determinantes das possibilidades de participação, em especial do tempo livre como requisito para o desempenho e ambição de cargos políticos se mostrou verdadeira, o que indica que um Estado Mínimo, que reforça a proteção social de tipo familista (em que o provimento do cuidado é pautado na disposição e acesso de recursos privados) resulta no desfavorecimento da potencialidade da participação das mulheres em disputas eleitorais.

Logo, é necessário reafirmar que o planejamento do processo de campanha eleitoral em relação a questões de agenda e programação de eventos políticos não é um detalhe para as mulheres, ainda mais, quando é perceptível através da análise das entrevistas, que uma queixa recorrente é a ausência de tempo e a dificuldade em conciliar os compromissos e as múltiplas tarefas da esfera pública e privada, sendo assim, a incorporação de um planejamento é fundamental para garantir condições de participação. Inclusive, essa parece ser uma condição para que as mulheres consigam atingir uma maior profissionalização no processo de campanha. Todavia, o campo político parece não dispor dessa previsibilidade, o que também pode indicar uma “regra do campo” que atua de forma estratégica para a manutenção do *status quo* que valoriza a participação de um ator que tem ao seu dispor um maior número de recursos, especialmente de tempo, e que possua menor conjunto de responsabilidades no âmbito privado.

Em contrapartida, podemos compreender através das entrevistas que a estruturação das políticas públicas, é um fator histórico que corrobora com o processo de participação política das mulheres em uma disputa eleitoral.

Todas as participantes relataram valorizar a experiência de campanha como um processo educativo necessário, pois ele permitiu o aperfeiçoamento pessoal, profissional e comunitário. Outro aspecto que favorece a permanência no campo político e, que foi citado por todas as

participantes, é o acolhimento e o incentivo familiar e/ou de amigos. Inclusive, as participantes citam ter experienciado esse incentivo, exceto a participante 6.

Ao fim, é possível compreender que em âmbito local, as mulheres citam que o apoio familiar é um fator decisivo para o aceite em participar de uma disputa eleitoral, através dos relatos apresentados por essas mulheres fica evidente que o interesse por política não leva necessariamente ao engajamento em uma disputa eleitoral. Ao observar atentamente as entrevistas é possível detectar que em cada discurso existe um intervalo de tempo entre a primeira manifestação do interesse em formular alternativas para os problemas comunitários e a tomada de decisão em protagonizar o papel de candidata em uma disputa eleitoral.

No caso das entrevistadas, a ação que foi decisiva para o transpor desse limite, que envolve a esfera pública e que culminou no processo de apresentação comunitária da participação dessas mulheres, enquanto candidatas em uma disputa eleitoral, pode ser expressa em duas ordens: 1) *Mudança de estado civil (viuvez)* - expresso pela participante 1 e 2) *Convite à Participação* - expresso pelas participantes 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, embora elas tenham apresentado motivações diferentes para a seleção do seu perfil pelos representantes do partido, que vão desde a necessidade de cumprir a regra eleitoral de cota de sexo à confiança creditada no trabalho que poderiam vir a desenvolver caso eleitas.

O convite a participação por parte dos representantes do partido, nos leva a outro fator citado pelas participantes dessa pesquisa como sendo um vetor que dificulta a ampliação da participação de mulheres, que é a ausência de apoio dos partidos políticos. De fato, a presente pesquisa revelou que a primeira vez que a disputa eleitoral em Ivaiporã em que foi cumprida a cota eleitoral sobre o mínimo de 30% de candidaturas por sexo, ocorreu na eleição de 2012, após o advento da lei federal nº 12.034/2009. Contudo, percebe-se que essa ação não exerceu efeito direto no processo de ampliação do número de mulheres que foram eleitas, a ampliação do número de mulheres eleitas só começa a se transformar na eleição de 2020.

Nesse sentido, compreendo que o cumprimento da cota eleitoral não pode ser visualizado como uma medida finalística, é necessário instituir e combinar outras políticas públicas que produzam mudanças estruturais nos papéis sociais de gênero, juntamente com um processo de formação e recrutamento de forma a ampliar a participação das mulheres e a sua real possibilidade de inserção na câmara municipal, isto é, a execução de um conjunto de medidas que torne a cota um instrumento forte que viabilize um incremento quantitativo da massa crítica necessária para a mobilização e movimentação dos recursos institucionais em prol das pautas e demandas expressas por essas mulheres.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA:

ANDRADE, Carlos Drummond. “Nosso Tempo”. In: ANDRADE, Carlos Drummond. **Poesia e Prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1983.

AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

AIRES, Maria Cristina Andrade. A Dimensão Representativa Da Participação Na Teoria Democrática Contemporânea. **Revista Debates**, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/10884/6846> > Acesso em 28 mai. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020
ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/NSTZHR6nhF4PfNDhS6s6mwr/?lang=pt>> Acesso em 30 ago. 2021.

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). **Mulheres nas Eleições 2010**. São Paulo: ABCP; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.
ARAÚJO, Clara. **As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais**. In: Revista de Ciências Sociais, v.44 n.1, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/Scw9NG5yy3MwysqCWYLKSrk/?lang=pt#>> Acesso em: 04 jun. 2021.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 31 Ed; tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2009.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campo, VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. **Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros**. In *SciELO Preprints*. Disponível em <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2552/version/2701>> Acesso 28 mai. 2022.

BORBA, J. (2012). PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: A CENTRALIDADE DOS REPERTÓRIOS. **Revista Debates**. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26167> > Acesso em 28 mai. 2022.

BOURDIE, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Cultura e Política In: **A distinção**: Crítica social do julgamento / tradução Daniela Kern, Guilherme J. F. Teixeira. 2º Ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade/ tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/MyFKg4jJ4dBr6Zzfpb7vL9Q/?lang=pt>> Acesso em 30 de ago. 2021.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, Maria Luiza Walter. **Divisão sexual do trabalho no Senado de Brasil e Argentina**: projetos de lei em análise. Dissertação (mestrado)—Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Estudos Latino-Americanos, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, 2018. Dissertação disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/34649>> Acesso em 10 fev. 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: abril Cultura: Brasiliense, 1984.

DAHLERUP, Drude, de uma pequena a uma grande minoria: uma teoria da “massa crítica” aplicada ao caso das mulheres na política escandinava (Conferência ao XI Congresso Mundial de Sociologia, Nova Delhi, 1986). In: **Debate Feminista**. Cidadania e feminismo.

DE BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**: A experiência vivida / tradução Sérgio Milliet. 3º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Vol.2, 2016.

DE MELO, Hildete P.; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: Quem faz? In: **Revista de Economia contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/n6MkFMkdcWNq4JfhfzW7DQh/?format=pdf>> Acesso em 28 mai. 2022.

DE SOUZA, Eloisio Moulin; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ram/a/qRZmRRR4rgtp5sy8dNXLq6M/?lang=pt>> Acesso em 30 ago. 2021

DELLA PORTA, Donatella. Introdução a Ciência Política. Tradução Eduardo Saló. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. A práxis liberal e a cidadania regulada. In: DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

FARIAS, Cezar Felipe Cardozo (2020). **A terra não estava vazia e a mata não era virgem: a história da fazenda Ubá no Vale do Ivaí - PR (1853-1929)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2020. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/dissertacoes-e-teses/dissertacoes/cezar-felipe-cardozo-farias.pdf>> Acesso em 10 fev.2022.

FREIDENBERG, Flavia, GARCÍA, Sara Lajas. De la cuota a la paridad: las reformas para mejorar la representación política de las mujeres en América Latina. In: **Proyecto de Reformas Políticas en América Latina (1978-2015)**. Washington, D.C.: Secretaría de Asuntos Políticos de la Organización de los Estados Americanos (SAP/OEA). Disponível em: <<https://reformaspoliticas.org/wp-content/uploads/2019/09/DT-11.pdf>> Acesso em 04 jun. 2021.

GIMENES, Éder Rodrigo. **Método e Técnicas de Pesquisa: uma abordagem introdutória**. Maringá: UNICESUMAR, 2019.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1975.

GUERREIRO, Silas (org.) **Antropos e Psique: O outro e sua subjetividade**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2001.

HERTZ, Robert. A proeminência da mão direita: Um estudo sobre a polaridade religiosa. In: **Religião e Sociedade**, vol.06, 1980. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3131843/mod_resource/content/1/Hertz_Preemin%C3%Aancia%20da%20m%C3%A3o%20direita.pdf> Acesso em 28 mar. 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo In: HIRATA, Helena; Françoise, LABORIE, Hélène Le Doaré, SENOTIER, Danièle (org). Dictionnaire critique du féminisme. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003. Disponível em <http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf> Acesso em: 29 jul. 2016.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIË, Dominique; PINTO, Louis. **Iniciação à prática sociológica**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.

LOUREIRO, I. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 63-93.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2º Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**/Tradução Rosa Krausz. 2º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 18 Ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2003, n. 20, pp. 115-134. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3636/2893>>. Acesso em 28 mai. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREIRA, Natália de Paula; BARBERIA, Lorena Guadalupe. Por que elas são poucas? Uma revisão sobre as causas da baixa presença de mulheres no Congresso brasileiro. IN: **BIB**, São Paulo, n. 79, 1º semestre de 2015, pp. 38-56.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Eleições no Brasil: Do império aos dias atuais**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Representantes de quem?** Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**/ tradução Marta Avancini. 2º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAUGAM, Serge. “Afastar-se das pré-noções”. In: PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Rio de Janeiro, Vozes, 2015.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. **Financiamento De Campanhas: O Brasil Em Perspectiva Comparada**. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2289/1857>> Acesso em 30 ago. 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PITKIN, H. O conceito de representação. In CARDOSO, F. H; MARTINS, C. E. (Org.). **Política & Sociedade**. Volume 2. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/516527734/PITKIN-Hanna-O-conceito-de-Representacao>> Acesso em 28 mai. 2022.

PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Fareso, 1985.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: Palavras, instituições e idéias. In: **Lua Nova**, São Paulo, nº 67: pp.15-47, 2006. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/pitkin.pdf> Acesso em 11 jul. de 2021.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, nº. 1, p. 268-90, 2001.

RIBEIRO, E. A. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2011.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. UFSC, 2012.

SACCHET, T. **Democracia pela metade**: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. Cadernos Adenauer XIV, n.2, p. 85-107. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=220f76c1-41f1-2573-48fc-21015b31525d&groupId=265553> Acesso em 05 jun. 2021.

SACCHET, T. **Que reforma política interessa às mulheres?** Cotas, sistema eleitoral e financiamento de campanha. Disponível em: <https://www.academia.edu/46679763/Que_reforma_pol%C3%ADtica_interessa_%C3%A0s_mulheres_Cotas_sistema_eleitoral_e_financiamento_de_campanha> Acesso em 30 ago. 2021

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia. IN: **BIB**, São Paulo, n. 80, 2º semestre de 2015, pp. 103-117.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SECCHI, Leonardo (Org.). **Políticas Públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concurso. 3º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SOUZA, Jéssé. **Subcidadania brasileira**: Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SULLEROT, Évelyne. **A Mulher no Trabalho**: História e Sociologia / tradução Antônio Teles. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, 2006, nº. 67, p.191-228.

DOCUMENTOS:

BRASIL. INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA. **Nota Técnica nº 24/2016**: Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6524/1/Nota_n24_Mulheres_trabalho.pdf> Acesso em 28 jun.2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 28 jun. 2021.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **ESTATÍSTICAS ELEITORAIS**. Disponível em <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>> Acesso em 28 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: O que bem se diz bem se entende, 2014. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf> Acesso em 29 jun. 2021.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**. Genebra, 2021. Disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=4&year=2021>> Acesso em 22 jun. 2021.

FLEURY- TEIXEIRA, Elizabeth (Org.). **Dicionário Feminino da Infância**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

BRASIL, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas Eleitoral**. Disponível: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>> Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Questionário mulheres na política** - setembro/2014. Disponível em <https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMvyR64wNQ_MDA_51934_/quest_03907.pdf> Acesso em 25 jun. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/23701-divisao-territorial-brasileira.html?t=downloads>> Acesso em 28 mai. 2022.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **RESOLUÇÃO Nº 236, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021**. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Dez/23/diario-da-justica-eletronico-tse-edicao-eleitoral/resolucao-no-23-671-de-14-de-dezembro-de-2021-altera-a-res-tse-no-23-610-de-18-de-dezembro-de-2019-q>> Acesso em 28 mai. 2021.

BRASIL. CÓDIGO ELEITORAL, **LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4737compilado.htm> Acesso em 28 mai. 2022.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc58.htm> Acesso em 28 mai. 2022.

BRASIL.SENADO FEDERAL. PROPOSTA À EMENDA DA CONSTITUIÇÃO Nº 18. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc58.htm> Acesso em 28 mai. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm> Acesso em 28 mai. 2022.

BRASIL. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm> Acesso em 28 mai. 2022.

IBOPE. **QUESTIONÁRIO AMOSTRA**. Disponível em <https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMr0SK4wNQ_MDA_587c5_/quest_04622.pdf> Acesso em 25 jun. 2020.

IBGE. **QUESTIONÁRIO BÁSICO CENSO DEMOGRÁFICO 2020**. Disponível em <https://censo2020.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ba7ebcb8ad1eb3d4d1e103c9033d5404.pdf> Acesso em 25 jun. 2020.

IBGE. **QUESTIONÁRIO AMOSTRA CENSO DEMOGRÁFICO 2020**. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/bd918f26b77d18d86c251e7b1f7c1a70.pdf> Acesso em 25 jun. 2020.

IBGE. PANORAMA IVAIPORÃ. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ivaipora/panorama>> Acesso em 28 mai. 2022.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **ELEIÇÕES MUNICIPAIS**. Disponível em < <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/> > Acesso em 28 jun. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas Eleitorais 2016** – Eleitorado. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/eleicoes-2016>> Acesso em: 07 set. de 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultados de eleições municipais TRE-PR**. Disponível em < <http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>> Acesso em 20 ago. de 2016.

BRASIL. **LEI Nº 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm> Acesso em 28 mai. de 2022.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc58.htm> Acesso em 28 mai. de 2022.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc111.htm> Acesso em 28 mai. de 2022.

BRASIL. **LEI Nº 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021**. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm> Acesso em 28 mai. de 2022.

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em 28 mai. de 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITÓRIAL. **Perfil territorial Vale do Ivaí - PR**. Disponível em < http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_225_Vale%20do%20Ivai%20-%20PR.pdf> Acesso em 07 fev. 2022.

IVAIPORÃ. **CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**. Disponível em <<https://www.cmivaipora.pr.gov.br/?pag=T0dRPU9EZz1PR0U9T0dVPU9UZz1PVE09T0RnPU9XUT1PV1U9T1dRPU9HTT1ZVEE9>> Acesso em 08 mai. 2022.

IVAIPORÃ. **CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**. Disponível em <<https://cmivaipora.pr.gov.br/?pag=T0dRPU9EZz1PR0U9T0dVPU9UZz1PVE09T0RnPU9XUT1PV1U9T1dRPU9HTT1ZVEE9>> Acesso em 15 mai. 2022.

PARANÁ, IPARDES. **Municípios do Paraná**. Disponível em:
<http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Municipios-do-Parana>

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO

Prezada Senhora/Senhorita:

Gostaríamos de convidar você para participar da pesquisa “**Mulheres e poder local: um estudo sobre a representação na esfera legislativa do município de Ivaiporã-PR**”, que tem como objetivo desenvolver uma análise em profundidade a respeito dos desafios e as possibilidades encontradas pelas mulheres em sua trajetória sócio histórica e cultural de participação em esferas da democracia representativa, em âmbito legislativo, no município de Ivaiporã- PR.

Esclarecemos que a sua participação é totalmente voluntária, podendo: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos também que as informações serão utilizadas para fins de pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

O preenchimento do questionário dura aproximadamente 35 minutos.

Desde já agradeço a sua contribuição!!

Alana Morais Vanzela
Mestranda em Ciências Sociais - UEM

BLOCO I. DADOS GERAIS

P1. Qual o seu nome: _____

P2. Qual a sua data de nascimento: _____

P3. Qual é a sua religião, culto ou crença?

- 1 () Umbandista
- 2 () Candomblé
- 3 () Evangélico
- 4 () Espírita
- 5 () Protestante
- 6 () Católico
- 7 () Ateu
- 8 () Budista
- 9 () Santo Daime / Esotérica
- 10 () Outra. Especifique: _____

P4. Em relação a religiosidade/crença, você se considera uma pessoa:

- 1 () Muito religiosa
- 2 () Religiosa
- 3 () Pouco Religiosa
- 4 () Nada Religiosa

P5. Você se identifica como tendo qual raça?

- 1 () Branca
- 2 () Preta
- 3 () Amarela
- 4 () Parda
- 5 () Indígena
- 6 () Outra. Especifique: _____

P6. Quando você se candidatou pela primeira vez, em que bairro você morava:
Especifique: _____

P7. Quando você se candidatou pela primeira vez, você exercia alguma atividade remunerada?

- 1 () Sim
- 2 () Não

P8. Se você respondeu “SIM” na questão a P7. Qual era a sua ocupação na época?

- 1 () Empregado em instituição pública
- 2 () Empregado em instituição privada
- 3 () Patrão
- 4 () Conta própria (autônomo)
- 5 () Outro. Especifique: _____

P9. Em sua primeira candidatura, qual era aproximadamente a renda familiar, isto é, somando a renda de todos que moram no domicílio, qual era o número de salários mínimos que vocês recebiam na época?

- 1 () Até 1 salário mínimo.
- 2 () Até 2 salários mínimos.
- 3 () De 3 a 4 salários mínimos.
- 4 () De 5 a 7 salários mínimos.
- 5 () Até 10 salários mínimos.
- 6 () Mais de 20 salários mínimos.

P10. Dessa renda familiar, qual era aproximadamente o valor da sua renda pessoal?

- 1 () Até meio salário mínimo.
- 2 () Até 1 salário mínimo.
- 3 () Até 2 salários mínimos.
- 4 () De 3 a 4 salários mínimos.
- 5 () De 5 a 7 salários mínimos.
- 6 () Até 10 salários mínimos.
- 7 () Mais de 20 salários mínimos.
- 8 () Não tinha renda

P11. Em sua primeira candidatura, qual era o seu nível de escolaridade?

- 1 () Lê e escreve / Nunca Frequentou a Escola
- 2 () Ensino Fundamental Incompleto
- 3 () Ensino Fundamental Completo
- 4 () Ensino Médio Incompleto
- 5 () Ensino Médio Completo
- 6 () Ensino Superior Incompleto
- 7 () Ensino Superior Completo.

8 () Pós-Graduação ou mais.

BLOCO II. DADOS DA CANDIDATURA E APOIO POLÍTICO
--

P12. Você possui atualmente alguma dessas filiações?

	SIM 1	NÃO 2
a) Sindicato		
b) Associação profissional		
c) Partido Político		
d) Associação de proprietários de terras/fazendeiros		
e) Associação de comerciantes e/ou empresários		

P13. Se você respondeu “SIM” para Partido Político. Qual o partido em que atualmente está filiada?

Especifique: _____

P14. Em uma escala que vai do “1- Muito importante ao 5- Sem importância” avalie o nível de importância das motivações que levam uma pessoa à escolher um partido político para se filiar?

	Muito Importante 1	Importante 2	Irrelevante 3	Pouco Importante 4	Sem Importância 5
a) O Programa/Ideologia que o Partido Representa					
b) Ser um partido de gente honesta					
c) A atuação passada dos representantes do partido					
d) Ter amigos e parentes no partido					
e) Ser apoiado por autoridades religiosas					

P15. Atualmente, existe algum partido político que representa a maneira como você pensa?

1 () Sim

2 () Não

P16. Se você respondeu “SIM” na questão P15. Qual partido é este?

1 () MDB (ex- PMDB)

2 () PTB

3 () PDT

4 () PT

- 5 () DEM (ex-PFL)
- 6 () PC do B
- 7 () PSB
- 8 () PSDB
- 9 () PTC (ex- PRN)
- 10 () PSC
- 11 () PMN
- 12 () PRP
- 13 () Cidadania (ex-PPS)
- 14 () PV
- 15 () PT do B
- 16 () Progressista (ex-PP)
- 17 () PSTU
- 18 () PPS (ex- PPCBPS)
- 19 () PRTB
- 20 () PHS
- 21 () PSDC
- 22 () PCO
- 24 () PSL
- 25 () Republicanos (ex-PRB)
- 26 () PSOL
- 27 () PR (ex-PL e ex-PRONA)
- 28 () Outro. Qual?_____.

P17. Você já se candidatou para outros cargos políticos:

- 1 () Sim.
- 2 () Não.

P18. Se você respondeu “SIM” questão P17. Descreva qual era o cargo político, ano da eleição e partido ao qual estava filiada:

Cargo político	Ano eleitoral	Filiação Partidária
1 () Prefeita		
2 () Deputada Estadual		
3 () Deputada Federal		
4 () Outro Cargo. Especifique._____		

P19. Ainda em relação as candidaturas descritas na questão anterior - P17. Você conseguiu se eleger em algum das candidaturas?

- 1 () Sim
- 2 () Não

P20. Nas campanhas eleitorais, você diria que existem diferenças ENTRE OS PARTIDOS:

- 1 () Grandes diferenças
- 2 () Pequenas diferenças

3 () Nenhuma diferença

P21. Na sua opinião os partidos representam mais:

- 1 () O conjunto da população
2 () Os próprios políticos
3 () Os eleitores e grupos vinculados a esses partidos.

P22. Você acha que os partidos DEVERIAM representar mais:

- 1 () O conjunto da população
2 () Os próprios políticos
3 () Os eleitores e grupos vinculados a esses partidos.

P23. Na campanha eleitoral, você acha que existem diferenças ENTRE OS CANDIDATOS:

- 1 () Grandes diferenças
2 () Pequenas diferenças
3 () Nenhuma diferença

P24. Qual a sua opinião sobre a contribuição/empenho do partido em relação a sua candidatura?

	Ano Eleitoral	Partido	Avaliação
1988	() Concorri () Não Concorri	Qual? _____	1 () Muito Boa 2 () Boa 3 () Regular 4 () Ruim 5 () Muito Ruim 6 () Não se Aplica
1992	() Concorri () Não Concorri	Qual? _____	1 () Muito Boa 2 () Boa 3 () Regular 4 () Ruim 5 () Muito Ruim 6 () Não se Aplica
1996	() Concorri () Não Concorri	Qual? _____	1 () Muito Boa 2 () Boa 3 () Regular 4 () Ruim 5 () Muito Ruim 6 () Não se Aplica
2000	() Concorri () Não Concorri	Qual? _____	1 () Muito Boa 2 () Boa 3 () Regular 4 () Ruim 5 () Muito Ruim 6 () Não se Aplica
2004	() Concorri () Não Concorri	Qual? _____	1 () Muito Boa 2 () Boa 3 () Regular 4 () Ruim

			5 () Muito Ruim 6 () Não se Aplica
2008	() Concorri () Não Concorri	Qual?_____	1 () Muito Boa 2 () Boa 3 () Regular 4 () Ruim 5 () Muito Ruim 6 () Não se Aplica
2012	() Concorri () Não Concorri	Qual?_____	1 () Muito Boa 2 () Boa 3 () Regular 4 () Ruim 5 () Muito Ruim 6 () Não se Aplica
2016	() Concorri () Não Concorri	Qual?_____	1 () Muito Boa 2 () Boa 3 () Regular 4 () Ruim 5 () Muito Ruim 6 () Não se Aplica
2020	() Concorri () Não Concorri	Qual?_____	1 () Muito Boa 2 () Boa 3 () Regular 4 () Ruim 5 () Muito Ruim 6 () Não se Aplica

P25. Qual a sua avaliação com a seguinte frase:

“Enquanto candidata, considero que tive um ótimo relacionamento com os demais candidatos HOMENS do meu partido”.

- 1 () Concordo muito
- 2 () Concordo pouco
- 3 () Nem concorda, nem discorda
- 4 () Discorda um pouco
- 5 () Discorda muito.

P26. Qual a sua avaliação com a seguinte frase:

“Enquanto candidata, considero que tive um ótimo relacionamento com as demais candidatas MULHERES do meu partido”.

- 1 () Concordo muito
- 2 () Concordo pouco
- 3 () Nem concorda, nem discorda
- 4 () Discorda um pouco
- 5 () Discorda muito.

P27. Assinale a alternativa que define a sua relação com a direção do partido em sua primeira candidatura:

- 1 () Tive um relacionamento ótimo
- 2 () Tive um relacionamento bom
- 3 () Tive um relacionamento regular/mediano
- 4 () Tive um relacionamento insatisfatório
- 5 () Tive um relacionamento péssimo

P28. Em sua primeira candidatura, você UTILIZOU/RECEBEU que tipo de financiamento:

- 1 () Financiamento com Recursos Próprios
- 2 () Financiamento com Recursos do Fundo Partidário/Eleitoral
- 3 () Financiamento de Empresas.
- 4 () Financiamento de Pessoas Físicas

P29. Que tipo de fonte de RECURSOS FOI PREDOMINANTE no financiamento de sua primeira campanha:

- 1 () Financiamento com Recursos Próprios
- 2 () Financiamento com Recursos do Fundo Partidário/Eleitoral
- 3 () Financiamento de Empresas
- 4 () Financiamento de Pessoas Físicas

P30. Em sua primeira candidatura, você era casada ou convivia com um/uma companheiro(a)?

- 1 () Sim
- 2 () Não

P31. Como era a divisão do trabalho doméstico em sua casa?

- 1 () Era a responsável pela maioria das tarefas da casa
- 2 () A divisão de tarefas era igual
- 3 () Eu tinha uma funcionária que me auxilia nas tarefas domésticas.
- 4 () Outro. Especifique: _____

P32. Você tinha filhos quando se candidatou pela primeira vez?

- 1 () Sim
- 2 () Não

P33. Se você respondeu “SIM” na questão P32. Algum dos seus filhos morava com você?

- 1 () Sim, maior de idade
- 2 () Sim, menor de idade
- 3 () Não
- 4 () Não se aplica

P34. Se você respondeu “SIM” na questão P32. Como era dividido o cuidado com os filhos na sua casa?

- 1 () Não se aplica
 2 () Você cuidava dos filhos na maior parte do tempo
 3 () A divisão do cuidado com os filhos era igualitária
 4 () Seu companheiro cuidava dos filhos a maior parte do tempo.
 5 () O filho estudava em tempo integral
 6 () Outro. Especifique: _____

P35. Com que frequência você conversa sobre política com parentes e amigos?

- 1 () Todos os dias
 2 () Às vezes
 3 () Raramente
 4 () Nunca

P36. Se NÃO existisse a OBRIGATORIEDADE DO VOTO, você votaria?

- 1 () Sim Votaria.
 2 () Não Votaria.

P37. A seguir serão apresentadas algumas formas de protesto, e gostaria que você apresentasse a sua opinião sobre a sua participação em cada um dos eventos:

	Já participei	Participaria	Não participaria
a) Assinar um abaixo assinado			
b) Passeatas			
c) Participar de greve			
d) Bloqueio de estradas			
e) Ocupação de prédios públicos			
f) Ocupação de terras			
e) Utilizar a internet ou redes sociais para manifestações e debates políticos			

P38. Você tem o hábito de utilizar algum dos recursos listados abaixo como meio de se manter informada?

Tipo de Recurso	Utiliza?	Frequência?
a) Redes sociais (<i>Facebook, Instagram, Twitter</i>).	1 () SIM 2 () NÃO	1 () Não utilizo 2 () Uma vez por semana 3 () Até duas vezes por semana 4 () Cinco vezes por semana 5 () Todos os dias
b) <i>Whatsapp</i>	1 () SIM 2 () NÃO	1 () Não utilizo 2 () Uma vez por semana 3 () Até duas vezes por semana 4 () Cinco vezes por semana 5 () Todos os dias
c) Telejornais,	1 () SIM 2 () NÃO	1 () Não utilizo 2 () Uma vez por semana

		3 () Até duas vezes por semana 4 () Cinco vezes por semana 5 () Todos os dias
d) Jornal Impresso ou em meio digital	1 () SIM 2 () NÃO	1 () Não utilizo 2 () Uma vez por semana 3 () Até duas vezes por semana 4 () Cinco vezes por semana 5 () Todos os dias
e) Programas de rádio	1 () SIM 2 () NÃO	1 () Não utilizo 2 () Uma vez por semana 3 () Até duas vezes por semana 4 () Cinco vezes por semana 5 () Todos os dias
f) Pesquisas de institutos e órgãos oficiais (IBGE, IPARDES, OMS, entre outros).	1 () SIM 2 () NÃO	1 () Não utilizo 2 () Uma vez por semana 3 () Até duas vezes por semana 4 () Cinco vezes por semana 5 () Todos os dias
g) Conversas com colegas de trabalho.	1 () SIM 2 () NÃO	1 () Não utilizo 2 () Uma vez por semana 3 () Até duas vezes por semana 4 () Cinco vezes por semana 5 () Todos os dias
h) <i>Podcasts</i>	1 () SIM 2 () NÃO	1 () Não utilizo 2 () Uma vez por semana 3 () Até duas vezes por semana 4 () Cinco vezes por semana 5 () Todos os dias
i) Revistas mensais/semanais	1 () SIM 2 () NÃO	1 () Não utilizo 2 () Uma vez por semana 3 () Até duas vezes por semana 4 () Cinco vezes por semana 5 () Todos os dias

P39. Em sua primeira candidatura, os seus familiares demonstram em relação a sua candidatura?

- 1 () Muito apoio
2 () Apoiaram um pouco
3 () Foram indiferentes
4 () Não apoiaram

P40. Se você respondeu que recebeu "Muito Apoio ou Apoiaram um pouco" na questão P39. De qual familiar (ou de quais familiares) você recebeu apoio?

- 1 () Não aplica (não recebi apoio).
- 2 () Pai
- 3 () Mãe
- 4 () Companheiro
- 5 () Filhos
- 6 () Tio ou Tia
- 7 () Primo ou Prima
- 8 () Irmão ou Irmã
- 9 () Outro. Qual? _____

P41. Você tem familiares que já concorreram à cargos políticos?

- 1 () Sim
- 2 () Não

P42. Se respondeu "SIM" na questão P41. Esses familiares eram:

- 1 () Não se aplica
- 2 () Pai
- 3 () Mãe
- 4 () Companheiro
- 5 () Irmão ou Irmã
- 6 Outro. Especifique: _____

P43. No total, quantas vezes esses familiares concorreram à cargos políticos?

- 1 () Não se aplica.
- 2 () Uma vez
- 3 () Duas vezes
- 4 () Três vezes
- 5 () Outro. Especifique: _____

P44. Quais cargos políticos esses familiares concorreram?

- 1 () Não se aplica.
- 2 () Prefeito/Vice- Prefeito
- 3 () Vereador
- 4 () Governador/Vice-Governador
- 5 () Deputado Estadual
- 6 () Deputado Federal
- 7 () Senador

P45. Algum dos seus familiares conseguiu se eleger?

- 1 () Não se aplica.
- 2 () Sim, uma vez.
- 3 () Sim, duas vezes.
- 4 () Sim, três vezes.
- 5 () Não
- 6 () Outro. Especifique: _____

P46. Você considera que esse familiar que se elegeu, prestou algum tipo de apoio durante a sua campanha política?

- 1 () Não se aplica
- 2 () Não
- 3 () Sim, apadrinhamento político
- 4 () Sim, financeiro
- 5 () Sim, outro tipo de apoio. Qual? _____.

P47. Você já participou ou participa ativamente em alguma dessas instituições no município de Ivaiporã:

	Já participei (1)	Participo (2)	Nunca Participei (3)
a) Associação de Moradores			
b) Reunião de Condomínio			
c) Clube Social ou Esportivo			
d) Associação assistencial – religiosa			
e) Conselheiro de Políticas Públicas em nível municipal (Conselho de Saúde, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros)			
f) Conselho Tutelar			
g) Rotary ou similar			
h) Associação assistencial - NÃO religiosa			
i) Grêmios, centro acadêmico ou união de estudantes			

P48. Depois da sua primeira candidatura, você considera que o seu interesse por política mudou?

- 1 () Sim, me sinto mais interessada
- 2 () Sim, me sinto menos interessada.
- 3 () Não, percebo mudança.

P49. Atualmente, qual o seu interesse por política:

- 1 () Muito interessada
- 2 () Pouco interessada
- 3 () Desinteressada

P50. Na sua primeira candidatura, você conseguia dedicar em média quantas horas por dia à campanha?

- 1 () Nenhuma hora
- 2 () Até 1 hora
- 3 () Até 5 horas

- 4 () Até 10 horas
- 5 () Até 12 horas
- 6 () Mais de 12 horas

P51. Você se candidataria novamente para uma disputa eleitoral?

- 1 () Sim
- 2 () Não

P52. Caso você tenha respondido “SIM” na questão P51. Você disputaria nova eleição vinculada a qual partido:

1 _____

BLOCO III. OPINIÃO

P53. Você acha que nos últimos anos o Brasil se tornou um país mais democrático ou menos democrático?

- 1 () Mais democrático
- 2 () Menos democrático
- 3 () Igual, não mudou nada

P54. Na hora de escolher alguém em quem votar, o sexo do candidato faz diferença para você?

- () Sim
- () Não

P55. Se você respondeu “SIM” na questão P54. Nesse caso, você iria preferir votar em homens ou mulheres?

- 1 () Mulheres
- 2 () Homens

P56. Para você, qual o principal motivo que leva uma mulher a NÃO se candidatar para um cargo político?

P56. Avalie o grau de importância dos motivos listados e a sua influência sobre as mulheres, e sua decisão em NÃO se candidatar para um cargo político?

	Primeiro Motivo	Segundo Motivo	Terceiro Motivo	Quarto Motivo
Falta de apoio da família				
Falta de interesse por política				
Tempo dedicado às tarefas domésticas				
Tempo dedicado às tarefas domésticas				

Falta de apoio dos partidos políticos				
Outro. Especifique:				

P56.1 Você acha que existe algum outro motivo não listado na questão P46, que pode influenciar as mulheres a NÃO registrarem uma candidatura? Qual?

P57. Por Lei, os partidos são obrigados a lançar um mínimo de candidaturas femininas (Cotas Eleitorais de Gênero), qual a sua opinião sobre essas cotas:

- 1 () Sou favorável, e acho que coloca mais mulheres na política.
 2 () Sou favorável, mas acho insuficiente para colocar mais mulheres na política.
 3 () Sou indiferente, não tenho opinião formada
 4 () Sou contrária a existência de cotas de gênero.

P58. Você acha justo, o partido ser punido por descumprir as regras de cota de gênero?

- 1 () Sim
 2 () Não

P59. A seguir serão apresentadas algumas frases, eu gostaria que em cada uma delas você dissesse se concorda muito, concorda um pouco, nem concorda, nem discorda, discorda um pouco ou discorda muito:

	Concorda muito (1)	Concorda um pouco (2)	Nem concorda a nem discorda (3)	Discorda um pouco (4)	Discorda muito (5)
a) Estou satisfeita, com o funcionamento da democracia no Brasil					
b) A maior parte dos políticos não se importa com as pessoas					
c) Ter um líder forte no governo é bom para o município mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as obras.					
d) O Brasil precisa primeiro resolver as questões econômicas que afetam toda a população, depois pode pensar nas questões que afetam as minorias, como as questões de raça e as questões de gênero					
e) A vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias					
f) Em briga de marido e mulher não se mete a colher					

g) As mulheres ainda não têm experiência política suficiente para governar bem					
h) No Brasil, ricos ou pobres, pretos ou brancos, homens ou mulheres tem seus interesses igualmente representados na política					
i) As cotas prejudicam quem tem mais competência					
j) Em geral, quando eleitos, homens governam melhor do que mulheres					

APÊNDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO I. PARTICIPAÇÃO E INTERESSE POR POLÍTICA

Você gosta de política?

Você conseguiria refletir quando esse interesse se tornou mais forte?

Antes de concorrer a uma eleição, você tinha o hábito de participar das sessões da câmara?

BLOCO II. CANDIDATURA E CAMPANHA.

Como surgiu o seu interesse em se candidatar?

Quando você lançou a sua candidatura, você se sentia confiante?

Você considera que sofreu algum preconceito por ser mulher durante a campanha?

Você sentiu dificuldade em conciliar a vida privada e pública em algum momento?

BLOCO III. SISTEMA ELEITORAL E RELAÇÕES COM O PARTIDO

Como você conheceu o diretório?

Como surgiu o seu interesse pela filiação partidária?

Você considera que o partido exerce influência positiva ou negativa sobre um candidato?

Como era o seu relacionamento com a diretoria do partido?

Como era a sua relação com os demais candidatos?

Na época em que você concorreu, você chegou a ter contato com outras candidatas do seu partido?

Você compreende que existia rivalidade interna entre os candidatos do seu partido?

Quando você concorreu a primeira vez, você sabia como funcionava o financiamento de campanha?

Quando você concorreu a primeira vez, você percebia que a coordenação do partido tinha interesse/preocupação em trazer mais candidatas para o partido?

Você considera um problema público a baixa representatividade de mulheres na câmara?

Você associa essa baixa representatividade a algum motivo em especial?

Na sua opinião qual é o maior problema para a candidatura das mulheres?

Você se candidataria novamente?

BLOCO IV. COTIDIANO NA CÂMARA

Como era o cotidiano na câmara?

Quantas horas do seu dia, você dedicava ao trabalho de vereadora?

Você sentiu em algum momento dificuldade em conciliar vida pública e privada?

Você em algum momento se sentiu cerceada em sua manifestação de opinião pública? Por quê?

De quais comissões permanentes ou temporárias você participou na câmara?

Você chegou a fazer parte da mesa diretora da câmara de vereadores?

Você era oposição ou situação na câmara de vereadores?

BLOCO V. PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Quais os temas que você privilegiou na sua atuação legislativa?

Você tinha apoio dos demais vereadores?

Você lembra o número de projetos que você conseguiu propor, e quantos se tornaram lei?